



UNIVERSIDADE DE UBERABA

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO:
MESTRADO E DOUTORADO – PPGPE**

WENDELL PEREIRA DE CASTRO

**O REGIME ESPECIAL DE ATIVIDADES NÃO PRESENCIAIS – REANP/MG NO
ENSINO E APRENDIZAGEM DE HISTÓRIA: UM ESTUDO DE CASO NO 9º ANO
DO ENSINO FUNDAMENTAL NA ESCOLA ESTADUAL SÃO JOSÉ (PASSOS,
MINAS GERAIS, 2020-2021)**

UBERLÂNDIA-MG

2024

O REGIME ESPECIAL DE ATIVIDADES NÃO PRESENCIAIS - REANP/MG NO ENSINO E APRENDIZAGEM DE HISTÓRIA: UM ESTUDO DE CASO NO 9º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL NA ESCOLA ESTADUAL SÃO JOSÉ (PASSOS, MINAS GERAIS, 2020-2021)

WENDELL PEREIRA DE CASTRO

Dissertação/Produto apresentada ao Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação: Mestrado e Doutorado - PPGPE da Universidade de Uberaba, para obtenção do título de Mestre em Formação docentes para a Educação Básica.

Linha de pesquisa: Práticas Docentes na Educação Básica.

Orientadora: Prof.^a. Dr^a. Selva Guimarães

UBERLÂNDIA – MG

2024

Trabalho desenvolvido com o apoio da SEE/MG, no âmbito do Projeto de Formação Continuada e Desenvolvimento Profissional dos Servidores da Educação do Estado de Minas Gerais, Trilhas de Futuro - Educadores, nos termos da Resolução SEE Nº 4.707, de 17 de fevereiro de 2022.

Catálogo elaborado pelo Setor de Referência da Biblioteca Central UNIUBE

- C279r Castro, Wendell Pereira de.
O Regime Especial de Atividades Não Presenciais – REANP/MG no ensino e aprendizagem de história: um estudo de caso no 9º ano do ensino fundamental na Escola Estadual São José (Passos, Minas Gerais, 2020-2021) / Wendell Pereira de Castro. – Uberlândia (MG), 2024.
171 f. : il., color.
- Dissertação (Mestrado) – Universidade de Uberaba. Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação. Linha de pesquisa: Práticas Docentes na Educação Básica.
Orientadora: Profa. Dra. Selva Guimarães.
Inclui produto educacional.
1. Tecnologia educacional. 2. Aprendizagem. 3. Ensino. 4. História – Estudo e ensino. 5. Ensino fundamental. I. Guimarães, Selva. II. Universidade de Uberaba. Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação. III. Título.

CDD 371.33

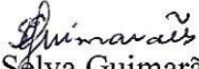
WENDELL PEREIRA DE CASTRO

**O REGIME ESPECIAL DE ATIVIDADES NÃO PRESENCIAIS - REANP/MG NO
ENSINO E APRENDIZAGEM DE HISTÓRIA: UM ESTUDO DE CASO NO 9º ANO
DO ENSINO FUNDAMENTAL NA ESCOLA ESTADUAL SÃO JOSÉ (PASSOS,
MINAS GERAIS, 2020-2021)**

Dissertação/Produto apresentada ao
Programa de Pós – Graduação Profissional
em Educação – Mestrado e Doutorado da
Universidade de Uberaba, com requisito
final para a obtenção do título de Mestre em
Educação.

Aprovado em 10/09/2024

BANCA EXAMINADORA


Prof.^a. Dr.^a. Selva Guimarães
(Orientadora)
Universidade de Uberaba – UNIUBE

Documento assinado digitalmente
 **ASTROGILDO FERNANDES DA SILVA JÚNIOR**
Data: 14/11/2024 08:49:00-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Prof.^a. Dr.^a. Astrogildo Fernandes da
Silva Júnior
Universidade Federal de Uberlândia-
UFU



Prof. Dr. Cílon César Fagiani
Universidade de Uberaba – UNIUBE

*Sem sonhos, a vida não tem brilho.
Sem metas, os sonhos não têm alicerces.
Sem prioridades, os sonhos não se tornam
reais.
Sonhe, trace metas, estabeleça prioridades e
corra riscos para executar seus sonhos.
Melhor é errar por tentar do que errar por
omitir! (Cury, 2002, p. 11).*

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela existência;

À minha filha Beatriz, luz da minha existência, símbolo da alegria e esperança, nos momentos de incertezas nesta caminhada rumo à pesquisa seu sorriso puro e sincero me revitalizava, gerando a força mais do que necessária para vencer esta jornada. Minha esposa Juliane, parceira, minha cara metade, que após um tempo compreendeu a minha opção por esta epopeia rumo à educação e me apoiou, em alguns dos momentos mais difíceis.

À minha orientadora Dr^a Selva Guimarães; por seu iluminado apoio que deixou mais nítida, segura, agradável e enriquecedora a minha caminhada ao longo desta pesquisa, sua sabedoria, gentileza, humanidade e confiança me marcaram para sempre foi uma dádiva ter a sua orientação.

Aos amigos que levo por toda a vida, Fabiano, Magno e Mario, em especial, pelo apoio, parceria, por dividir os momentos que pensamos não acreditar e aqueles de sucesso, que permitiram continuar a esta etapa. Eles foram os anjos da jornada.

À UNIUBE pela oportunidade de crescer como pessoa e educador, além da honra de pertencer a uma das grandes universidades do país, a qual fui recebido de braços abertos.

Aos professores, membros das duas bancas, Dr. Astrogildo Fernandes da Silva Júnior, Dr. Cílon César Fagiani e Dr. Stenio Souza Marques que aceitaram participar e pelas fundamentais sugestões durante a etapa de qualificação e pelas contribuições que ainda virão.

Aos meus professores que em todos nossos encontros fizeram com que eu me apaixonasse cada vez mais pela educação.

Aos meus alunos, que são a alma de todos os meus esforços como educador.

Dedico esta pesquisa à minha esposa
Juliane, minha filha Beatriz e aos meus pais
Rubens e Maria Conceição.

RESUMO

A dissertação/produto foi desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação: Mestrado e Doutorado da Universidade de Uberaba, visando a obtenção do título de Mestre em Educação, na linha de pesquisa "Práticas Docentes para a Educação Básica", vinculada ao Projeto de Pesquisa "Observatório do Ensino de História e Geografia: formação docentes em ambientes digitais" (CNPq Fapemig). Em 10/03/2020, o folder enviado pela Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais informava sobre o vírus responsável pela COVID-19 e recomendava: "Evitar realizar atividades em lugares com grande aglomeração de pessoas." Esta orientação evoluiu, em 18/05/2020, para a suspensão das aulas presenciais por um período prolongado e a instituição do Regime Especial de Atividades Não Presenciais (REANP) na rede pública de ensino do estado de Minas Gerais (MG). A pesquisa teve como objetivo avaliar os efeitos do REANP no ensino de História para o 9º ano do Ensino Fundamental (E.F.), Turma 7, na Escola Estadual São José, situada em Passos, MG, durante o período da pandemia de COVID-19 em 2020 e 2021. Trata-se de uma investigação no campo da abordagem qualiquantitativo, na modalidade estudo de Caso, Yin (2003) e André (2021), com base na análise de dados estatísticos e documentos públicos. O arcabouço teórico contou com as contribuições do campo de políticas públicas, Barroso (2005), Freitas (2005) Mainardes (2006); sobre o ensino de História: Guimarães (2013), Karnal et al. (2003) e Monteiro (2007); sobre a pandemia e educação: Silva (2023), Santos (2020), Nicolini e Medeiros (2021), Gonçalves e Sobanski (2022), Boudoux e Silva (2022), Andrade et al. (2021), Brito & Brito (2022) e Nicolau et al. (2021); sobre livros didáticos de História: Bittencourt (2004) e Rüsen (2010). O estudo de caso focalizou a E.E São José, Turma 7 do 9º Ano do E.F. Foram analisados e documentos legais, pedagógicos e estatísticos referentes à cidade, à Unidade Escolar, ao bairro e à turma. Constatou-se que a pandemia de COVID-19 causou efeitos substanciais no aprendizado em História: abandono e evasão, tais dados eram mascarados pela política educacional do período, neste caso, para se aproximar do índice real, foi utilizado a participação das avaliações diagnóstica do SIMAVE, que apresentou para o grupo analisado 41,38% em 2020, 43,75% em 2021 e 41,16%; em de 2022. No quesito desempenho nas mesmas avaliações foram alcançados os índices de acertos de 55% em 2020, 62,86% em 2021 e 30,93% no início de 2022; em contraposição a média de acertos de MG foi de 40% em 2020, 69% em 2021 e 51% no início de 2022. Outro impacto foi a substituição dos livros didáticos pelos materiais instrucionais PETs, de qualidade inferior, tanto na forma quanto no conteúdo. Contudo, o isolamento social e o REANP induziram uma maior aproximação entre docentes e estudantes do uso cotidiano das tecnologias digitais nos estudos. Nessa perspectiva, de aprimoramento do trabalho docente, apresenta-se no Apêndice como produto educacional uma proposta de formação continuada de utilização das tecnologias mais empregadas e eficazes durante O REANP, com o objetivo de ampliar os recursos didáticos disponíveis.

Palavras-chave: REANP. Ensino e Aprendizagem. História. Ensino Fundamental.

ABSTRACT

The dissertation/product was developed within the framework of the Professional Graduate Program in Education: Master's and Doctoral degrees at the University of Uberaba, aiming for the Master's degree in Education, under the research line "Teaching Practices for Basic Education," linked to the Research Project "Observatory of History and Geography Teaching: Teacher Training in Digital Environments" (CNPq Fapemig). On March 10, 2020, a notice from the Secretary of State for Education of Minas Gerais informed about the virus responsible for COVID-19 and recommended: "Avoid engaging in activities in places with large gatherings of people." This guidance evolved on May 18, 2020, to a suspension of in-person classes for an extended period and the implementation of the Special Regime for Non-Presential Activities (REANP) in the public education network of Minas Gerais (MG). The research aimed to assess the effects of the REANP on History teaching for the 9th grade of Elementary School (E.F.), Class 7, at the São José State School in Passos, MG, during the COVID-19 pandemic in 2020 and 2021. This is a study in the qualiquantitative approach, in the case study modality, Yin (2003) and André (2021), based on the analysis of statistical data and public documents. The theoretical framework included contributions from the field of public policies, Barroso (2005), Freitas (2005), Mainardes (2006); on History teaching: Guimarães (2013), Karnal et al. (2003), and Monteiro (2007); on the pandemic and education: Silva (2023), Santos (2020), Nicolini and Medeiros (2021), Gonçalves and Sobanski (2022), Boudoux and Silva (2022), Andrade et al. (2021), Brito & Brito (2022), and Nicolau et al. (2021); on History textbooks: Bittencourt (2004) and Rüsen (2010). The case study focused on the E.E São José, Class 7 of the 9th Grade of E.F. Legal, pedagogical, and statistical documents related to the city, the school, the neighborhood, and the class were analyzed. It was found that the COVID-19 pandemic caused substantial effects on History learning: dropout and evasion. Such data were masked by the educational policies of the period; in this case, to approximate the real index, diagnostic evaluations from SIMAVE were used, which showed 41.38% in 2020, 43.75% in 2021, and 41.16% in 2022 for the analyzed group. Regarding performance in the same evaluations, accuracy rates of 55% in 2020, 62.86% in 2021, and 30.93% in early 2022 were achieved, in contrast to the MG average accuracy rates of 40% in 2020, 69% in 2021, and 51% in early 2022. Another impact was the replacement of textbooks with lower-quality instructional materials (PETs), both in form and content. However, social isolation and REANP led to a greater integration between teachers and students in the everyday use of Digital Technologies in studies. From this perspective of enhancing teaching work, the educational product presented is a proposal for continuous training on the most utilized and effective technologies during the REANP, aimed at expanding the available didactic resources.

Keywords: REANP, Teaching and Learning, History, Elementary School.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Wendell com 10 dias.....	18
Figura 02 - Mario H. Simonsen, Delfin Neto e presidente Médici	19
Figura 03 - Certificado de conclusão da Pré-Escola	20
Figura 04 - O deputado Ulysses Guimarães (esq.) e José Sarney, na posse no Palácio do Planalto; atrás, Marco Maciel	21
Figura 05 - Conclusão do Ens. Fund. em 1994 e do E. Médio em 1997.....	23
Figura 06 - Presidente Collor e o ministro da economia Marcílio M. Moreira	24
Figura 07 - Manifestação dos Caras Pintadas em 18/09/1992 – São Paulo.....	25
Figura 08 - Posse do Presidente Fernando Henrique ao lado de seu antecessor Itamar Franco	26
Figuras 09 - 1º Ano no Curso de História	28
Figura 10 - Minha 1ª apresentação de trabalho em congressos: “Inquisição e Heresia a Identificação Através dos Símbolos”	29
Figura 11 - Início do meu trabalho docente em 2003	30
Figura 12 - Palestra em 2011	32
Figura 13 - A presidente Dilma Rousseff recebe a faixa presidencial do ex-presidente Lula.....	33
Figura 14 - Ex-presidente Temer passando a faixa presidencial para Jair Bolsonaro.....	36
Figura 15 - Primeiro dia de aula no Mestrado na UNIUBE	37
Figura 16 - Encerramento da disciplina Processos Investigativos em Contextos Escolares	38
Figura 17 - Charge de Luiz F. Cazo – Preparação para o ENEM na favela	69
Figura 18 - E. E. São José inserida nas Mesorregiões do Estado de Minas Gerais - Brasil.....	76
Figura 19 - O Pintura de Wagner de Castro da Festa do Reinado em Passos	77
Figuras 20 - 188ª edição Cavallhada 2023	78
Figura 21 - Mapa de Passos - Bairro da E.E. São José em relação ao centro da cidade	79
Figura 22 - Escola Estadual São José, em Passos, Minas Gerais	80
Figura 23 - Planos de Estudos Tutorados 9º ano 2021 - volume 1, 2, 3 e 4	102

Figura 24 - Livro didático de História Piatã usado na E. E. São José até 2019.....	103
Figura 25 - A Atividade de tutoria na Sala de Aula Google postada para os alunos dia 13/05 de 2021.....	106
Figura 26 – Cartaz do Sind-UTE/MG	114

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 - Protocolo de análise - Objetivos PCN e CBC	56
Quadro 02 - Protocolo de análise - Caracterização de área de História PCN e CBC	57
Quadro 03 - Protocolo de análise - Critérios de seleção de conteúdos: PCN e CBC	58
Quadro 04 - Pilares normativos do Ensino Fundamental em Minas Gerais pós CF 1988	64
Quadro 05 - Documentos legais do REANP	66
Quadro 06 - Materiais didáticos e ou relatórios das avaliações diagnósticas relevantes para o período analisado	68
Quadro 07 - Pesquisas acadêmicas relacionadas ao ensino de História e pandemia	71
Quadro 08 - Número de matrículas por modalidade de ensino na E. E. São José 2022	80
Quadro 9 - Características étnico-raciais do município de Passos	81
Quadro 10 - Documentos legais que marcaram criação e as transformações da E. E. São José	85
Quadro 11 - A Formação do corpo docente - Percentual de docentes da escola com pós-graduação na área que atuam	89
Quadro 12 - A Percepção dos Docentes Escolares Acerca de sua Própria Formação	89
Quadro 13 - Recursos didáticos disponíveis para telefones móveis inteligentes (para <i>smartphone</i>) para as aulas de História para a escola estadual São José	104
Quadro 14 - Dados sobre o 9º Regular 7 do Ensino Fundamental da E. E. São José	107
Quadro 15 - Porcentagem de reprovação no E. F. Anos Finais em Minas Gerais 2019 – 2022	112
Quadro 16 - Avaliação diagnóstica 2020 - 8º regular 3 (Em 2021 torna-se 9º regular 7)	127
Quadro 17 - Dados da Avaliação Diagnóstica 2021 - 9º Regular 7.....	129

Quadro 18 - Dados da Avaliação Diagnóstica 2022 - 1º ano do Ensino Médio (alunos que no ano anterior pertenciam ao 9º Regular 7)	130
---	-----

LISTA DE SIGLAS E ACRÔNIMOS

ANE	Analista Educacional
ASB	Auxiliar de Educação Básica
ATB	Assistente Técnico de Educação Básica
BAE	Bolsa de Auxílio ao Estudante
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CBC	Currículo Básico Comum
BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CEC	Comitê Extraordinário COVID-19
CF	Constituição Federal
CGPPP	Comitê Gestor do Plano de Prevenção e Contingenciamento em Saúde
CSC	do COVID-19
CRMG	Currículo Referência de Minas Gerais
DCNEB	Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNTE	Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação
EF	Ensino Fundamental
EEB	Especialista em Educação Básica
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
FMI	Fundo Monetário Internacional
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IE	Inspetor Escolar
INSE	Indicador de Nível Socioeconômico
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
NE	Numeração especial
NEAM	Núcleo de Estudos Antigos e Medievais
OMS	Organização Mundial da Saúde
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais

PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNE	Plano Nacional de Educação
PNLD	Plano Nacional do Livro Didático
PETs	Planos de Estudos Tutorados
REANP	Regime Especial de Atividades Não Presenciais
SEEMG	Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais
SES	Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais
SIMAVE	Sistema Mineiro de Avaliação e Equidade da Educação Pública
SRE	Superintendência Regional de Ensino
SGRH	Subsecretaria de Gestão de Recursos Humanos
UNA-SUS	Universidade Aberta do Sistema Único de Saúde
UNICEF	<i>United Nations Children's Fund</i>
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

PRÓLOGO - MEMORIAL	18
1 INTRODUÇÃO	39
1.1 Tema, problema e justificativas	39
1.2 Objetivos.....	45
1.2.1 Objetivo geral.....	45
1.2.2 Objetivos específicos.....	45
1.3 Referencial teórico-metodológico.....	45
1.4. Como está organizada a dissertação/produto	48
2 CORPUS DOCUMENTAL E PESQUISAS ACADÊMICAS SOBRE O TEMA.....	51
2.1 Corpus documental da pesquisa.....	51
2.2 Pesquisas acadêmicas sobre o tema.....	70
3 O CENÁRIO DA INVESTIGAÇÃO: ESCOLA ESTADUAL SÃO JOSÉ - PASSOS MINAS GERAIS.....	75
3.1 Unidade Escolar: Escola Estadual São José.....	79
4 A HISTÓRIA ENSINADA NO ENSINO FUNDAMENTAL DA ESCOLA ESTADUAL SÃO JOSÉ.....	92
4.1 Recriando as aulas de História da Escola Estadual São José com base em documentos e recursos didáticos.....	92
4.1.1 O Ensino Híbrido	108
4.2 Dos Livros Didáticos aos PETs	113
5 A APRENDIZAGEM EM HISTÓRIA DURANTE O REANP SEGUNDO INDICADORES DA AVALIAÇÃO DO SIMAVE	125
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	132
7 REFERÊNCIAS	136
8 APÊNDICES	146
APÊNDICE A - PRODUTO.....	146
APÊNDICE B - RELATÓRIO DE ATIVIDADES.....	163

APÊNDICE C - HABILIDADES DA CRMG DE HISTÓRIA UTILIZADAS NAS AVALIAÇÕES DIAGNÓSTICAS	166
9 ANEXOS.....	168
ANEXO A - FOLDER DE ORIENTAÇÕES DE PREVENÇÃO AO NOVO CORONAVÍRUS.....	168
ANEXO B - BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO COVID-19 EM MINAS GERAIS DEZEMBRO DE 2021	170
ANEXO C - PÁGINA 1 DO CALENDÁRIO LETIVO DA E. E. SÃO JOSÉ 2021	171
ANEXO D - CONTEÚDO DO LIVRO DIDÁTICO PIATÃ DO 8º ANO APRESENTADO PELO MANUAL DO PROFESSOR DO LIVRO DIDÁTICO PIATÃ DO 8º ANO P. 238	172
ANEXO E - ÍNDICE PET 8º ANO VOLUME 1 DE 2020	173
ANEXO F - ÍNDICE PET 8º ANO VOLUME 2 PARTE 1 DE 2020	174
ANEXO G - ÍNDICE PET 8º ANO VOLUME 2 PARTE 2 DE 2020	175
ANEXO H - ÍNDICE PET 8º ANO VOLUME 3 PARTE 1 DE 2020	176
ANEXO I - ÍNDICE PET 8º ANO VOLUME 3 PARTE 2 DE 2020	177
ANEXO J - ÍNDICE PET 9º ANO VOLUME 3 PARTE 2 DE 2020	178

PROLÓGO - MEMORIAL

A minha paixão pela história e o fascínio pelo passado, seja remoto ou recente, me constituíram professor na Educação Básica desta ciência. O fato de ser docente no Ensino Fundamental e Médio me fez amar a educação, permitindo-me sonhar e acreditar em um mundo melhor. Minha paixão ainda não acabou, mas meu amor será para sempre! Esta narrativa irá transitar entre alguns recortes da História¹ política do Brasil, da educação e da vida profissional deste pesquisador.

1. Os anos 1970

Nasci na década de 1970, em Itaú de Minas, que na época era um distrito de Pratápolis, uma pequena área urbana no sudoeste de Minas Gerais. Esse local pacato não refletia a intensidade dos acontecimentos que marcavam o Brasil naquele momento. O mundo se encontrava no contexto da Guerra Fria, enquanto a nação vivia o ápice da repressão da Ditadura Civil Militar. Segundo Couto (1999, p. 41), esse período perdurou por mais de duas décadas, caracterizado pelo sufocamento do poder civil, pela diminuição ou anulação dos direitos constitucionais e pela repressão que diminuiu os poderes legislativo e judiciário, contrastando com o domínio opressor do poder executivo.

Figura 1: Wendell com 10 dias



Fonte: Arquivo Pessoal foto de 24/05/1979

¹ Utilizou-se fotos em preto e branco para representar o passado mais “distante” e coloridas para representar o passado recente.

Em meados desta década, o mundo enfrentou uma significativa crise global. Segundo Silva (1998, v. 20, p. 197), “no cerne da crise se encontra o problema da oferta de matérias-primas básicas, principalmente o petróleo”. Essa situação representou um golpe no pilar econômico do Brasil na época, comprometendo a imagem do chamado “Milagre Econômico”². A seguir, apresenta-se uma fotografia de dois dos principais responsáveis por esse fenômeno: o presidente Médici e o Ministro da Economia, Delfim Neto.

Figura 2: Mario H. Simonsen, Delfim Neto e o presidente Médici, Flávio Pécora e Ernane Galvêas



Fonte: Arquivo da Agência Globo, 30/04/1974

² (VELOSO 2008, p. 222) O período 1968-1973 é conhecido como "milagre" econômico brasileiro, em função das extraordinárias taxas de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) então verificadas, de 11,1% ao ano (a.a.). Uma característica notável do "milagre" é que o rápido crescimento veio acompanhado de inflação declinante e relativamente baixa para os padrões brasileiros, além de superávits no balanço de pagamentos.

2. Os anos 1980

Anos 1980: em minha ingênua infância, vivenciei os primeiros anos de minha educação escolar, que incluíram a pré-escola e parte do meu 1º grau (atualmente denominado Ensino Fundamental – Anos Iniciais). Na Figura 3, encontra-se a certificação da conclusão do primeiro nível do Ensino Básico, a pré-escola. Toda a minha formação na Educação Básica ocorreu em instituições de ensino público. Em comparação aos meus colegas, apresentava uma caligrafia irregular, com desenvolvimento limitado da coordenação motora fina e dificuldade de concentração, embora fosse uma criança alegre e comunicativa. Essa limitação se tornou uma sombra em minha trajetória educacional, especialmente durante o vestibular, que se revelou um obstáculo ainda maior a ser superado. Uma intervenção pedagógica eficaz durante o processo de alfabetização poderia ter proporcionado resultados mais satisfatórios.

Figura 3: Certificado de conclusão da Pré-Escola



Fonte: Arquivo Pessoal

Durante este período, o país enfrentava uma crise política e econômica herdada da década anterior, que desgastou irreparavelmente a Ditadura Civil Militar no Brasil. Enquanto eu aprendia, brincando e observando o mundo ao meu redor, ocorriam os últimos capítulos de mais de vinte anos de um regime autoritário, antidemocrático e marcado pelo uso da tortura como uma das ferramentas para a manutenção do poder.

Os abusos cometidos pelos interrogadores transformaram a tortura em um “método científico” incluído no currículo de formação de militares. Segundo Evaristo (1985, p. 32), o ensino desse método não era meramente teórico, mas prático. As lutas pela anistia e os movimentos sociais de oposição culminaram na saída do último presidente militar e na eleição indireta³ de Tancredo Neves para presidente, com José Sarney como vice-presidente, estabelecendo uma nova perspectiva para o Brasil e culminando na Promulgação da Constituição de 1988.

Este foi um período de grandes expectativas e reviravoltas, marcado pela morte de Tancredo Neves em 1985, antes do início de seu mandato, e pela posse de Sarney como presidente, conforme ilustrado na Figura 4. O governo Sarney, segundo Carneiro (1999, p. 107, v. 22), foi caracterizado por uma profunda crise econômica, hiperinflação, greves e manifestações de oposição.

Figura 4: O deputado Ulysses Guimarães (esq.) e José Sarney, na posse no Palácio do Planalto; atrás, Marco Maciel



Fonte: Orlando Brito / Arquivo Pessoal 15/03/1985

³ A emenda Constitucional Dante de Oliveira, no dia 25 de abril de 1984, após pressão para esvaziar o congresso, foi rejeitada por apenas 22 votos, caso aprovada permitiria o retorno do voto direto para Presidente do Brasil.

No contexto educacional, a Constituição Federal de 1988 representou uma significativa conquista para o cidadão: o direito à educação pública. A chamada "Constituição Cidadã" não apenas garante o acesso à educação, mas também assegura a permanência do aluno na escola e a oferta de um ensino de qualidade. Conforme Oliveira e Santelli (2020, p. 16), “os artigos 205 a 214 da CF/1988 dispõem sobre princípios, atribuições e competências dos entes federados, fontes de financiamento, dentre outras disposições que garantem o direito à educação da população brasileira”. Todos os anseios reprimidos durante mais de duas décadas de Ditadura Civil Militar foram expressos pela promulgação dessa constituição, com o objetivo de reestabelecer o estado democrático de direito. Esse marco trouxe uma onda de esperança por mudanças no padrão socioeconômico do país, como a diminuição da desigualdade social e uma trajetória rumo ao desenvolvimento, permitindo sonhar com o slogan “Brasil, o país do presente”.

3. Os anos 1990

Esse foi um período repleto de novas experiências em minha vida: minha primeira comunhão, meu primeiro beijo e meu primeiro relacionamento amoroso. Tornei-me proprietário de um estabelecimento comercial e comprei minha primeira motocicleta com recursos próprios, antes de completar 17 anos. Foi também a fase em que cursei o Ensino Fundamental (Anos Finais) e o Ensino Médio. Durante essa etapa da Educação Básica, tive professores de História que me inspiraram, despertando cada vez mais meu interesse por essa ciência. A Figura 5 retrata a conclusão dessas duas últimas etapas do Ensino Básico. Com isso, optei por cursar licenciatura em História, convicto de que passaria no vestibular para uma universidade pública. Não me arrependo dessa escolha, mas me questiono: se soubesse da realidade da profissão docente na Educação Básica — incluindo a valorização profissional, a carga de trabalho e a condição salarial — teria tomado o mesmo caminho? Apesar das dificuldades e da falta de reconhecimento por parte de muitos representantes políticos, pais e até mesmo dos alunos, acredito que, sim, teria seguido a profissão do meu avô paterno e me tornado professor.

Figura 5: Conclusão do Ens. Fund. em 1994 (esquerda) e do Ensino médio em 1997 (direita)



Fonte: Arquivo pessoal

Como aluno mediano que cursou toda a Educação Básica em escolas públicas, a aprovação no vestibular não foi uma tarefa fácil. O "fantasma" da caligrafia irregular me marcou profundamente, uma vez que minha escrita era considerada deficiente, caracterizada por caligrafia ilegível e sérios problemas ortográficos. Ao longo da minha jornada acadêmica, aprendi uma lição valiosa: pequenas lacunas na aprendizagem, se não tratadas no momento oportuno, transformam-se em abismos difíceis de superar.

Consegui reduzir um pouco minha defasagem na escrita ao realizar um curso particular de redação. Isso me leva a questionar quão desafiador será o futuro de nossos jovens, que se tornam reféns de uma política educacional em que a aprovação em uma série ou ano é quase automática, resultando em muitos alunos que concluem o Ensino Fundamental sem saber ler e escrever adequadamente, de acordo com os padrões educacionais exigidos.

Na década de 1990, o mundo passava por significativas mudanças geopolíticas, como a queda do Muro de Berlim, a unificação da Alemanha, a dissolução da URSS e o fim da Guerra Fria. Em 1990, os brasileiros assistiram à posse de seu primeiro presidente eleito por voto direto desde Jânio Quadros e João Goulart (1961), após um longo "jejum" democrático para o cargo mais importante do poder executivo.

Fernando Collor de Melo se apresentava ao eleitorado como um salvador, um herói, representando uma mudança drástica em relação aos presidentes da Ditadura

Civil Militar. Jovem e cheio de energia, foi eleito pelo voto direto. Seu governo marcou a "porta de entrada" para as políticas neoliberais no Brasil, mas a promessa de anos de esperança rapidamente se transformou em um pesadelo de anos perdidos. Na implementação dessas políticas, Fernando Collor de Mello contou com o apoio de seu segundo ministro da Economia, Marcílio M. Moreira, ambos retratados na Figura 6.

Figura 6: O Presidente Collor e o ministro da economia Marcílio M. Moreira



Fonte: Prensa Três, 1991

Em 1990, em um momento de crise no país, a principal medida econômica do Governo Collor foi o bloqueio de grande parte dos recursos das poupanças individuais dos brasileiros, uma das ações do Plano Collor 1. Nesse mesmo ano, a inflação atingiu a alarmante taxa de 1.198%, a maior recessão já registrada, conforme apontado por Carneiro (1999, pp. 9-10).

Seguiram-se planos ineficientes de recuperação econômica, acompanhados de uma crise financeira e denúncias de corrupção diretamente ligadas ao presidente, o que culminou no início do processo de *impeachment* de Collor. Este capítulo da história do Brasil também ficou marcado pelo movimento dos jovens conhecidos como "caras pintadas". Estudantes, sindicalistas e lideranças sociais saíram às ruas vestidos de preto e com os rostos pintados nas cores da bandeira nacional, em apoio ao *impeachment*.

Muito se debate sobre esse movimento: foi uma reação aos desmandos da política, ou foi instigada pelos meios de comunicação, ou uma combinação de ambas as situações? A Figura 7 ilustra as manifestações dos jovens caras pintadas ocorridas em São Paulo.

Figura 7: Manifestação dos Caras Pintadas em 18/09/1992- São Paulo



Fonte: Folha de São Paulo – Foto de Eder Chiodetto, 1992

O presidente eleito foi afastado de suas funções, e, em uma tentativa frustrada de escapar da punição de oito anos de inelegibilidade, renunciou ao cargo em 30 de dezembro de 1992. Assumiu então o vice-presidente, Itamar Franco, que implementou o plano de estabilização da economia, conhecido como Plano Real. Esse plano também conferiu notoriedade ao Ministro da Fazenda, senador Fernando Henrique Cardoso, que se tornaria o futuro presidente do Brasil.

Em 1995, Fernando Henrique Cardoso recebeu a faixa presidencial de seu antecessor, Itamar Franco, conforme ilustrado na Figura 8. Nesse mesmo ano, o Brasil figurou pela primeira vez entre os países com alto desenvolvimento humano, sendo a educação o principal fator impulsionador desse índice, conforme aponta Carneiro (v. 24, 1999, p. 120).

Figura 8: Posse do Presidente Fernando Henrique ao lado de seu antecessor Itamar Franco



Fonte: Acervo digital – Globo, 1999.

No ano seguinte, após oito anos de debates, foi aprovada a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9394 de 1996), proposta pelo então senador Darci Ribeiro, que reorganizou o ensino brasileiro em termos de estrutura, diretrizes e princípios. De acordo com Araújo (2018, p. 22), a LDB, em seu artigo 1º e nos parágrafos 1º e 2º, “situa a educação como um processo formativo que ocorre em diversas instâncias”, mencionando, assim, a vida familiar, a convivência humana, o trabalho, as instituições de ensino e pesquisa, os movimentos sociais, as organizações da sociedade civil e as manifestações culturais.

O governo do presidente Fernando Henrique Cardoso foi marcado pelo avanço das políticas neoliberais, que resultaram em estabilidade econômica, mas também em baixo crescimento econômico e na falência de empresas, devido às facilidades de importação de produtos, o que culminou em desemprego em larga escala. Assim, encerramos esta análise.

4. Enfim.... o século XXI

O século XXI inicia-se em um clima de renovação, com a promessa de abandonar medos como a Guerra Fria e o *Bug* do milênio⁴. A Nova Ordem Mundial⁵ iniciada na década de 1990 era sinônimo de paz, união e ajuda mútua para muitos. Todavia, a virada do milênio foi marcada pela multiplicação de conflitos étnicos, culturais, religiosos e econômicos pelo mundo. E, ainda em seu primeiro ano, o mundo presenciou atônito o ataque às Torres Gêmeas do World Trade Center, nos Estados Unidos da América, chocando o mundo e apresentando o lado sombrio do período que se iniciava. Para este pesquisador que na época cursava o primeiro ano de licenciatura em História, seria o início de profundas mudanças na geopolítica mundial. Hoje vejo que realmente tivemos mudanças, mas não tão profundas.

No Brasil, o início do século XXI, nos últimos anos do governo FHC ocorreu a consagrada vitória do líder sindicalista Luiz Inácio Lula da Silva para a presidência da República. O governo Lula foi um governo de grandes ganhos econômicos e sociais colocando o país em uma posição de protagonista no cenário internacional. Mas, também foi ligado a escândalos de corrupção, como o chamado “mensalão”⁶.

Na educação, neste período, foi aprovada e passou a vigorar a Lei nº 10.639 de 2003, que alterou as diretrizes e bases da educação nacional, incluindo no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira" uma conquista histórica da população negra do país. Outra medida relevante foi a Lei nº 11.114 de 2005, que determinou a obrigatoriedade da matrícula de crianças aos 6 anos de idade. No ano seguinte, e no mesmo sentido, a Lei 11.274 instituiu a obrigatoriedade do Ensino Fundamental de nove anos; estes dois dispositivos geraram grandes avanços no aumento do tempo dos jovens na escola.

⁴ Os sistemas eletrônicos de computação mais antigos registravam as datas utilizando apenas dois dígitos, inclusive para os anos (exemplo os anos 98 e 99). Havia a apreensão de que, na transição para o novo milênio, os sistemas poderiam interpretar erroneamente o ano 2000 como sendo 1900. Acreditava-se, portanto, que tais sistemas eletrônicos poderiam sofrer um colapso em suas programações, trazendo caos mundial.

⁵ (PAREJO, [s.d.].) “Conceito político e econômico que se refere ao contexto histórico do mundo pós-Guerra Fria. Estabeleceu-se no fim da década de 80, com a queda do muro de Berlim (1989), no quadro das transformações ocorridas no Leste Europeu com a desintegração do bloco soviético”, também marcado pelo surgimento de novas tecnologias intensificação da globalização e pela multipolaridade na economia (3 grandes blocos: o dos EUA; 2º da Europa e 3º o bloco asiático).

⁶ O mensalão foi um esquema ilegal de financiamento político envolvendo políticos do PT, PP, PL e PTB visando corromper parlamentares e garantir apoio ao governo Lula no Congresso em 2003 e 2004,

O final do século XX foi desafiador; eu sonhava com minha aprovação no vestibular da UNESP/Franca, mas esse período foi marcado por três anos de tentativas frustradas de acesso ao Ensino Superior. Decidi, então, ampliar minhas opções e prestei vestibular para a Universidade Estadual do Norte Pioneiro, no campus de Jacarezinho/PR, onde alcancei o 2º lugar no concurso para o ano letivo de 2001, iniciando minha graduação em História. No início do ano letivo, fui agraciado com uma das 8 vagas na moradia estudantil da Faculdade. A Figura 5 retrata meu primeiro ano na graduação, com a foto tirada dentro da moradia estudantil. O século XXI se apresentava promissor, abrindo um vasto leque de oportunidades e conquistas.

Nesse mesmo ano, participei do meu primeiro Congresso de História, oferecido pela UNESP, no campus de Assis/SP, e fiquei profundamente impressionado com a experiência, que reanimou meu sonho. No ano seguinte, alcancei esse objetivo, ingressando na UNESP de Assis/SP, iniciando uma nova fase acadêmica em 2002. Ficou evidente a importância de adaptar-se à realidade ao redor, sem se deixar abater pelos percalços, mas mantendo sempre a perseverança nos sonhos.

Figura 9: 1º Ano no Curso de História



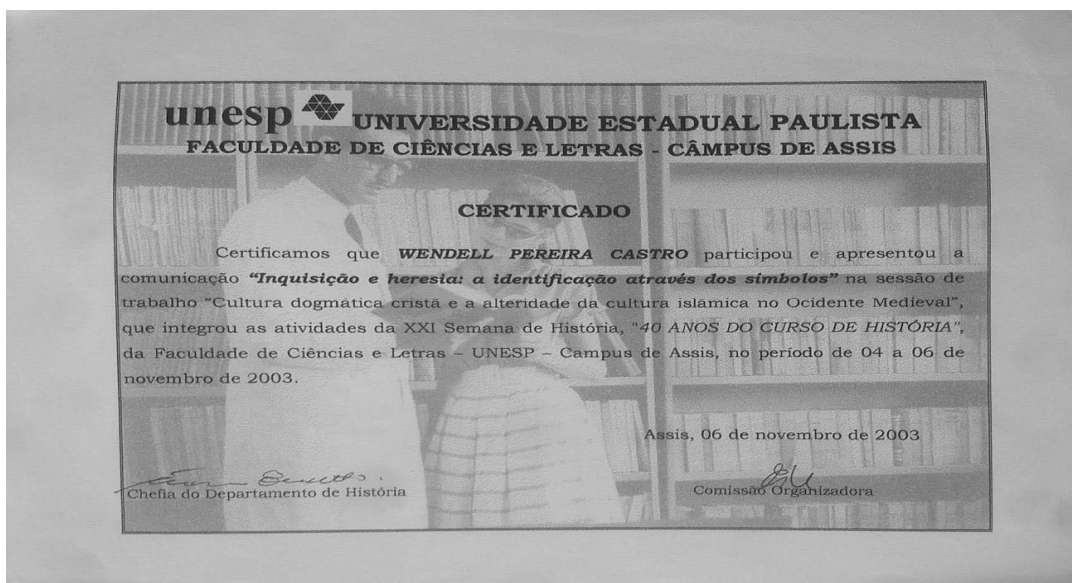
Fonte: Arquivo pessoal, 2001

5. Docente ou pesquisador, qual a prioridade?

Ao ingressar na UNESP, abracei plenamente a vida universitária e passei a integrar o Núcleo de Estudos Antigos e Medievais (NEAM), onde fui registrado como pesquisador não bolsista da PIBIC e recebi a bolsa de auxílio ao estudante (BAE). Dessa forma, em 2002, consegui me dedicar integralmente aos estudos, participando inclusive de um grupo de estudos de Latim voltado para tradução.

Em 2003, fiz minha primeira apresentação de trabalho como pesquisador, conforme representado na Figura 10. A partir desse momento, mergulhei na fascinante Idade Média, explorando os primórdios da Inquisição medieval. Nós, discentes e jovens pesquisadores, nos opúnhamos à teoria da Antiguidade Tardia, defendendo a Longa Idade Média, o que representava os deliciosos caprichos da juventude.

Figura 10: Minha 1ª apresentação de trabalho em congressos: “Inquisição e Heresia a Identificação Através dos Símbolos”



Fonte: Arquivo Pessoal.

Naquele momento, comecei a me considerar um pesquisador, embora tenha compreendido posteriormente que era apenas um curioso em relação a um tema. Apresentei diversos trabalhos em um curto espaço de tempo, dos quais destaco a releitura do meu primeiro trabalho no VI Simpósio da Associação Brasileira de História das Religiões, realizado em 2004, em Franca, SP. No ano seguinte, participei do meu primeiro congresso internacional, intitulado "Idade Média: Os Caminhos que Levam à

Inquisição", no I Ciclo Internacional de Estudos Antigos e Medievais, com o tema "Relações de Poder, Cultura e Educação", em Assis.

Entretanto, minha trajetória como “pesquisador” estava prestes a ser interrompida por um longo período. Em 2003, no início do meu terceiro ano do curso de História, fui contratado como professor da Rede de Ensino “Objetivo” em Paraguaçu Paulista e Rancharia, no interior de São Paulo. A Figura 11 retrata meu primeiro ano como professor no Colégio MVC Objetivo de Paraguaçu Paulista. Gradativamente, fui me afastando da pesquisa, entusiasmado com essa conquista profissional tão precoce. O sonho de tornar-me pesquisador em nível de Mestrado começou a se distanciar.

Na primeira década do século XXI, dediquei-me à docência, atuando na rede particular, municipal (como efetivo) e estadual (como contratado), com uma carga horária considerável de aulas. Tornei-me professor e aluno visitante da UNESP/Assis. Hoje, percebo que abandonar a carreira acadêmica e o Mestrado foi uma decisão precipitada, pois um título de Mestrado, aliado às habilidades e conhecimentos adquiridos ao longo do percurso, poderia ter gerado uma miríade de oportunidades e possibilidades dezoito anos atrás. Não tenho dúvidas de que perdi uma grande oportunidade ao desistir de conciliar pesquisa e docência simultaneamente. Na vida, aprendemos que, muitas vezes, o caminho mais cômodo não é o melhor.

Figura 11: Início do meu trabalho docente em 2003



Fonte: Arquivo pessoal, 2003

6. Voltando para casa e para a pesquisa

Minha vida universitária e minha atuação como profissional da educação haviam me afastado geograficamente da minha família. À medida que meus pais envelheciam a distância se tornava cada vez mais pesada, em 2009 surgiu a grande oportunidade de retornar para meu lar. Fui chamado para uma entrevista no Colégio Del Rey, em Passos/MG, a apenas 17 km da cidade onde meus pais residiam. Lembro-me com clareza da minha contratação, que representou uma significativa conquista: voltar para casa.

Em 2010, o Colégio Del Rey me selecionou para um curso de pós-graduação *lato sensu* em educação pela Faculdade Pitágoras, de Belo Horizonte, no formato semipresencial. Abracei essa experiência com entusiasmo. O título da minha pesquisa, apresentada em 2011, foi o artigo científico intitulado "A Ditadura nos Livros Didáticos de Moral e Cívica na Década de 1970 no Ensino Fundamental". Ao reler esse trabalho, percebo diversas incoerências e erros; contudo, a ciência e a pesquisa são um constante processo de repensar, recriar e revisitar.

No final do primeiro semestre de 2011, fui convidado a proferir uma palestra sobre meu antigo tema de estudo na Faculdade Calafiori, em São Sebastião do Paraíso, Minas Gerais. Sentia saudade dos debates teóricos e metodológicos, então retomei meus livros e pesquisei novas produções sobre o assunto. No dia 6 de junho de 2011, ministrei a palestra intitulada "Inquisição e Religião na Idade Média". A aceitação foi tão positiva que, no início do segundo semestre, fui contratado pela faculdade como substituto de um professor que se afastou para se preparar para o doutorado. Trabalhei por três semestres, mas, no início do ano seguinte, fui nomeado em São João Batista do Glória como professor de Educação Básica na rede pública estadual. Devido à incompatibilidade de horários entre as duas funções e ao fato de meu vínculo na Faculdade Calafiori ser uma substituição, deixei de lecionar no Ensino Superior em dezembro de 2012.

Figura 12: Palestra em 2011



Fonte: Arquivo pessoal

Em 2013, fui efetivado no meu primeiro cargo de professor da Rede Estadual de ensino de Minas Gerais. No mesmo ano, fui selecionado no processo seletivo para a Pós-Graduação *lato sensu* "O Uso de Mídias na Educação", curso oferecido na modalidade EAD pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Textos, vídeos e atividades bem escolhidos e elaborados, aliados a bons tutores e com ótima orientação trouxeram grandes contribuições para minha formação, acerca da linha do curso e para a minha formação de pesquisador. O título do Trabalho de conclusão de curso foi "Desenho Digital à Distância para o Ensino Médio do Colégio Del Rey por meio do Programa GIMP".

Hoje, reconheço que cursar esta pós-graduação foi de fundamental importância para ser aprovado no processo seletivo do Mestrado profissional em educação da UNIUBE pelo Programa Trilhas de Futuro. Na época em que cursei Licenciatura plena na UNESP, não se fazia trabalho de conclusão de curso. Minha primeira pós-graduação apresentou um baixo nível de exigência, tanto nas atividades, quanto no próprio trabalho de conclusão de curso. Logo, fica evidente a importância da experiência com a UFOP para a minha formação.

No ano de 2017, efetivei-me no segundo cargo de professor do estado de Minas Gerais e, um ano depois, fui eleito vice-diretor, de escola pública, cargo que com grande orgulho ocupo, até hoje.

Em 2020, a Organização Mundial da Saúde declarava oficialmente a ocorrência da Pandemia de COVID-19 situação que mudou a humanidade como um todo. A pandemia alterou o modo de viver, trabalhar, ensinar e aprender. A experiência com ensino e a aprendizagem em meio uma crise mundial de saúde tocou tanto a minha vida que foi o tema da minha proposta de pesquisa durante o processo seletivo da UNIUBE para o Mestrado, mas este assunto ficará mais para adiante.

Na política brasileira, este período foi marcado pela ascensão e queda da presidente Dilma Rousseff do Partido dos Trabalhadores, primeira e única mulher a assumir a chefia do poder executivo federal no Brasil. Na imagem 13 pode-se observar a passagem de faixas do ex-presidente Lula para a Então presidente eleita Dilma Rousseff. Seu governo é uma continuidade do governo Lula, destacando investigações de crimes do período ditatorial e um crescimento econômico modesto, influenciado pela crise econômica mundial.

Figura 13: A presidente Dilma Rousseff recebe a faixa presidencial do ex-presidente Lula



Fonte: Fabio Rodrigues Pozzebom / abril 2011

A sua reeleição com um placar apertadíssimo foi reflexo desses resultados. Durante o seu segundo mandato presidencial, o Brasil continuou tendo problemas econômicos, entrando em recessão. A partir deste momento, a oposição ao seu governo aumentou e, muitas ações para contornar a crise foram barradas pelo Poder Legislativo, assim a crise econômica somada ao afastamento de “aliados” políticos criaram todos os requisitos para o início de um processo de *impeachment*. Acontecimento que para parte dos aliados de Dilma este processo de *impeachment* foi considerado uma manobra política e por outros, um golpe com o objetivo de iniciar um período de uma agenda conservadora, representada pelos presidentes Michel Temer e posteriormente, Jair Bolsonaro.

Na educação, foram criadas as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCNEB) em 2013, numa tentativa de assegurar a formação básica comum nacional. Mas, o maior destaque ocorreu em 2017, em que se implantou a Base Nacional Comum Curricular, como previsto no PNE (2014-2024) que é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica. A BNCC foi aprovada e implantada de forma apressada e sem debates na sua construção e, por este motivo, é alvo de críticas e, atualmente, está sendo questionada nacionalmente.

O governo de Michel Temer inicia um conjunto de reformas que se alinham com princípios neoliberais, preparando o cenário político para a ascensão da extrema direita no Brasil. Esse momento é particularmente ilustrado na Figura 14, na qual o ex-presidente Temer transfere a faixa presidencial ao então presidente eleito, Jair Messias Bolsonaro.

O governo do Presidente Bolsonaro simbolizou a ascensão da extrema direita no Brasil, com um discurso polêmico com destaque para a declarada campanha antivacina, leniência em relação a questão ambiental, embates constantes com os jornalistas e por último, pela Pandemia de COVID-19, que trouxe prejuízos materiais, mas principalmente de vidas humanas. O mandato contou com o apoio de grupos religiosos mais ortodoxos, do agronegócio e da segurança pública, sublinha-se que os dois últimos grupos da sua base tiveram políticas públicas específicas voltadas para eles.

A educação no período notabilizou-se pela passagem de vários nomes no alto-comando do Ministério da Educação. No ano de 2019, na Gestão com duração de três

meses do ministro Ricardo Vélez Rodríguez, o MEC apresentou sete prioridades para a educação, quais sejam (G1, 2019):

- 1- Política nacional de alfabetização
- 2- Base Nacional Comum Curricular (BNCC)
- 3- Educação básica, com foco da renovação do Fundeb
- 4- Novo Ensino Médio, com foco no ensino profissionalizante
- 5- Escola cívico-militar
- 6- Educação especial, com foco na formação de intérpretes de Libras
- 7- Formação de professores

Ressalta-se que, com exceção das prioridades 2 e 5, todas as outras prioridades do MEC eram ações obrigatórias previstas na lei do PNE⁷. Vélez suspendeu a avaliação da alfabetização dos estudantes por dois anos (IstoÉ, 2019), apesar do relatório do MEC, a avaliação anterior⁸ apontou que 54,73% dos alunos de 8 anos apresentaram nível de escrita e leitura insuficiente (INEP, p. 7, 2017)

Durante a gestão, com duração de um ano e dois meses, do ministro Abraham Weintraub ocorreu o congelamento de R\$ 1,7 bilhões dos gastos das universidades, de um total de R\$ 49,6 bilhões. 4,5 mil de bolsas de iniciação científica, Mestrado ou Doutorado foram suspensas (G1, 2019). Seu sucessor Milton Ribeiro, foi empossado como ministro do Ministério da Educação em um momento crítico da Pandemia, foi o Ministro que por mais tempo ficou à frente da pasta durante o governo Bolsonaro. Foi neste período que a educação obteve grande vitória com a aprovação do novo Fundeb⁹.

Porém, as notícias que mais chamaram a atenção sobre a educação brasileira foram: a falta de ação do MEC em relação as aulas durante a pandemia, a existência de um gabinete paralelo formado por pastores que controlavam a agenda e verbas do Ministério da Educação, e, ainda, os cortes de verbas destinadas ao MEC. De acordo com notícia publicada no jornal Estadão (27/05/2022) houve um corte de 3,2 bilhões do orçamento do MEC, este bloqueio linear de 14,5% trouxe consequências para

⁷ O PNE em questão é a lei federal nº 13.005, DE 25 de julho de 2014, à qual a União, os estados e municípios precisam cumprir; ele tem duração de 10 anos e 20 metas para a educação, desde o ensino infantil até o superior.

⁸ A Avaliação Nacional de Alfabetização – Edição 2016 avaliou 2.160.601 alunos de 8 anos em Leitura e Escrita.

⁹ A Emenda Constitucional 108 torna permanente o Fundeb, uma das principais fontes de financiamento da educação no país, o Fundeb, que terminaria no fim de 2020. Também aumenta seu alcance e amplia em 13 pontos percentuais os recursos destinados ao setor pela União.

universidades, institutos federais, INEP entre outros órgãos ligados à pasta (Saldanã, Marchesini, 2022). Ao final de 2022, o governo federal não conseguiu se aproximar das metas propostas, nem dar suporte necessário para o cumprimento do Plano Nacional de Educação.

Figura 14: Ex-presidente Temer passando a faixa presidencial para Jair Bolsonaro



Fonte: Célio Messias/Estadão Conteúdo - 2019

7. Enfim, o Mestrado

O primeiro grande desafio foi o processo seletivo para o Mestrado, isto representou desenterrar um Currículo Lattes, dez anos parado, e fazer a sua atualização, desenvolver um pré-projeto de pesquisa, após tanto tempo sem pensar pelo viés de pesquisador. Meu pré-projeto foi pensado a partir de problemas e soluções que observei e vivenciei durante a pandemia de COVID-19, com o título Uso de Smartphones como Ferramenta Didática Durante a Pandemia de COVID-19 na Escola Estadual São José, em 2021, e suas Potencialidades, foi uma maratona para escrevê-lo, mas a experiência foi instigante e meu pré-projeto e o currículo foram aprovados. O meu sonho de estar no Mestrado se concretizou, a experiência foi

emocionante e desafiadora; a imagem 15 retrata meu primeiro dia de aula no Mestrado Profissional em Educação na UNIUBE.

Figura 15: Primeiro dia de aula no Mestrado na UNIUBE



Fonte: Arquivo pessoal - 2022

São empolgantes os textos, os debates, as problematizações compartilhadas com professores e os colegas desta viagem engrandecedora, que me dão forma e me contagiam com a alegria da produção científica. Esses companheiros de Mestrado da UNIUBE vão além do suporte teórico e metodológico, são pessoas que dão apoio humano. Na aula inaugural ecoou bem forte a frase: “ninguém solta à mão de ninguém”, que depois passou a ser um mantra. A figura 16 retrata o encerramento da disciplina Processos Investigativos em Contextos Escolares, ultima cursada antes da conclusão do Mestrado.

Figura 16: Encerramento da disciplina Processos Investigativos em Contextos Escolares



Fonte: Arquivo Pessoal – 2023

Provocador é ser um pesquisador da educação num país que, tradicionalmente, deixou, em um segundo plano, tanto a educação quanto a pesquisa. Desafiador é atuar, simultaneamente, na pesquisa e na docência, combinadas com a gestão escolar. Do dia 1º de agosto 2022 ao dia 29 de março de 2023, as atividades do Mestrado foram desenvolvidas, paralelamente, a uma carga de sessenta horas semanais, nas funções de professor de Geografia da rede privada, professor efetivo de História da rede pública e vice-diretor na mesma instituição de ensino; após afastamento de parte da carga horária, meu tempo de trabalho reduziu-se para quarenta horas semanais.

Apesar de tamanho desafio, não tenho dúvidas que vencerei e sairei muito mais preparado, não só para as atividades acadêmicas e educacionais, mas para a vida.

1. INTRODUÇÃO

1.1 Tema, problema e justificativas

Em 10 de março de 2020, o *fôlder (anexo 1)*¹⁰ enviado às escolas pela Superintendência Estadual de Ensino de Minas Gerais informava sobre o vírus causador da COVID-19: “O Coronavírus é uma família de vírus que causa infecções respiratórias. O novo agente do coronavírus foi descoberto na China em 31 de dezembro de 2019, após registros de casos da doença”. O documento também orientava a “evitar realizar atividades em lugares com grande aglomeração de pessoas”, instrução que evoluiu para a suspensão das aulas presenciais por quase dois anos. Foi instituído, então, o Regime Especial de Atividades Não Presenciais (REANP) no estado de Minas Gerais.

De acordo com o Relatório número 1 da situação da OMS sobre o novo coronavírus, emitido em 21 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde foi informada sobre casos de pneumonia de etiologia desconhecida, detectados na cidade de Wuhan, província de Hubei, na China. Entre 31 de dezembro de 2019 e 3 de janeiro de 2020, um total de 44 casos de pacientes com essa pneumonia foram notificados à OMS pelas autoridades nacionais da China. As autoridades chinesas identificaram que o surto estava relacionado a um novo tipo de coronavírus, que foi isolado em 7 de janeiro de 2020.

Em 12 de janeiro de 2020, a China compartilhou com o mundo a sequência genética do novo coronavírus¹¹ para a utilização no desenvolvimento de kits de diagnóstico específicos. Em 13 de janeiro de 2020, o Ministério da Saúde Pública da Tailândia relatou o primeiro caso importado de novo coronavírus confirmado em laboratório, oriundo de Wuhan. Com o avanço da doença para a Tailândia, tornava-se evidente que não haveria barreiras para a propagação do coronavírus.

Em 27 de fevereiro de 2020, o Relatório de Situação sobre o coronavírus número 38 da Organização Mundial da Saúde (OMS) divulgou que nove novos Estados-Membros (Brasil, Dinamarca, Estônia, Geórgia, Grécia, Noruega, Paquistão,

¹⁰ Fonte: <https://srecurvelo.educacao.mg.gov.br/index.php/banco-de-noticias/8-uncategorised/institucional/125-orientacoes-de-prevencao-ao-novo-coronavirus>

¹¹ Os coronavírus (CoV) são uma ampla família de vírus que podem causar uma variedade de condições, do resfriado comum a doenças mais graves, como a síndrome respiratória do Oriente Médio (MERS-CoV) e a síndrome respiratória, aguda grave (SARS-CoV).

Romênia e Macedônia do Norte) notificaram casos de COVID-19 nas últimas 24 horas. No Brasil, o primeiro caso foi identificado no dia 26 de fevereiro, em um homem de 61 anos na cidade de São Paulo, conforme informações do Sistema Universidade Aberta do SUS (UNA-SUS). No dia 8 de março, foi confirmado o primeiro caso da doença em Minas Gerais, em uma mulher de 47 anos no município de Divinópolis (Pimenta, 2020). Em 11 de março, a OMS declarou que a epidemia de COVID-19 alcançaria a categoria de pandemia; no dia seguinte, a Prefeitura Municipal de Passos, Minas Gerais, notificou o primeiro caso de COVID-19 na cidade (G1, 2020). Segundo a OMS (Garcia, 2021), cerca de 15 milhões de pessoas morreram em decorrência da pandemia de COVID-19 em todo o mundo até o final do ano de 2021¹².

De acordo com o Painel Coronavírus, atualizado em:15/08/2024 15:30, até esta data foram confirmados no país 38.863.345 casos; e os óbitos confirmados foram 712.889¹³. Segundo Santos (2020, p. 23), “as pandemias não matam tão indiscriminadamente quanto se julga”, uma vez que o índice de mortalidade é maior em populações vulneráveis, como as de baixa renda, idosos, profissionais específicos, detentos e pessoas em internação. O autor também argumenta que “enquanto modelo social, o capitalismo não tem futuro” (2020, p. 24), ressaltando que, no contexto do capitalismo neoliberal, ocorreu uma degradação das políticas sociais, justificada pela crise financeira do Estado e pela demonização do serviço público. Exemplificando essa falha, os países que se distanciaram desse modelo demonstraram maior eficácia no enfrentamento da pandemia (Santos, 2020, p. 24).

As aulas nas escolas da rede pública do estado de Minas Gerais foram suspensas, e o Regime Especial de Atividades Não Presenciais (REANP) teve início em 18 de maio de 2020, na Escola Estadual São José, localizada em Passos, Minas Gerais. O regime, conforme o Memorando-Circular nº 34 da Subsecretaria de Gestão de Recursos Humanos da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, foi implementado a partir de 18 de abril de 2020 e descontinuado em 3 de novembro de 2021. Entre 5 de junho de 2021 e 3 de novembro de 2021, vigorou o ensino híbrido, que consistiu na combinação das ferramentas do REANP com a presença não obrigatória dos discentes nas escolas. A partir dessa data, até 22 de dezembro,

¹² Do início da pandemia até 31 de dezembro de 2021 o Brasil somou 619.056 óbitos em decorrência da doença (OLIVEIRA, 2021). No Estado de Minas o número é de mais de 56.659 óbitos de COVID-19 até o final de 2021 (anexo); na cidade de Passos 317 pessoas perderam suas vidas até 27 de setembro de 2021 (G1, 2021).

¹³ Os dados estão disponíveis no site do SUS <https://covid.saude.gov.br/>

término do ano letivo (conforme o calendário escolar anexo), foi exigido o retorno obrigatório às aulas, embora os chamados Planos de Estudo Tutorado (PET) continuassem a ser utilizados como a principal ferramenta didática naquele final de ano letivo.

O Memorando-Circular supracitado caracteriza o Regime Especial de Atividades Não Presenciais (REANP) como um mecanismo utilizado para organizar as ações escolares, com o objetivo de minimizar os danos decorrentes da impossibilidade de aulas presenciais e garantir a aprendizagem, bem como o cumprimento das propostas pedagógicas. Tal modalidade de ensino foi oferecida pelas Escolas Estaduais da Rede Pública de Educação Básica e de Educação Profissional de Minas Gerais. A análise concentra-se em como o ensino e a aprendizagem de História foram desenvolvidos na Escola Estadual São José, especialmente no nono ano do Ensino Fundamental. Quais foram os resultados das avaliações diagnósticas do SIMAVE na disciplina de História? A análise abrange os resultados das avaliações diagnósticas dos anos de 2020, 2021 e 2022, que fazem parte do SIMAVE – Sistema Mineiro de Avaliação e Equidade da Educação Pública. Este sistema foi criado em 2000, a partir da parceria entre a Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais e o Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora.

A avaliação diagnóstica do SIMAVE começou a ser aplicada em 2018, para alunos do Ensino Fundamental Anos Finais e Ensino Médio, abrangendo os componentes curriculares de Língua Portuguesa e Matemática. Seu objetivo consiste em verificar os conhecimentos que os estudantes desenvolveram nos anos escolares anteriores, fornecendo dados diagnósticos da aprendizagem para subsidiar as ações pedagógicas da escola. Desde 2018, os professores podem gerar relatórios e gráficos de desempenho com base nos resultados dos alunos. Na versão online, as informações sobre o desempenho dos estudantes são geradas automaticamente; se a escola optar pela aplicação impressa, os professores inserem as respostas dos alunos no sistema. Desde 2020, a avaliação diagnóstica do SIMAVE passou a contemplar também diversos outros componentes curriculares.

Neste cenário de isolamento social e na implementação de um novo regime de estudos, fundamentado na utilização de tecnologias digitais para superar as limitações impostas pela pandemia de COVID-19, surge a questão: teria esse regime a capacidade de manter os alunos conectados à escola e garantir uma qualidade

mínima em relação à educação oferecida no formato presencial? Como a pandemia afetou os estudantes, especialmente no que diz respeito ao ensino e à aprendizagem de História?

A utilização das tecnologias digitais proporcionou uma abordagem mais atraente para a maioria dos estudantes. O uso do celular como ferramenta educacional foi cercado de polêmicas e preconceitos por parte dos educadores; no entanto, sua ampla utilização se tornou evidente entre os discentes da Educação Básica. A pandemia de COVID-19 impôs a utilização do celular como ferramenta didática para os professores, permitindo a *gamificação*, a produção e edição colaborativa de textos, além de pesquisas e atividades artísticas.

Contudo, diversos fatores afastaram os alunos das aulas durante o REANP, entre os quais se destacaram a falta de acesso à internet e a disponibilidade limitada de aparelhos adequados para atender às necessidades educacionais, como apontado por Barros (2021). O aumento dos casos de violência doméstica também se configurou como um obstáculo para a continuidade dos estudos nesse período.

Este estudo tem como objetivo analisar os efeitos do REANP no ensino e na aprendizagem de História, especificamente no 9º ano regular, Turma 7, do Ensino Fundamental Anos Finais, na Escola Estadual São José, em Passos, Minas Gerais, durante a pandemia de COVID-19 em 2020 e 2021. Parte-se do pressuposto de que a implementação emergencial do Regime Especial de Atividades Não Presenciais durante o período em questão provocou diversos efeitos negativos decorrentes do isolamento social, como a vulnerabilidade de crianças e jovens expostos a várias formas de violência, insegurança alimentar, problemas psicológicos, medo, insegurança, falta de convívio social e retrocesso nas aprendizagens. Esses aspectos poderão ser examinados através dos indicadores, como os resultados das avaliações diagnósticas.

No contexto da Escola Estadual São José, o segmento educacional escolhido para análise foi o Ensino Fundamental, especificamente o 9º ano Regular, Turma 7. Essa escolha se justifica pelo fato de que o 9º ano representa a conclusão do Ensino Fundamental, marcando a transição para o Ensino Médio, o que encerra um ciclo importante da escolarização e a consolidação dos conhecimentos históricos desse nível da Educação Básica, além de preparar os estudantes para o Ensino Médio. Outra motivação para a escolha é a familiaridade e o interesse pelo seguimento e ano desenvolvido, ao longo da minha carreira no Ensino Fundamental incluindo o 9º ano

O termo "ensino" é compreendido como instrução, sendo descrito por Araújo (2018, p. 15) como “uma sinalização que deixa marcas definitivas – evidentemente, no aprendiz, elo e razão de ser do ensino que se exprimem pela aprendizagem”. O autor também observa que o termo “Fundamental” está vinculado ao conceito de essencial, básico e indispensável, tendo sua raiz no verbo fundar, o que implica assentar solidamente. O termo “Ensino Fundamental” passou a ser utilizado, nacionalmente, a partir da Constituição Federal de 1988, abrangendo alunos de sete a quatorze anos. Essa definição de faixa etária foi alterada nos anos subsequentes, e com a promulgação da Lei nº 11.274 de 2006, ampliou-se o período, incluindo também os alunos de seis anos e, assim, estendendo o tempo de permanência no Ensino Fundamental para nove anos.

Ao analisar o REANP como política educacional emergencial em Minas Gerais é necessário esclarecer que este regime foi implantado durante a gestão do governador Romeu Zema Neto, do partido Novo¹⁴, o qual adota um modelo de gestão neoliberal. De acordo com Freitas (2005), as políticas públicas neoliberais, ao promover mudanças a partir de um centro irradiador, não consideram a realidade específica de cada comunidade escolar, demonstrando-se pouco eficientes na promoção de um ensino público de qualidade. O autor enfatiza que esse modelo abusa da regulação e defende a não intervenção do Estado no mercado, funcionando apenas como um “Estado avaliador”. Nesse contexto, a regulação se relaciona com o processo de privatizações, transferindo a maior parte da ação e responsabilidade para o mercado.

No entendimento de Barroso (2005), o neoliberalismo, na educação, segue uma lógica estritamente econômica da globalização, apropriando-se de valores específicos do mercado, como competição, concorrência e excelência, além de adotar um modelo de gestão empresarial. O autor considera o uso dessa doutrina um insucesso como norteador de políticas públicas de qualidade, uma vez que o mercado se torna o foco dessa abordagem.

Em Minas Gerais, as escolas implementam o Currículo de Referência de Minas Gerais, homologado em dezembro de 2018. Este currículo baseia-se na Base Nacional Curricular Comum e, no componente curricular de História do Ensino Fundamental, postula que “todo conhecimento sobre o passado é também um

¹⁴ A proposta política do Partido Novo pode ser conhecida em <https://novo.org.br/>

conhecimento do presente elaborado por distintos sujeitos” (p. 395). Segundo o Currículo de Referência de Minas Gerais, as aulas de História devem desenvolver no aluno a capacidade de contextualização e a compreensão do tempo histórico, considerando suas rupturas e permanências; assim, o ensino do passado pelo passado não se justifica. Essa premissa converge com esta pesquisa, na medida em que se analisa o passado recente, compreendendo os anos de 2020 a 2021 no contexto do Regime Especial de Atividades Não Presenciais em Minas Gerais, a fim de entender seus desdobramentos no tempo presente.

O Regime Especial de Atividades Não Presenciais foi o mecanismo utilizado em todo o Estado de Minas Gerais para substituir as aulas presenciais durante o auge da pandemia de COVID-19 no Brasil. Trata-se de um período em que o autor esteve diretamente vinculado ao cotidiano da Escola Estadual São José em Passos, atuando como docente e vice-diretor, vivenciando assim o REANP. A partir das primeiras leituras sobre a temática, verificou-se que os estudos sobre o objeto da pesquisa são incipientes, o que justifica a análise dos dados dessa época, uma vez que permitirá ampliar a compreensão dos resultados dessa política educacional emergencial.

A análise criteriosa das ferramentas disponíveis na unidade escolar, somadas aos índices resultantes das avaliações diagnósticas e aos dados da evasão escolar, revelou os resultados do Regime Especial de Atividades Não Presenciais em relação ao desenvolvimento dos conhecimentos históricos, sejam estes consolidados ou não, permitindo intervenções pedagógicas mais precisas em casos de não consolidação.

Vivemos um tempo de instabilidade e incertezas. Existem possibilidades de novas pandemias, eventos climáticos, como a catástrofe vivida pelo estado do Rio Grande do Sul em 2024, conflitos bélicos e outras situações emergenciais, o que exigirá novos modelos para promover a educação fora dos ambientes tradicionalmente utilizados. Para Santos (2020, p. 23), “a pandemia e a quarentena estão a revelar que são possíveis alternativas, que as sociedades se adaptam a novos modos de viver quando tal é necessário e sentido como correspondendo ao bem comum...”. Assim, acredita-se que este estudo poderá contribuir para outros programas e políticas públicas a serem desenvolvidos pelo estado, em casos de emergências de saúde, ambientais ou políticas.

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo geral

Avaliar os efeitos da implementação do REANP (Regime Especial de Atividades Não Presenciais) no ensino de História, no 9º ano regular, Turma 7 do Ensino Fundamental Anos Finais na Escola Estadual São José em Passos/MG implementado no período pandêmico nos anos 2020 e 2021.

1.2.2 Objetivos específicos

- Contextualizar a Escola Estadual São José em Passos/MG, no espaço geográfico, social, econômico e cultural em que se situa.
- Caracterizar a política educacional emergencial desenvolvida pelo governo do Estado de Minas no período da pandemia por meio da implantação do REANP
- Comparar a História ensinada no 9º ano do EF antes da Pandemia, via coleção didática Piatã e nos PETs, material didático utilizado no Regime Especial de Atividades Não Presenciais
- Analisar e comparar os resultados de avaliações de aprendizagem diagnósticas, realizadas pela SEE/MG nos anos 2020, 2021 e 2022 e aplicadas aos alunos que pertenciam ao 9º ano Regular Turma 7 do E. F. Anos Finais
- Desenvolver uma atualização sobre o uso das tecnologias digitais mais utilizadas na pandemia de COVID-19 e que ainda são muito utilizadas em escolas do Brasil, para ampliar as ferramentas didáticas disponíveis para os docentes.

1.3 Referencial teórico-metodológico

A investigação tem como um dos pilares de análise os resultados da política educacional emergencial, em particular o Regime Especial de Atividades Não Presenciais (REANP), no ensino e aprendizagem de História no 9º ano Regular, Turma 7 do Ensino Fundamental Anos Finais na Escola Estadual São José, com sede em Passos, MG e tem como recorte temporal o período da Pandemia de COVID-19, entre os anos 2020-2021. Com o objetivo de compreender melhor o objeto, dialogamos com referenciais do campo das políticas públicas educacionais, como os

textos: O Estado, a Educação e a Regulação das Políticas Públicas de João Barroso (2005); Qualidade Negociada: Avaliação e Contrarregulação na Escola Pública de Luiz Carlos de Freitas (2005), a Cruel Pedagogia do Vírus de Boaventura de Sousa Santos (2020) e a Abordagem do Ciclo de políticas públicas: uma Contribuição para a Análise de políticas Educacionais de Jefferson Mainardes (2006).

Os estudos de Barroso (2005) e Freitas (2005) contribuem para este trabalho ao debater o conceito de regulação e contra regulação nas políticas públicas educacionais, afora trabalhar o alcance das políticas públicas neoliberais e seus desdobramentos. Mainardes colabora com a análise da abordagem do ciclo de políticas e os cinco contextos, os quais, demonstram de forma crítica, o contexto de formulação de uma política educacional (contexto da influência, da produção de texto, da prática, dos resultados, de estratégias). Essa teoria que contribui com entendimento da origem do REANP como política educacional e, ainda, esclarece as diferenças dos resultados de ensino e aprendizagem no contexto mineiro (geral/macro) em relação à Escola Estadual São José em Passos (específico/micro). Boaventura de Sousa Santos assinala que a pandemia realçou as desigualdades sociais que assolaram a população mundial, bem como as relações com o modelo capitalista atual. Sua obra, escrita no período pandêmico instiga reflexões sobre os efeitos da pandemia. Tais conceitos e reflexões só foram compreendidas após análise criteriosa dos documentos que legislam o REANP e da análise quali-quantitativa dos resultados das avaliações diagnósticas da educação estadual referente à Unidade escolar estudada.

As aulas de História da E. E. São José em Passos durante o auge da pandemia de COVID-19 tiveram como principais recursos a experiência trocada entre os professores desta unidade Escolar, além das ferramentas oferecidas pelo governo de Minas Gerais como, *Google sala de aula*, *Google meet* e o conjunto de tele aulas do programa denominado *Se Liga na Educação*; além do *WhatsApp* como ferramenta auxiliar.

Acerca do ensino de História no Ensino Fundamental ancoramos a discussão em Guimarães (2013), Bittencourt (2004), Karnal et al., (2003), Monteiro (2007). Essas obras apresentam resultados de investigações e experiências didáticas no campo do ensino de História.

Sobre o ensino no período da pandemia, a experiência pesquisada por Nicolini e Medeiros (2021) tem como pilar principal o Grupo de Reflexão Docente (GRD), que

é um espaço de troca de experiências e aprendizagem de diversos estados brasileiros (Goiás, Tocantins, Bahia, Ceará, Rio Grande do Norte e Rio de Janeiro), tornando o fluxo de informações e de práticas exitosas mais amplas.

Defendem que para ter uma formação histórica deve-se construir uma ligação entre o que se ensina nas escolas e o que é produzido por historiadores e filósofos da História, logo defendem a constante atualização das aulas de História em acordo com as novas descobertas e trabalhando também novas tendências: “O desenvolvimento humano é compreendido a partir de uma atitude científica, ancorada na reflexão epistemológica sobre o conhecimento histórico e social. Sem essa compreensão, a eficácia da aprendizagem histórica fica comprometida” (Nicolini e Medeiros, 2021, p. 289-290).

As aulas de História para possuírem significado e se afastarem do campo da pura abstração devem fazer sentido para os alunos, assim, faz-se necessário estarem vinculadas ao cotidiano do aluno. “O conhecimento histórico adquirido dentro e fora de sala de aula e o lugar da História como disciplina escolar que produz sentido para o tempo presente constituíram-se em elementos que nortearam a fala desses aprendizes” (Nicolau; Zampa; Wanderley, 2021, p. 208).

Ainda sobre o ensino e aprendizagem de História no período da pandemia foram identificados os seguintes estudos: Gonçalves e Sobanski (2022); Boudoux e Silva (2022); Nicolini e Medeiros (2021); Andrade, A. R.; Costa, F. S.; Lima, N. C.; Romão, G V S (2021); Brito & Brito (2022); Paula e Coelho (2021); Aprendizagem escolar de História em tempos de pandemia no Cap-UERJ: um olhar didático-histórico sobre o tempo presente Nicolau, Zampa, Wanderley (2021).

Esta pesquisa sobre os resultados do Regime Especial de Atividades Não Presenciais como política educacional para o ensino de História, no 9º ano Regular Turma 7 do Ensino Fundamental Anos Finais, na Escola Estadual São José em Passos, Minas Gerais, tem como base metodológica o estudo de caso educacional segundo Robert Yin e Marli André. Esta modalidade de pesquisa foi considerada apropriada para avaliar os efeitos da implementação do REANP como política educacional utilizado no período pandêmico nos anos 2020 e 2021. Os “estudos de caso podem ser usados em avaliação ou pesquisa educacional para descrever e analisar uma unidade social, considerando suas múltiplas dimensões e sua dinâmica natural” (André, 2013 p. 97). Como esforço investigativo, a modalidade estudo de caso

contribui, de forma inigualável, para a compreensão que temos dos fenômenos individuais, organizacionais, sociais e políticos (Yin, 2003. p 21).

Com o intuito de se investigar o tema, o estudo partirá da perspectiva de abordagem qualiquantitativa, buscando comparar os resultados de avaliações diagnósticas nos anos de 2020, 2021 e 2022. Ter-se-á como início a análise bibliográfica acerca do tema, seguido de uma análise documental e análise de normas: leis, resoluções, circulares sobre o REANP. Utilizar-se-á dos resultados de avaliações diagnósticas e dos dados da evasão escolar do mesmo período. Terminaremos com a análise dos PETs e dos Livros didáticos de História da linha Piatã (Ensino Fundamental, Anos finais) utilizados na unidade escolar antes da pandemia.

1.4 Como está organizada a dissertação/ produto

A dissertação está organizada nas seguintes partes. Na primeira parte, Prólogo apresentado uma narrativa de vida pessoal e profissional por meio do Memorial, proporcionando ao leitor uma visão das experiências contextualizadas, que “moldaram” o fazer-se professor e pesquisador, oferecendo, assim, um acesso mais profundo às perspectivas que guiaram o desenvolvimento deste estudo.

A primeira seção desta pesquisa denominada introdução está estruturada em partes distintas. Foi apresentado o tema central, proporcionando informações essenciais para a compreensão do estudo. São discutidos aspectos relevantes sobre o coronavírus e a doença por ele causada, bem como o REANP como política educacional e sua relação com as aulas nas escolas estaduais de Minas Gerais durante a pandemia, com destaque para a E.E. São José e abordando os desafios enfrentados. Ademais, são delineados os problemas associados ao tema e as justificativas que embasam este estudo de caso. A terceira parte aborda os objetivos, os quais se dividem em geral e específicos. Dentro do item objetivo busca-se em avaliar os efeitos da implementação do REANP como política educacional no contexto da Escola Estadual São José, utilizando como base o arcabouço documental. Apresenta-se o referencial teórico-metodológico. Para uma compreensão mais aprofundada dos conceitos fundamentais abordados na pesquisa, são exploradas as obras de Barroso (2005), Freitas (2005), Santos (2020), Mainardes (2006), Guimarães

(2013), Bittencourt (2004), Karnal et al. (2003), Monteiro (2007), entre outros. Por fim, na última parte da introdução, são delineados a estrutura da dissertação/ produto.

A seção 2, intitulada Corpus Documental e Pesquisas Acadêmicas sobre o tema, são expostos os documentos selecionados e analisados sob uma perspectiva científica. Esta documentação está dividida em três partes: 1- documentos orientadores da educação nacional; 2- documentos legais relacionados diretamente ou indiretamente à criação do Regime Especial de Atividades não Presenciais; 3- materiais didáticos empregados no ensino de História nos anos de 2019, 2020 e 2021, bem como as avaliações diagnósticas.

Na seção 3, apresentamos uma descrição densa sobre o cenário da investigação, intitulada " O Cenário da Investigação: Escola Estadual São José", oferece uma descrição minuciosa da Unidade de Ensino que servirá como cenário para a pesquisa de campo. São abordados aspectos como sua história, as características socioeconômicas do bairro na qual está inserida, sua localização espacial, bem como informações pertinentes à formação dos professores e suas aspirações em relação à formação continuada. Também se descreve o Ensino Fundamental, segmento que será objeto de análise e são examinadas transformações desse segmento, que contemplará recortes históricos desde o período da Ditadura Civil-Militar até sua configuração atual, destacando a significativa importância educacional desse segmento.

A quarta seção, intitulada "A História ensinada no Ensino Fundamental da Escola Estadual São José", realiza uma reconstrução das aulas de História no 9º ano Regular Turma 7 do Ensino Fundamental Anos Finais durante a Pandemia de COVID-19 em 2021. Para isso fez-se necessário analisar as ferramentas utilizada nas aulas e perfil da turma. Essa análise possibilitou a compreensão das potencialidades e deficiências das aulas em questão.

A quinta seção, intitulada "A aprendizagem em História durante a pandemia segundo indicadores da avaliação do SIMAVE", apresenta um painel dos resultados do REANP com base nas avaliações diagnósticas oficiais do estado de Minas Gerais aplicadas na unidade de ensino analisada, juntamente com os índices de evasão do 9º ano Regular Turma 7 do Ensino Fundamental Anos Finais. Esses dados são cruciais para ponderar os impactos da política educacional REANP e são

fundamentais para orientar intervenções pedagógicas futuras e, se necessário, otimizar a implementação do REANP.

"Considerações finais", marca o epílogo desta jornada de pesquisa. É neste ponto que revisitamos as questões primordiais do estudo, ponderando sobre os resultados do Regime Especial de Atividades não Presenciais como política educacional na E. E. São José em 2021. Entretanto, como expresso na letra da música "Encontros e Despedidas" de Milton Nascimento, "O trem que chega é o mesmo trem da partida". Assim, a conclusão desta pesquisa não apenas encerra o estudo específico, mas também sinaliza o início de possíveis outras investigações. O conhecimento científico, nesse sentido, demanda uma constante reavaliação à luz de novas hipóteses, contextos e descobertas.

2. CORPUS DOCUMENTAL E PESQUISAS ACADÊMICAS SOBRE O TEMA

2.1 Corpus documental da pesquisa

O documento “[...] pertence ao homem, depende do homem, serve ao homem, exprime o homem, demonstra a presença, a atividade, os gostos e as maneiras de ser do homem” (Le Goff, 1994, p. 540), desta forma para se analisar e compreender fenômenos da sociedade humana os documentos são elementos fundamentais para uma análise plausível.

A pesquisa tem como recorte temporal a História recente, momento do passado recente, que oferece um vasto corpus documental, porém cria mais obstáculos a uma análise imparcial do pesquisador, o qual pode ficar refém de suas memórias, experiências e sensações; desta forma torna-se ainda mais relevante uma análise da documentação selecionada.

As capacidades da memória são limitadas e ninguém conseguiria pretender memorizar tudo. A memória pode também alterar lembranças, esquecer fatos importantes, ou deformar acontecimentos. Por possibilitar realizar alguns tipos de reconstrução, o documento escrito constitui, portanto, uma fonte extremamente preciosa para todo pesquisador nas ciências sociais. Ele é evidentemente, insubstituível em qualquer reconstituição referente ao passado relativamente distante, pois não é raro que ele represente quase a totalidade dos vestígios da atividade humana em determinadas épocas. Além disso, muito frequentemente, ele permanece como o único testemunho de atividades particulares ocorridas num passado recente (Cellard, 2012, p. 295)

Nesse sentido, foram examinados documentos públicos escritos que guardam relação com a educação e exerceram influência sobre o cenário educacional de Minas Gerais durante os anos de 2020 e 2021, regulamentando e orientando o ensino nos diferentes segmentos educacionais. Dessa maneira, a seleção e análise desses documentos tornam-se elementos centrais no estudo em questão. André Cellard (2008) apresenta cinco dimensões para -se fazer a análise preliminar. 1) O contexto: o pano de fundo histórico e social em que o documento foi escrito); 2) O Autor e os autores (que pessoa este texto representa ou envia mensagens, ideologias e interesses); 3) A autenticidade e a confiabilidade do texto (sua procedência, qualidade

da tradução, proximidade ou distanciamento do que se descreve, quem escreveu foi testemunha direta ou indireta? Origem social de quem escreve, relação entre os autores e o que eles descrevem); 4) A natureza do texto (teológico, médico, jurídico, político-ideológico, poético); 5) Os conceitos-chave e a lógica interna do texto (compreensão dos termos, palavras utilizadas, do desenvolvimento do argumento do autor).

Os documentos utilizados na pesquisa foram divididos em três agrupamentos. Agrupamento 1, documentos reguladores da educação nacional e estadual: Constituição Federal de 1988, Lei nº 9.394/1996 (LDB de 96), PCN - 3º e 4º Ciclo do E. Fundamental, CBC, Lei nº 11.645, de 10 março de 2008, PNE, BNCC, Currículo Referência de Minas Gerais.

Agrupamento 2, documentos legais, dispõem sobre a educação pública mineira no período da pandemia de COVID-19: Resolução 2.197/12, Medida Provisória nº 934/2020, LEI Nº 13.979 – Federal, Decreto nº. 47.886/2020 - MG, Deliberação do CE COVID-19 nº 1, Decreto federal do executivo nº 10.282, Deliberação do Comitê Extraordinário COVID-19 nº 18, Recomendação Conjunta MPMG (TR) Nº 02/2020, Resolução SEE nº 4.310/2020, Memorando-Circular nº 34/2020/SEE/SG - GABINETE, Deliberação do Comitê Extraordinário COVID-19 nº 26, Deliberação do Comitê Extraordinário COVID-19 nº 89, Resolução SEE nº 4.422/2020, Memorando-Circular nº 14/2020/SEE/SPP, Resolução SEE nº 4.468/2020, Memorando SEE/SB nº 542/2021, 4.692, de 29 de dezembro de 2021, Deliberação do Comitê Extraordinário COVID-19 nº 129, RESOLUÇÃO SEE Nº 4.506/2021, Resolução SEE nº. 4.644/2021, Resolução SEE nº 4.708/2022.

O Agrupamento 3, materiais didáticos utilizados no ensino de História, os relatórios das avaliações diagnósticas do período que analisam o resultado do binômio ensino/aprendizagem e o documento denominado relatório de atividades (anexo 2), no qual o professor descrevia quais eram as suas ações durante sua carga horária semanal de trabalho: Livro didático Piatã – História 9º ano; Folder SEE / SES-MG; Relatório da Avaliação diagnóstica do Simave 2020, 2021, 2022; PET 9º Ano (Volume 1, 2, 3 e 4) de 2021.

O agrupamento 1, documentos oficiais públicos, acessíveis a qualquer interessado, são os documentos reguladores, os pilares da educação brasileira atual.

A Constituição de 1988 representou a concretização de décadas de luta pela liberdade, democracia e direitos civis e humanos. A promulgação foi carregada de grandes expectativas para o Brasil como nação, sobretudo na perspectiva de redução das desigualdades que se aprofundaram durante o regime anterior. É evidente que a busca pelo pleno desenvolvimento nacional necessariamente implica em transformações no sistema educacional.

Secundo Cury (2023, p. 20) a Constituição de 1988 foi um marco para o país, pois marca “[...] a efetivação de princípios, fundamentos e objetivos que fortaleçam o campo da educação, com igualdade, equidade dentro de um regime de colaboração”. A Constituição Cidadã, promulgada em 1988, pela Assembleia Nacional Constituinte, emerge como resposta às mais de duas décadas de ditadura civil-militar, refletindo o anseio por redemocratização e garantia de direitos individuais. A magna carta de 1988 estabelece a educação como um direito inquestionável dos cidadãos brasileiros.

Dentro do primeiro agrupamento, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) figura como a legislação preeminente no contexto da educação brasileira, porquanto delineia os princípios, diretrizes, estrutura e organização do ensino, abarcando todas as suas esferas e setores no âmbito nacional, em total consonância com os preceitos da Constituição. Instituída pela Lei n. 9394 de 1996. Esta normativa conferiu uma proeminência real ao Ensino Fundamental no panorama educacional do país.

No que concerne aos conteúdos essenciais do Ensino Fundamental, como previstos na LDB, ressalta-se que este estágio de ensino é compulsório e gratuito, promovendo, assim, a acessibilidade à educação para todos os cidadãos brasileiros. Nesse sentido, a legislação vigente impõe a colaboração entre a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios, visando mitigar disparidades regionais, seja no âmbito financeiro ou curricular possibilita uma adaptação mais precisa às realidades locais, mediante a definição de currículos e conteúdos mínimos e a instituição de uma formação básica comum.

É estabelecido um sistema nacional de avaliação do desempenho escolar, com o propósito de identificar metas para sanar deficiências significativas, ao passo que os sistemas municipais de ensino também abarcam o Ensino Fundamental. A jornada

escolar compreende, no mínimo, quatro horas em sala de aula, com a progressiva expansão para o ensino em tempo integral.

O Ensino Médio assume a responsabilidade de consolidar e aprofundar os conhecimentos adquiridos no Ensino Fundamental, ressaltando a característica de continuidade, ao invés de ruptura, no processo de transição entre os segmentos educacionais. Quanto à Educação de Jovens e Adultos (EJA), destina-se àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no Ensino Fundamental, objetivando combater a evasão escolar e o analfabetismo.

Araújo (2018, p. 20 e 21) apresenta adições à LDB por meio de leis e medidas provisórias, a saber:

- Em 1997, 2006 e 2008: O Ensino Religioso, de matrícula facultativa, é considerado parte integrante da formação básica do cidadão, devendo ser ministrado nos horários regulares das escolas públicas, com respeito à diversidade cultural, sendo vedado o proselitismo. Isso evidencia a influência marcante da Igreja Católica, que, mesmo em um contexto de educação laica, mantém sua significativa influência.

- O Ensino Fundamental com nove anos, gratuito na escola pública, tem seu início aos seis anos de idade.

- Instituição da Década da Educação: Um ano após a publicação da LDB, cada município, e subsidiariamente, o estado e a União, devem matricular todos os alunos a partir dos seis anos de idade no Ensino Fundamental. Apesar de ser uma medida relevante, foi alvo de críticas quanto à sua implementação, que ocorreu de forma ágil, surpreendendo as unidades escolares que, em sua maioria, não estavam preparadas para as mudanças.

- Obrigatoriedade do estudo da História e da cultura afro-brasileira e indígena: uma antiga e justa reivindicação desses grupos em 2003 e 2008

Nos anos de 2013 e 2017, importantes alterações foram introduzidas no âmbito da legislação educacional brasileira:

- O Ensino Fundamental passou a ser reconhecido como um direito público subjetivo, transfigurando-se, portanto, incontestável. Tornou-se dever dos pais ou

responsáveis efetuarem a matrícula das crianças na Educação Básica a partir dos quatro anos de idade.

- As etapas da Educação Básica foram redefinidas, estabelecendo-se uma base nacional comum e uma parte diversificada, levando em consideração as peculiaridades regionais da sociedade, cultura, economia e dos próprios educandos.

- O ensino de Arte foi instituído como componente curricular obrigatório na Educação Básica, reconhecendo-se a importância das expressões artísticas regionais.

- A partir do 6º ano, foi estabelecido o ensino obrigatório da Língua Inglesa, visando à preparação dos estudantes para a comunicação globalizada e a inserção em um mundo cada vez mais interconectado.

- No que concerne à formação de docentes, para a educação infantil e os cinco primeiros anos do Ensino Fundamental, foi facultada a possibilidade de realização em nível médio, na modalidade normal, possibilitando uma formação mais específica e direcionada para esses segmentos educacionais.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais implementado em 1997 representam um padrão tanto para o Ensino Fundamental quanto para o Médio em todo do Brasil. Constituem um modelo de excelência para o ensino nos níveis Fundamental e Médio em todo o território nacional.

Por sua natureza aberta, configuram uma proposta flexível, a ser concretizada nas decisões regionais e locais sobre currículos e sobre programas de transformação da realidade educacional empreendidos pelas autoridades governamentais, pelas escolas e pelos professores. Não configuram, portanto, um modelo curricular homogêneo e impositivo, que se sobreporia à competência político-executiva dos Estados e Municípios, à diversidade sociocultural das diferentes regiões do País ou à autonomia de professores e equipes pedagógicas (PCN, p.13. 1997).

Conforme estabelecido pelo MEC¹⁵, a finalidade consiste em direcionar e garantir a congruência dos recursos no sistema educativo, promovendo a disseminação de debates, estudos e orientações. Esse esforço visa subsidiar a

¹⁵Disponível em Disponível em < <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf> > Acesso em: 7 abr. 2024

participação de profissionais e docentes brasileiros, especialmente daqueles que se encontram em situações de isolamento e possuem acesso limitado à produção pedagógica contemporânea.

O Currículo Básico Comum (CBC) representa uma proposta curricular introduzida em 2005 pela Secretaria de Educação do Estado de Minas Gerais para as escolas da rede pública estadual, sendo posteriormente substituído pelo Currículo Referência de Minas Gerais. A principal justificativa apresentada pela SEE-MG para a formulação dessa nova abordagem foi a percepção de que o modelo educativo tradicional não atendia adequadamente às particularidades do estado mineiro. O novo currículo busca ajustar-se às especificidades regionais por meio da adoção de novas metodologias de ensino, promovendo uma aproximação com a realidade dos alunos e incentivando a criticidade e a criatividade na apropriação do conhecimento científico. Ribeiro e Siquelli (2015), em seu artigo intitulado Ensino de História e Propostas Curriculares Oficiais: Análise por Meio de Protocolos, elaboraram quadros comparativos entre o ensino de História proposto pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e o CBC, fornecendo uma análise clara e objetiva das propostas de ambos.

Quadro 1 - Protocolo de análise -Objetivos PCN e CBC

	PCN e CBC	
Em que convergem	a) A história aparece ligada ao desenvolvimento da cidadania. b) A produção histórica não é feita de forma individualizada, mas coletiva, uma vez que essa ciência é um conjunto de memórias. c) Tratar a disciplina partindo da realidade do aluno. d) Formação para a criticidade e o desenvolvimento da democracia. e) Valorização do aluno como sujeito histórico. d) Desenvolver a noção de temporalidade. e) Necessidade de se desenvolver habilidades, competência e atitudes.	
Em que divergem	PCN	CBC
	Sem divergências na questão dos objetivos	Sem divergências na questão dos objetivos

Fonte: RIBEIRO e SIQUELLI (2015, p. 107)

Quadro 2 - Protocolo de análise - Caracterização de área de História PCN e CBC

	PCN e CBC	
Em que convergem	a) Defendem que a disciplina está ligada ao desenvolvimento das noções de cidadania. b) Salientam que a construção da história se deu por intermédio de um processo de compilação de múltiplas memórias, de diferentes povos. c) Consideram a questão das diferentes temporalidades em um mesmo período histórico, combatendo a visão da história linear d) Acreditam na aproximação entre a história escolar e a história acadêmica. e) Apresentam a necessidade de se desenvolver a história problema, que historicize, por meio de questões pertinentes, o cotidiano do alunado. f) Mostram a necessidade de um ensino pautado na interdisciplinaridade .	
Em que divergem	PCN	CBC
	a) Pensa o aluno como um sujeito ativo no processo de ensino e aprendizagem. b) As fontes históricas são vistas como meios essenciais para o desenvolvimento das temáticas históricas em sala de aula. c) Defende que não se aprende história exclusivamente na escola, cabendo a essa instituição o papel de organizar as memórias construídas em variados espaços.	a) Estudar história precisa contribuir para preparar o educando para a vivência democrática. b) Apresenta a questão do desenvolvimento do raciocínio histórico, que envolve as habilidades de observar fatos, formular questões, levantar hipóteses, interpretar e contextualizar.

Fonte: RIBEIRO e SIQUELLI (2015, p. 110)

Quadro 3 - Protocolo de análise - Critérios de seleção de conteúdos: PCN e CBC

	PCN e CBC	
	PCN	CBC
Em que convergem	a) Apresentam como maior critério para a seleção de conteúdos a realidade dos estudantes. É desse contexto que se devem extrair as problemáticas, a serem analisadas tendo por base uma perspectiva histórica.	
Em que divergem	a) Aponta que a relevância de determinado tema varia no tempo e no espaço. b) Os conteúdos precisam também ser selecionados de acordo com um diagnóstico dos domínios conquistados pelos estudantes.	a) Os conteúdos selecionados devem ter por base o eixo integrador de todo documento curricular oficial: "História e Cidadania no Brasil".

Fonte: RIBEIRO e SIQUELLI (2015, p. 113)

O Brasil constitui-se como nação a partir da fusão de diversos grupos étnicos provenientes de diferentes partes do mundo, resultando na formação da população brasileira, caracterizada por uma cultura singular e rica. Todavia, ao longo de sua trajetória, o país tem sido permeado por preconceitos, os quais contribuíram para o desenvolvimento de uma dívida histórica com uma considerável parcela de sua população. A Lei nº 10.639/2003 de 09 de janeiro de 2003, emerge no contexto da luta das comunidades afrodescendente e indígena, visando, em parte, reparar essa dívida histórica. Segundo Domingues (2005, p.165):

De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), de 53 milhões de brasileiros que vivem na pobreza, 63% são negros. De 22 milhões de brasileiros que vivem abaixo da linha de pobreza, 70% são negros (idem). Na área da Educação, a situação do negro não é menos calamitosa. Do total dos universitários, 97% são brancos, sobre 2% de negros e 1% de descendentes de orientais (idem). Segundo estudo baseado na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), de 1999, a taxa de analfabetismo é três vezes maior entre negros. Os jovens brancos, aos 25 anos, têm, em média, 8,4 anos de estudos, quando negros da mesma idade têm a média de 6,1 anos. No Itamaraty, existem apenas dez negros entre mil diplomatas. No Congresso Nacional, não passam de 3%. Juizes, médicos, oficiais, engenheiros, professores universitários negros somam um contingente ínfimo, parecem mais personagens de ficção no Brasil. Em cem anos de vida universitária, não chega a 1% o número de professores negros.

É patente a dívida histórica do país para com a população negra, a qual obteve uma significativa conquista com a promulgação da Lei Federal 10.639, de 2003. Esta

legislação, ao modificar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, institui a obrigatoriedade da inclusão da temática História e Cultura Afro-Brasileira no currículo oficial da rede de ensino. Além disso, a referida lei estabelece a celebração do Dia Nacional da Consciência Negra no calendário escolar, a lei dá outras disposições para a implementação da lei (BRASIL, 2003). A Lei nº 11.645, promulgada em 10 de março criada cinco anos após a Lei Federal 10.639, de 2003 é sua expansão e dá outras providências...

Art. 1º O art. 26-A da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 26-A. Nos estabelecimentos de Ensino Fundamental e de Ensino Médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras”. (NR) (Brasil, 2008).

A promulgação da Lei nº 11.645 de 2008 representou um avanço significativo na batalha contra o preconceito e a privação de direitos dos brasileiros. Contudo, torna-se manifesta a necessidade premente da implementação cotidiana no ambiente escolar de legislações como a anteriormente citada, a fim de evitar que se tornem meramente dispositivos inócuos, desprovidos de efetividade prática. A referida lei também colabora para a democratização do ensino da História, tornando inclusivo e mais próximo da realidade e identidade do Brasil, vale enfatizar que...

A história do ensino de história no Brasil é marcada por uma versão excludente, opressora e silenciadora de diversos sujeitos que fizeram e fazem parte da constituição do país. Prevaleceu o monopólio cultural detido pelo Norte, um ensino eurocêntrico e um olhar enviesado por estereótipos e visões pouco informadas sobre outras realidades, como, por exemplo, sobre os afrodescendentes e indígenas. (Silva Junior, 2016, p. 143)

A Lei nº 11.645, de 2008, promove uma reestruturação significativa no ensino da História, ao enfatizar a necessidade de uma abordagem mais contextualizada com a realidade brasileira. Tal lei contribui para uma maior coerência no ensino de História na Educação Básica, ao proporcionar visibilidade e valorização a elementos essenciais da formação do Brasil que, tradicionalmente, eram negligenciados ou inadequadamente representados nos livros didáticos e, por conseguinte, nas salas de aula em todo o país.

Um marco relevante para o atual panorama do Ensino Fundamental são as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica (DCNEBs) de 2013, instituídas pelo governo federal. Estas diretrizes visam contribuir para a formulação da Política Nacional de Educação, concentrando-se principalmente no aprimoramento do Ensino Fundamental. Além disso, as DCNEBs têm como objetivo a revisão de distorções concernentes a aspectos cruciais da educação, tais como defasagem idade-série, índices de evasão escolar e universalização do acesso às matrículas. São diretrizes obrigatórias destinadas à Educação Básica, as quais direcionam a elaboração dos currículos escolares e dos sistemas educacionais. Estas normas são objeto de debates, concepção e estabelecimento pelo Conselho Nacional de Educação. Mesmo com a introdução da Base Nacional Comum Curricular no Brasil, as Diretrizes mantêm sua relevância, pois ambos os documentos são complementares: as Diretrizes fornecem a estrutura geral, a BNCC detalha os conteúdos e as competências.

Outro referencial legislativo de suma importância para o Ensino Fundamental é o Plano Nacional de Educação (PNE), promulgado através da Lei Nº 13.005, delineia as diretrizes, objetivos e estratégias para a política educativa durante o intervalo de dez anos. O PNE visa à implementação de uma escola pública com acesso facilitado, garantia de permanência dos alunos e excelência no ensino. O atual Plano Nacional de Educação está em vigor desde 2014 até 2024, entretanto, conforme destacado por ANTUNES (2022), "[...] próximo ao término de sua vigência, 86% dos objetivos estabelecidos pelo Plano Nacional de Educação encontram-se até o momento não cumpridos." Lamentavelmente, é pouco provável que o PNE alcance resultados satisfatórios ou mesmo medianos, o que lança uma sombra preocupante sobre o

futuro da educação no país. É recorrente, infelizmente, a incapacidade do governo brasileiro em atingir as metas por ele mesmo propostas, o que evidencia a falta de comprometimento com um dos alicerces fundamentais para o desenvolvimento nacional: a educação. Esta, por sua vez, é responsável por conferir dignidade, autonomia, discernimento e capacidade produtiva aos indivíduos.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), um documento normativo para as redes de ensino, tanto públicas quanto privadas, representa uma referência obrigatória na elaboração dos currículos escolares e nas propostas pedagógicas destinadas à educação infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio em todo o território brasileiro. O Currículo de Referência de Minas Gerais é um documento regulador de adequação da BNCC às particularidades do estado de Minas Gerais. Tanto a BNCC quanto o Currículo de Referência de Minas Gerais são documentos oficiais acessíveis a qualquer interessado, porém foram concebidos num contexto marcado pelo turbulento período do *impeachment* da então, presidente Dilma Rousseff e pela subsequente ascensão ao poder de seu vice-presidente, Michel Temer.

A aprovação da BNCC suscitou questionamentos acerca de sua legitimidade e eficácia, em meio a um cenário de incertezas. Com caráter regulador e homogeneizador visa direcionar o ensino visando atender exigências de avaliações educacionais, tanto nacionais quanto internacionais, o que acaba limitar o papel da educação escolar, sobretudo no Ensino Fundamental.

Os exames atualmente incidem diretamente sobre as escolhas em termos de currículo. Agora, a BNCC passaria a determinar os conteúdos dos exames. Essa é uma das justificativas para sua existência: garantir maior fidedignidade às avaliações. Isso nos leva a uma lógica paradoxal a partir da qual nos vemos como que andando em círculo: dos exames para o currículo e do currículo para os exames. (Silva, 2018, p. 46).

O Currículo Referência de Minas Gerais, transposição da “Base” persiste com as mesmas questões presentes na BNCC, uma vez que representa uma adaptação às peculiaridades do contexto mineiro. Não obstante, o documento difunde o

propósito de buscar o reconhecimento e a valorização das diversas comunidades, culturas, territórios e tradições que caracterizam o estado de Minas Gerais.

A BNCC foi homologada em 20 de dezembro de 2017, como um documento normativo que estabelece o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos brasileiros devem desenvolver ao longo das diversas etapas e modalidades da Educação Básica. Inicialmente concebida durante o governo da Presidente Dilma Rousseff, a BNCC sofreu significativas modificações após o *impeachment* ocorrido em 2016.

O objetivo, segundo o documento é aprimorar a equidade e a qualidade do ensino no Brasil, baseando-se na inclusão de conhecimentos indispensáveis nos currículos do Ensino Fundamental (bem como na educação infantil e médio, embora não sejam o foco da discussão neste contexto). No delineamento estrutural da BNCC, o objetivo é “garantir clareza, precisão e explanação do que se espera que todos os alunos aprendam no Ensino Fundamental, fornecendo diretrizes para a elaboração de currículos em todo o país, adaptados às diversas realidades contextuais”.

Entretanto, é importante ressaltar que a BNCC não constitui um currículo em si, mas estabelece diretrizes para a composição dos currículos escolares em âmbito nacional. Apresenta uma série de conhecimentos que, quando desenvolvidas, conduzem à formação dos alunos, destacando-se dez competências gerais a serem cultivadas: conhecimento, pensamento científico, crítico e criativo, repertório cultural, comunicação, cultura digital, trabalho e projeto de vida, argumentação, autoconhecimento e autocuidado, empatia e cooperação, responsabilidade e cidadania. Cada etapa da Educação Básica e cada componente curricular possuem seus respectivos conhecimentos, os quais evoluem em termos de complexidade.

A BNCC recebeu várias críticas¹⁶, tanto ao modo de elaboração, marcada pela ausência de uma consulta ampla aos docentes, sua elaboração e aprovação precipitadas, com escassez de debates, quanto à concepção e estrutura, mais voltada para atender a avaliações nacionais e internacionais do que para se adequar às

¹⁶ Dentre as críticas ao processo, a forma e aos conteúdos, cita-se: ANPED. MANIFESTO CONTRA A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR. São Luiz, MA, 04/10/2017. Disponível em [//anais.anped.org.br/sites/default/files/manifesto2_contra_a_base_nacional_comum_curricular.pdf](http://anais.anped.org.br/sites/default/files/manifesto2_contra_a_base_nacional_comum_curricular.pdf)

realidades da educação nacional. Além disso, há a preocupação com o empobrecimento dos conteúdos, conforme apontado por Ornellas e Silva (2019, p. 323).

Aprender e compreender os conteúdos historicamente construídos é uma condição libertadora, pois as pessoas de classes sociais de baixa renda e desprovidos, ao serem privadas do conhecimento, permanecem excluídas. A BNCC parece se afastar da defesa de um currículo centrado no conhecimento poderoso, na perspectiva Young e Muller (2013), o que se tornou perceptível diante do envolvimento de empresas privadas em parceria com o Estado, como o Movimento em prol da Base Nacional. Isso suscitou questionamentos sobre o conhecimento a ser ensinado. Trata-se de algo realmente poderoso ou apenas atende aos interesses dos poderosos.

Ao examinarmos o documento da BNCC para o Ensino Fundamental, podemos observar uma extensa lista de competências, conhecimentos listados (sem conceitos explícitos) e críticas por parte das áreas do conhecimento devido à sua incompletude. Isso ficou evidenciado ao analisarmos pareceres de diferentes áreas, que revelam concordâncias, divergências e tensões em relação aos conhecimentos considerados fundamentais para cada uma delas. Essa organização remete aos descritores de avaliação de larga escala e aos interesses de organizações privadas.

É patente que a BNCC para o Ensino Fundamental atende o ímpeto de regulação, parece ter sido moldada para atender aos interesses de grandes grupos financeiros e políticos, priorizando o fortalecimento de competências em detrimento dos conteúdos, e da busca do equilíbrio entre esses dois elementos. Além disso, o MEC falhou em estabelecer uma verdadeira interlocução com sindicatos, movimentos sociais, associações acadêmicas e educadores, o que comprometeu a legitimidade da BNCC e, conseqüentemente do CRMG.

Em resumo, ao longo do tempo, o Ensino Fundamental tem vivenciado alguns avanços, porém mais moroso que o necessário, em termos de financiamento, acesso e qualidade pedagógica do ensino e aprendizagem, além da redução do abandono escolar¹⁷. Embora tenham predominado os avanços, ainda há muito a ser feito para

¹⁷ Os resultados do IDEB 2023 podem ser conhecidos em <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/ideb>

alcançar um Ensino Fundamental que promova a democracia, eduque para a cidadania, estimule o crescimento econômico e prepare a sociedade para os desafios do futuro.

Quadro 4 – Pilares normativos do Ensino Fundamental em Minas Gerais pós CF 1988

DOCUMENTO	RESUMO	DATA
Constituição Federal de 1988	Lei Máxima da República Federativa do Brasil	05/10/1988
Lei nº 9.394/1996 (LDB de 96)	Define e regulariza a organização da educação brasileira com base nos princípios presentes na Constituição.	20/12/1996
Lei 10639/2003	Altera a LDB de 1996 para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.	09/01/2023
CBC	O Conteúdo Básico Comum (CBC) representa a proposta curricular elaborada pela SEE-MG (Secretaria de Educação do Estado de Minas Gerais), para às instituições de ensino pertencentes à rede pública do estado de Minas Gerais.	2005
Lei nº 11.645, de 10 março de 2008	Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena".	10/03/2008
DCNs	As DCNs (Diretrizes Curriculares Nacionais), estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação representam preceitos que devem ser aplicados na Educação Básica, os quais direcionam a elaboração dos currículos escolares e dos sistemas de ensino.	2013
PNE	O PNE (Plano Nacional de Educação), instaurado pela Lei Nº 13.005, estabelece as diretrizes, metas e estratégias para a política educacional no período de 2014 a 2024.	2014

BNCC	Documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica	22/12/2017
Currículo Referência de Minas Gerais	Documento elaborado a partir da Base Nacional Comum Curricular (BNCC/2017) e a partir do reconhecimento e da valorização dos diferentes povos, culturas, territórios e tradições existentes no estado de Minas Gerais	2018

Fonte: Elaboração própria (2024)

Outro escopo documental importante é o agrupamento 2 destacando-se decretos, resoluções, deliberações, medidas provisórias e recomendação MPMG, diretamente, vinculados a construção dos anos letivos de 2020 e 2021. A maioria dos documentos citados redesenharam a educação mineira neste período. Foram produzidos, de acordo com as mudanças do quadro pandêmico e das novas descobertas científicas sobre o coronavírus, outros já vigoravam, porém ganharam novo destaque no período estudado. Foram produzidos pelo poder executivo estadual e federal, Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, Legislativo federal, Secretaria de Estado da Educação, Comitê Extraordinário COVID-19, Ministério Público do Estado de Minas Gerais.

Todo este agrupamento documental tem caráter público e deviam ser obedecidos pelas escolas estaduais de Minas Gerais. São documentos acessíveis a qualquer interessado; este mosaico de documentos naquele contexto sanitário, alterou os rumos da educação escolar traçados pelos documentos descritos no agrupamento 1. Questiona-se: este novo painel da educação mineira nos anos de 2020 e 2021 foi uma política educacional emergencial bem estruturada? Ao longo da pesquisa, com base do estudo de caso, da análise dos documentos, iremos reconstruir a dinâmica das aulas no 9º ano Regular Turma 7 do Ensino Fundamental - Anos Finais.

Quadro 5 - Documentos legais do REANP

Documento	Finalidade	Data
Resolução 2.197/12	Dispõe sobre a organização e o funcionamento do ensino nas Escolas Estaduais de Educação Básica de Minas Gerais e dá outras providências.	26/10/2012
Medida Provisória nº 934/2020	Dispensa, em caráter excepcional, as escolas de Educação Básica de observar o mínimo de 200 dias letivos; determina carga horária mínima de 800 horas, e dá outras providências.	06/02/2020
LEI Nº 13.979 – Federal	Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública.	06/02/2020
Decreto nº. 47.886/2020 - MG	Dispõe sobre medidas de prevenção, Enfrentamento, contingenciamento, no âmbito do Poder Executivo, da epidemia de COVID-19, institui o CGPPPCSC e o CEC.	15/03/2020
Deliberação do CE COVID-19 nº 1	Ficam suspensas as aulas nos estabelecimentos de ensino da rede pública estadual no período de 18 a 22 de março.	15/03/2020
Decreto federal do executivo nº 10.282	Regulamenta a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para definir os serviços públicos e as atividades essenciais.	20/03/2020
Deliberação do Comitê Extraordinário COVID-19 nº 18	Suspensão por tempo indeterminado das atividades presenciais de Educação Básica na rede pública de ensino; antecipação do recesso escolar, e dá outras providências.	22/03/2020
Deliberação do Comitê Extraordinário COVID-19 nº 26	Dispõe sobre o regime de teletrabalho no âmbito do Sistema Estadual de Educação, enquanto durar o estado de Calamidade pública em decorrência da pandemia Coronavírus – COVID-19, em todo o território do Estado.	08/04/2020
Recomendação Conjunta MPMG (TR) Nº 02/2020	Recomenda ao Comitê Extraordinário COVID-19: se abstenha de retornar ao trabalho presencial; em caso de exceções fornecer equipamentos indicados e o trabalho em conjunto das SREs com as redes municipais para resolução de problemas da região.	13/04/2020
Resolução SEE nº 4.310/2020	Durante o período de suspensão das aulas devido à pandemia da COVID-19 contará com PET e Programa de TV realizado em parceria com a Rede Minas	17/04/2020
Memorando-Circular nº 34/2020/SEE/SG - GABINETE	Orientações complementares sobre Regime Especial de Atividades Não Presenciais/regime especial de teletrabalho, conforme resolução SEE nº 4.310 de 17 de abril de 2020	18/04/2020
Deliberação do Comitê Extraordinário COVID-19 nº 26	Dispõem sobre o regime de teletrabalho para o sistema estadual de educação, durante o estado de calamidade pública. O retorno ao trabalho da direção, ATBs, AE, IE e antecipa mais 5 dias de recesso do calendário escolar, para PEB, EEB e ASB; dá outras providências.	26/04/2020
Deliberação do Comitê Extraordinário COVID-19 nº 89	Dispõe sobre a autorização do retorno gradual e segura das atividades presenciais nas UEs, enquanto durar o estado de calamidade pública em todo estado.	23/09/2020
Resolução SEE nº 4.422/2020	Altera a Resolução SEE nº 4.254 e estabelece para a Rede Pública Estadual de Educação Básica os procedimentos de ensino, diretrizes do Calendário Escolar de 2020.	30/09/2020
Memorando-Circular nº 14/2020/SEE/SPP	Orientações acerca da Carga Horária dos Planos de Estudos Tutorados.	06/11/2020

A Resolução SEE nº 4.468/2020	Estabelece Regime de Progressão Continuada excepcionalmente para o ciclo 2020-2021, para todos os níveis e modalidades de ensino, nas escolas da rede pública estadual de ensino de Minas Gerais	22/12/2020
Deliberação do Comitê Extraordinário COVID-19 nº 129	Dispõe sobre a autorização do retorno gradual das atividades presenciais nas UEs, enquanto durar o estado de calamidade pública em todo território do Estado.	24/02/2021
Resolução SEE Nº 4.506/2021	Cria o ensino híbrido para o ano letivos 2021 e revoga dispositivos das resoluções SEE 4.310 e 4.329.	25/02/2021
Resolução SEE nº. 4.644/2021	Dispõe sobre o funcionamento do ensino presencial na Rede Estadual de Ensino; revoga as resoluções nº SEE 4506/2021 e 4310/2020, e dá outras providências.	25/10/2021
Memorando SEE/SB nº542/2021.	Orientação para o encerramento do Ano Letivo - 2021	30/11/2021
Resolução SEE nº 4.692	Dispõe sobre a organização e o funcionamento do ensino nas Escolas Estaduais de Educação Básica de Minas Gerais e dá outras providências.	29/12/2021

Fonte: Elaboração própria (2024)

Além de documentos apresentados no Quadro 5 foram analisadas as ferramentas didáticas e informacionais utilizadas no período, sendo eles; os Planos de Estudos Tutorados 2021 do 9º ano, do Ensino Fundamental; avaliação diagnóstica do SIMAVE, também foram analisados o livro didático da Coleção "PIATÃ", empregado no ano anterior à pandemia, na Escola Estadual São José, sendo posteriormente substituído pelos Planos de Estudos Tutorados durante o período de crise da COVID-19. Ademais, foi utilizado o documento intitulado "Relatório de Atividades", cuja função é registrar as propostas de atividades conduzidas ao longo do ano pelo corpo docente.

O livro didático História faz parte da Coleção PIATÃ, primeira edição de 2015, com 272 páginas, escrito por Vanise Maria Ribeiro e Carla Maria Junho Anastasia em sua primeira edição, Editora Positivo. Os livros de História desta coleção foram distribuídos pelo PNLD - utilizados oficialmente pela escola de 2017, 2018 e 2019; logo nos anos anteriores à pandemia. O livro apresenta boa qualidade gráfica, no que diz respeito ao uso de imagens e diagramação e exercícios. O livro do professor inclui um manual que oferece bom suporte didático e pedagógico indo além do tradicional gabarito de questões. Organiza o conteúdo de forma cronológica, intercalando História Geral com História do Brasil. O livro trabalha a responsabilidade social e a cidadania.

Os livros de História PIATÃ foram substituídos pelos Planos de Estudos Tutorados. A página 2 do PET 1 de 2021 define este material didático “como um conjunto de atividades organizadas em componentes curriculares, que em 2021” eram divididos em quatro bimestres, totalizando 80 páginas de conteúdo explicativo e exercícios. Apresenta outros recursos disponíveis são eles: o aplicativo Conexão, nele o aluno tem acesso aos PETs digitais, Google sala de aula, *Google meet*, o site *Estude em Casa* (com os mesmos recursos do aplicativo Conexão Escola e pela TV Escola destacando o programa Se Liga na Educação (também vinculada ao aplicativo Conexão Escola e site Estude em casa). Os vídeos eram transmitidos de segunda a sexta feira no canal Rede Minas, com aulas e resoluções de exercícios dos PETs. As aulas de História eram transmitidas quintas e sextas feiras (9º ano do Ensino Fundamental as 5ª feiras das 10h05min às 11h20min e 16h50min às 17h05min).

A avaliação diagnóstica do Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Pública (SIMAVE) nos moldes em vigor com questões que abrangem todos os componentes curriculares da série avaliada) foi implantada 2020 como uma ferramenta para mensurar o aprendizado dos estudantes trabalhados pelos PETs, segundo definição enviada pela Diretoria de Avaliação da Aprendizagem da SEEMG por e-mail as escolas estaduais do estado.

Quadro 6 – Materiais didáticos e ou relatórios das avaliações diagnósticas relevantes para o período analisado

Documento	Resumo	Data
Livro didático Coleção Piatã – História 9º ano	Livro didático utilizado nas aulas de História da Escola antes do REANP, PNLD, 2015	30/11/2018
Folder SEE / SES-MG	Orientação de prevenção ao novo coronavírus	10/03/2020
Relatório da Avaliação diagnóstica do Simave 2020, 2021, 2022	Instrumento utilizado como suporte pedagógico à retomada presencial do ensino oferecendo informações relevantes acerca do desenvolvimento de habilidades trabalhadas no REANP	19/10/2020
PET 9º Ano (Volume 1, 2, 3 e 4) de 2021	Um conjunto de atividades semanais impressas ou por meio de digital encaminhadas aos alunos, de acordo com as habilidades e os objetos de conhecimento previstos para cada ano de escolaridade/componente curricular.	03/03/2021 (PET 1)

Fonte: Elaboração própria (2024)

Com os documentos levantados e cruzando os dados de matéria do Jornal Valor Econômico em sua versão digital (Rosas, 2022) e da Fundação Roberto Marinho (2022), sobre acesso à internet por parte de alunos é possível produzir um “retrato” da educação pública estadual em Minas Gerais em 2021. De acordo com Zuba (2023) 26,8% dos 1,7 milhão de estudantes mineiros não possuem acesso à internet. O número corresponde a cerca de meio milhão de jovens. Pouco mais de 40% não têm o canal Rede Minas em casa. Estes dados mostram a realidade dos estudantes mineiros, a qual foi representada na charge abaixo do cartunista Luiz Fernando Cazo que foi utilizada no Exame Nacional do Ensino Médio em 2022.

Figura 17: Charge de Luiz F. Cazo – Preparação para o ENEM na favela



Fonte: Chargista Luiz Fernando Cazo – 2020

Assim, no período pandêmico, as aulas ocorriam, remotamente, na Escola Estadual São José de forma assíncrona e síncrona. No formato assíncrono tanto para os alunos que tinham acesso à internet (Atividades dos PETs e orientações deixadas no aplicativo WhatsApp e ferramenta Google Sala de aula, ou mesmo no aplicativo Conexão Escola) quanto para os alunos que não possuíam acesso à web (recebiam a versão impressa dos PETs). A parcela síncrona das aulas ocorria pelo WhatsApp no horário oficial das aulas e pelo chat do aplicativo Conexão Escola. Muitos alunos

trocavam de telefone e endereço, sem notificar a escola, dificultando ou até em alguns casos, impossibilitando o recebimento de materiais de estudo. Inicialmente não foram liberados os livros didáticos para os alunos levarem para casa.

A análise inicial da documentação e dos dados apresenta um resultado preliminar que esboça um painel de aulas remotas com recursos didáticos e tecnológicos insuficientes, tanto pelo viés quantitativo quanto pelo qualitativo. Ambiente inadequado de estudos (a casa do aluno) somado a aulas pouco atrativas, mecânicas e possibilidade limitada de interação colocando em xeque a efetividade das aulas por parte das escolas, e semeando o desinteresse de uma parcela considerável de alunos.

2.2 Pesquisas acadêmicas sobre o tema

Na fase de revisão bibliográfica, foram feitos levantamentos de pesquisas acadêmicas acerca do tema o ensino de História durante a pandemia de COVID-19. Utilizou-se como principais fontes de pesquisa Google Acadêmico ¹⁸, Plataforma Scielo¹⁹.

Os termos utilizados no levantamento foram "ensino de História" e "Pandemia", abrangendo produções dos anos de 2020, 2021, 2023 e 2024. Após a busca, foram identificados 20 artigos e um capítulo de livro, não tendo sido localizadas dissertações de Mestrado nem teses de doutorado relacionadas ao tema, devido à proximidade temporal com o evento. Das 21 fontes encontradas, 11 foram acessadas por meio do Google Acadêmico. A seguir, são apresentadas as produções selecionadas para este estudo.

¹⁸ https://scholar.google.com.br/schhp?hl=pt-BR&as_sdt=0,5

¹⁹ <https://www.scielo.br/>

Quadro 7 – Pesquisas acadêmicas relacionadas ao ensino de História e pandemia

PLATAFORMAS	TÍTULO	AUTOR E ANO
Scielo - Artigo	Aprendizagem histórica em tempos de pandemia	NICOLINI e MEDEIROS, 2021
Google Acadêmico - Artigo	Da sala de aula à sala de casa, um outro tempo, ou a ponta de um mistério: o estado da arte sobre o ensino-aprendizagem de História na pandemia	BOUDOUX e SILVA, 2022
Google Acadêmico - Artigo	Educação histórica, pandemia e ensino de História: validação do conhecimento histórico em tempos de internet/revisionismo.	GONÇALVES e SOBANSKI, 2022
Google Acadêmico - Capítulo de livro	Desafios e perspectivas: o ensino de História no contexto pandêmico.	ANDRADE, A. R.; COSTA, F. S.; LIMA, N. C.; ROMÃO, G. V. S., 2021
Google Acadêmico - Artigo	Ensino remoto de História por meio do WhatsApp	BRITO & BRITO, 2022
Google Acadêmico - Artigo	Ensino de História em tempos de crise: a pandemia e o convite à essencialização da História na aprendizagem escolar	PAULA E COELHO, 2021
Google Acadêmico - Artigo	Aprendizagem escolar de História em tempos de pandemia no Cap-UERJ: um olhar didático-histórico sobre o tempo presente	NICOLAU, ZAMPA, WANDERLEY, 2021

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados identificados nas Plataformas Citadas (2024)

Dentre os estudos acerca do ensino da História em meio à pandemia, destacam-se algumas contribuições significativas. Gonçalves e Sobanski (2022) realizaram um estudo que aborda as aulas de História, sob uma nova perspectiva do ensino da disciplina, fundamentada no campo teórico da Educação Histórica e da epistemologia da História, durante o contexto da pandemia de COVID-19. Os pesquisadores ressaltam que, diante dos desafios enfrentados no ensino da História durante a pandemia, a tecnologia se apresentou como um duplo aspecto: tanto um novo suporte para a realização das aulas quanto um desafio para alunos e professores em sua utilização.

Gonçalves e Sobanski destacam que o estudo da História por meio de fontes históricas tornou-se essencial no dia a dia das aulas. Nesse sentido, a concepção de fonte histórica ampliou-se, consideravelmente, uma vez que a internet oferece uma vasta gama de materiais que podem ser interpretados, como documentos históricos. Além disso, a utilização da internet como meio de interação entre os diversos agentes no processo de ensino implicou em uma nova relação, na qual a tecnologia precisou ser redefinida não apenas como um suporte, mas também pela sua influência como veículo de informações superficiais e céticas em relação ao conhecimento científico.

Boudoux e Silva (2022) abordam, em seu artigo, o panorama das publicações de relatos de experiência acerca do ensino de História no contexto da pandemia da COVID-19. Por meio de uma busca realizada no Google Acadêmico, foram selecionados textos publicados entre março de 2020 e junho de 2022. O objetivo primordial foi identificar os principais temas e questões que preocuparam os docentes diante da implementação do ensino remoto emergencial, imposto em todo o país. As obras encontradas discutem os desafios enfrentados e os percursos adotados pelos professores, trazendo significativas contribuições para a reflexão sobre a aprendizagem histórica.

O estudo de Nicolini e Medeiros (2021) evidencia que a pandemia do coronavírus desencadeou transformações em diversos segmentos sociais. No âmbito educacional, as instituições de ensino interromperam suas atividades em conformidade com as diretrizes sanitárias, e uma série de desafios emergiram com a implementação do ensino remoto emergencial (ERE). Diante desse cenário, foi concebido um Grupo de Reflexão Docente (GRD) durante o XI Encontro Nacional Perspectivas do Ensino de História, promovido pela Associação Brasileira de Ensino de História. O artigo apresenta uma sistematização das discussões realizadas nesse GRD, contemplando narrativas oriundas de diversas regiões do Brasil. Os relatos são organizados em três eixos temáticos, propiciando reflexões acerca do impacto da pandemia e do ensino remoto no campo do ensino de história. Tais eixos compreendem:

- 1- Relatos que abordam questões mais abrangentes do contexto educacional diante da pandemia e suas consequências;
- 2- Relatos que discutem as repercussões dessas mudanças nas práticas de

ensino de História;

- 3- Relatos que versam sobre as aprendizagens históricas proporcionadas por essa realidade, bem como seus significados para a consciência histórica dos envolvidos, especialmente professores e estudantes da Educação Básica.

Andrade, A. R.; Costa, F. S.; Lima, N. C.; Romão, G. V. S. (2021), em seu artigo, apresentam uma análise do Ensino de História com o intuito de evidenciar os desafios e perspectivas no contexto da pandemia de COVID-19. Questiona-se como o surto da doença afetou o ensino de História. Trata-se de uma investigação de cunho bibliográfico, embasada em fontes que abordam de maneira abrangente a realidade atual do Ensino de História, contemplando aspectos como aulas remotas, estratégias de avaliação e evasão escolar. É relevante salientar que as consequências advindas da pandemia influenciaram diretamente a área da educação e, mais especificamente, o Ensino de História, que passou por significativas transformações.

Brito & Brito (2022) abordam como a persistência da pandemia de COVID-19 ao longo de 2021 inviabilizou a retomada das atividades presenciais, o que resultou na continuidade dos processos de ensino aprendizagem através do WhatsApp nas escolas municipais da rede pública de Cuiabá (Mato Grosso). Diante desse cenário, Brito & Brito investigam e analisam de que maneira os educadores podem efetivamente fomentar o ensino remoto de História por meio dessa plataforma, visando alcançar uma aprendizagem significativa. Conclui-se que o WhatsApp se configura como uma alternativa viável para a interação e a construção do conhecimento histórico durante as aulas remotas. Contudo, para tal propósito, torna-se imprescindível a elaboração de um planejamento adequado às nuances do ambiente virtual e às particularidades de cada grupo de estudantes.

O artigo de Paula e Coelho (2021) versa sobre a formação docente e os desdobramentos do ensino remoto na prática pedagógica, tendo como contexto uma instituição de ensino básico em Palmas, Tocantins, Brasil. Trata-se de uma pesquisa de campo, com abordagem fenomenológica, cujo propósito é elucidar a percepção dos professores diante das vivências durante a pandemia. O estudo oferece uma sucinta descrição do panorama educacional durante o período pandêmico no Tocantins, examina a formação dos professores no que tange ao domínio, acesso e aplicação de tecnologias digitais como instrumentos de ensino, e ressalta os efeitos do ensino remoto segundo a perspectiva dos docentes. Entre os resultados,

destacam-se a avaliação do grau de alfabetização digital dos professores e a aquisição de novos conhecimentos para a renovação pedagógica advinda da pandemia.

Nicolau, Zampa e Wanderley (2021) investigam o impacto direto da pandemia de COVID-19 na realidade escolar, considerando os prolongados períodos de confinamento, a ausência de interação presencial entre educadores e estudantes, o receio de contágio e, para muitos, a falta de um ambiente adequado e recursos técnicos para o estudo. A partir dessa conjuntura e focalizando um contexto específico – o Colégio de Aplicação da UERJ –, este texto apresenta e analisa a proposta didática desenvolvida pela equipe de História dessa instituição, com o intuito de problematizar o significado de ensinar e aprender História em um período marcado por rupturas cognitivas e emocionais como o que temos vivenciado.

3 O CENÁRIO DA INVESTIGAÇÃO: ESCOLA ESTADUAL SÃO JOSÉ - PASSOS MINAS GERAIS

O estudo tem como foco o caso da Escola Estadual São José, dentre das modalidades de ensino ofertadas, nos debruçaremos sobre o Ensino Fundamental II, seguimento da Educação Básica, mais precisamente o 9º ano, regular, Turma 7. Esta seção tem como objetivo desenvolver uma descrição densa, na concepção de Geertz (1978), a qual busca compreender a “[...] hierarquia estratificada de estruturas significantes, em termos das quais, segundo o exemplo extraído de Gilbert Ryle, os tiques nervosos, as piscadelas, as falsas piscadelas, as imitações, os ensaios das imitações são percebidos e interpretados”. (Geertz, 1978, p. 17). Assim, capturando os detalhes que possam influenciar o ensino e a aprendizagem dos alunos.

A Unidade escolar foi analisada dentro do contexto que está inserida. Para esta análise o documento de referência foi o Projeto Pedagógico, aprovado no ano 2023. A Escola Estadual São José está localizada no sudoeste do estado de Minas Gerais, destacando-se como a 2ª maior escola em número de alunos da cidade de Passos, MG e a 3ª no universo das 15 cidades pertencentes à 27ª Superintendência Regional de Passos.

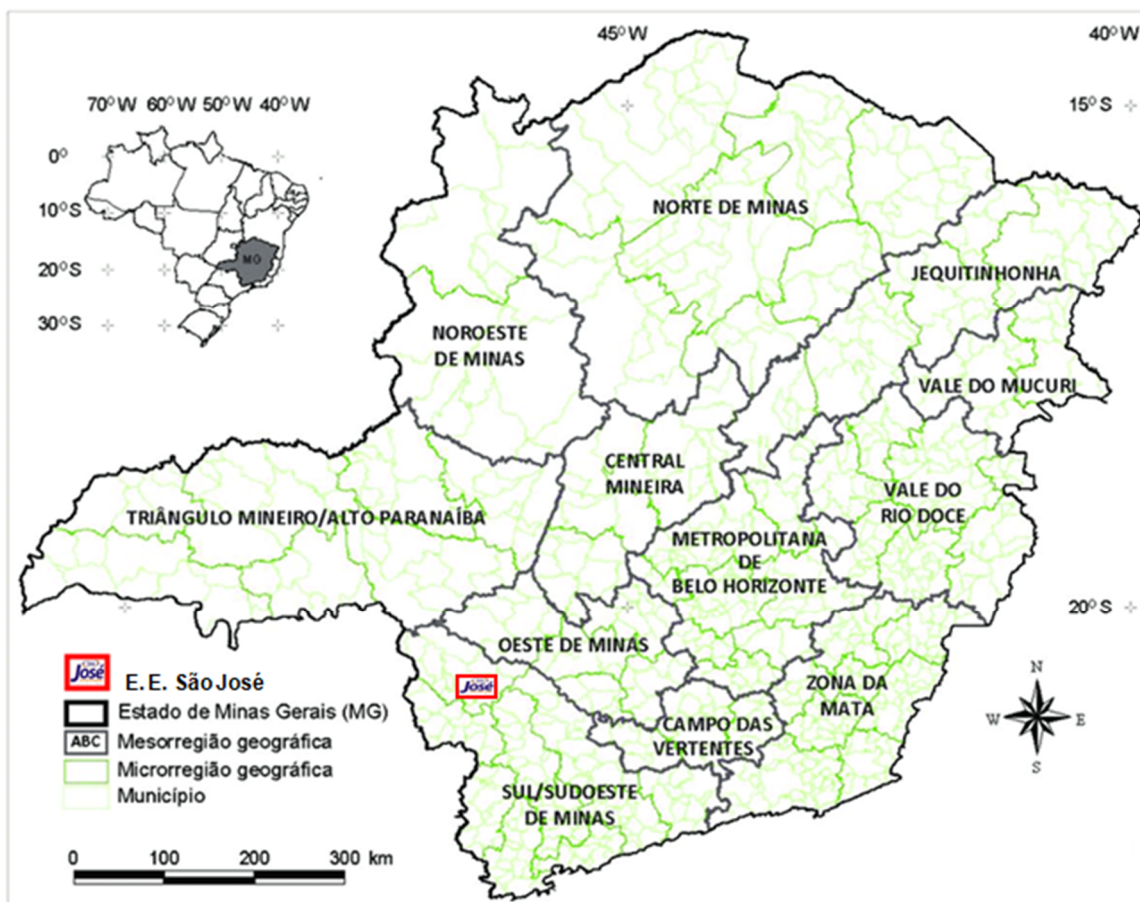
Passos, município do estado de Minas Gerais, indicado na figura 18, localiza-se na Mesorregião do Sul/Sudoeste de Minas. Segundo o Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística²⁰ possui uma população de 111.939 habitantes (2022) uma área total de 1.338,070 km² e densidade demográfica de 83,66 hab./km² (2022), consolidando-se como o quarto município mais populoso de sua mesorregião e o 26º em todo o estado²¹. O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal é de 0,75 (2010), equivalente ao índice geral do Brasil que é de 0,75

O Mapa a seguir, figura 18, representa a localização geográfica da Escola, e do município no território mineiro.

²⁰ Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/passos/panorama>

²¹ 4º município mais populoso da mesorregião 26ª no estado segundo dados da Prefeitura de Passos.

FIGURA 18: E. E. São José inserida nas Mesorregiões do Estado de Minas Gerais - Brasil



Fonte: Elaboração própria com base no mapa elaborado por Landau et al. (2018)

Segundo Grilo (1998) a história de Passos tem início em meados do século XVIII, quando as primeiras fazendas foram estabelecidas entre 1780 e 1830, culminando na fundação da Vila em 1848. A elevação à categoria de cidade ocorreu em 1858. A cidade é um polo regional, tendo sua economia fundamentada na agropecuária, agronegócio, além de pequenas indústrias de confecções e móveis rústicos; na saúde destaca-se o Hospital do Câncer que atende a região.

Duas manifestações culturais são amplamente conhecidas em Passos, a Festa do Reinado (Congado) e a Cavalhada. Segundo o site da Prefeitura Municipal de Passos, a festa do Reinado era comemorada no local desde 1835, antes de Passos alcançar a categoria de Vila. A Festa representa a coroação do rei Congo que, segundo Faustino (2020) foi um mitológico monarca africano, capturado, escravizado ao chegar no Brasil e encaminhado para desempenhar atividades de extração de ouro, onde hoje encontra-se o Estado de Minas Gerais. Com o ouro conquistado na mineração comprou a sua alforria (liberdade). Conseguiu a concessão de uma mina

de e dedicou-se à extração de ouro, visando comprar a liberdade de outros negros escravizados.

Durante as celebrações, os reis e as rainhas são os líderes máximos do cerimonial, numa estrutura de poder embasada em funções hierárquicas rígidas, na qual o Rei Congo e a Rainha Conga são as majestades mais importantes e portam as coroas mais veneradas. Com exceção dos reis festeiros, que oferecem os banquetes, e que são substituídos a cada ano, os demais coroados são vitalícios e, em geral, pertencem a linhagens tradicionais do próprio Reino. Os reis representam Nossa Senhora do Rosário, São Benedito e Santa Ifigênia [...]; (Martins, 2002, p. 7)

FIGURA 19: Pintura de Wagner de Castro da Festa do Reinado em Passos



Fonte: Site da Prefeitura Municipal de Passos. Foto de Saulo Machado

Segundo Paes (2016)...

A cavalhada ou “argolinha” recorda os torneios equestres medievais. Em Portugal teve feição cívico-religiosa, envolvendo temas do período da reconquista, e ficou sendo conhecida como a “A Batalha de Carlos Magno e os 12 pares da França”, um verdadeiro épico, cantado em trova, como forma de incentivar a população cristã contra os exércitos islâmicos que, apesar da derrota na batalha de Carlos Magno, não abandonaram as investidas, principalmente ao sul da Europa, vindos da Mauritânia.

FIGURA 20: 188ª edição Cavallhada 2023



Fonte: Jornal Folha da Manhã de 23/12/2023

Em Passos, ambas as festas se iniciam em 25/12 e terminam no dia 01/01. Os festejos do Reinado e Cavallhada têm duração de oito dias, começando sempre no dia 25 de dezembro, com a Cavallhada e o hasteamento de todos os mastros das bandeiras dos Ternos, e finaliza no dia 1º. de janeiro, próximo ao descimento dos mastros. A Festa do Reinado e a Cavallhada são Bens Culturais Imateriais, registrados pelo Decreto nº 1.951/2.020.

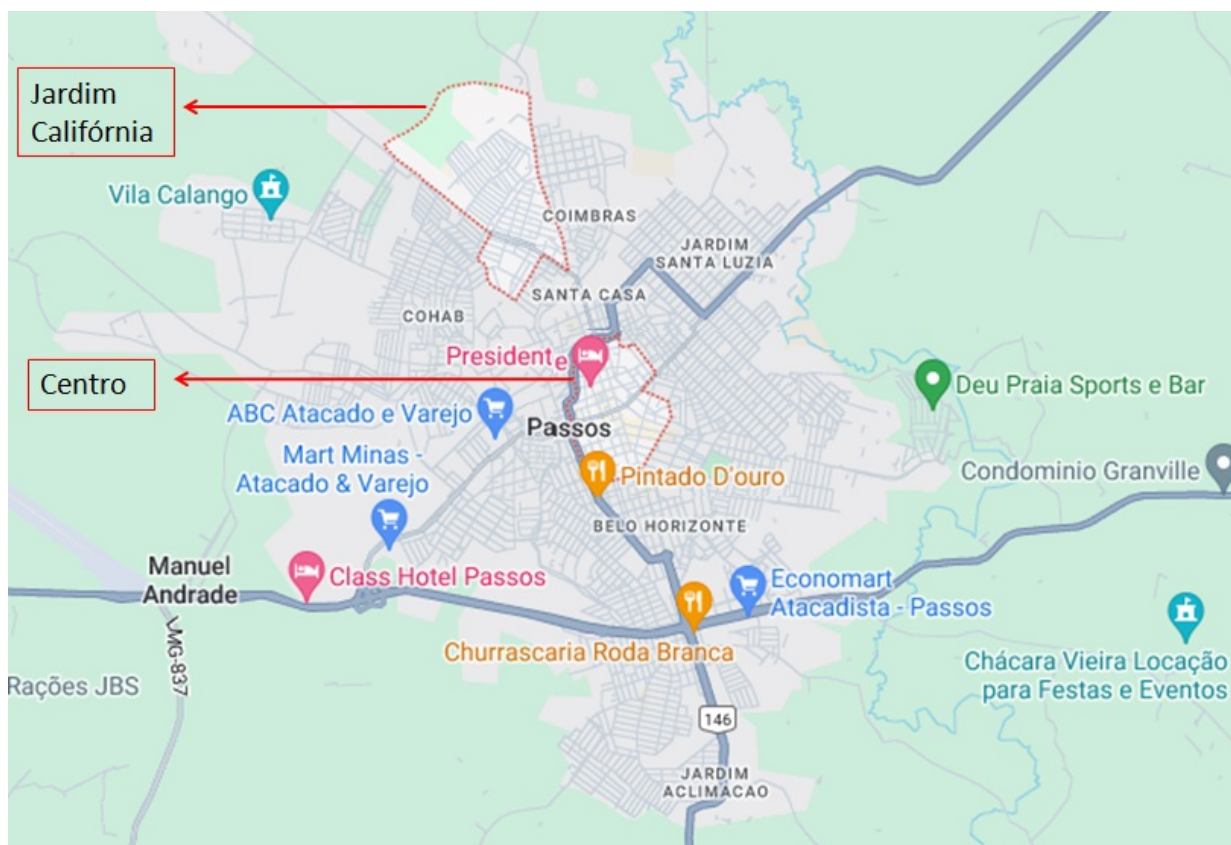
É pertinente destacar que as festividades mencionadas possuem matrizes culturais distintas: a Cavallhada, de origem europeia, e a Festa do Reinado, de origem africana. Ambas as celebrações coexistem em perfeita harmonia, evidenciando a rica amalgama cultural que caracteriza o Brasil.

A cidade conta com 15 escolas estaduais, 15 escolas municipais e 8 escolas particulares. Na educação superior presencial a cidade conta com a Universidade Estadual de Minas Gerais (UEMG) com 28 cursos de graduação e o Instituto Federal do Sul de Minas (IFSULDEMINAS) com 5 cursos de graduação (o IFSULDEMINAS também oferece 5 cursos técnicos). Passos possui um Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) para o Ensino Fundamental de 6,1; o Ensino Fundamental anos finais, que é um dos recortes da investigação é de 5,4 (acima da média brasileira que é de 5,0) no ano 2022, segundo o IBGE

3.1 Unidade Escolar: Escola Estadual São José

A unidade de ensino analisada localiza-se na rua Leopoldina, número 45, bairro Jardim Califórnia, na zona urbana do município de Passos - MG. Bairro periférico da cidade.

FIGURA 21: Mapa de Passos - Bairro da E.E. São José em relação ao centro da cidade



Fonte: Google Maps adaptado.

E. E. São José oferta o Ensino Fundamental anos finais (do sexto ao nono ano), nas modalidades Ensino Regular, integral e educação para jovens e adultos (EJA); outra etapa de ensino contemplada é o Ensino Médio (do primeiro ao terceiro ano), nas modalidades ensino regular, ensino técnico integral (Técnico em Informática e Técnico em Segurança do Trabalho) e Ensino Médio EJA.

FIGURA 22: Escola Estadual São José, em Passos, Minas Gerais



Fonte: Arquivo Pessoal

Quadro 8 – Número de matrícula por modalidade de ensino na E. E. São José 2022

ETAPAS, NÍVEIS E MODALIDADES DE ENSINO	NÚMEROS
Matrículas na Educação Básica da escola	1032 alunos matriculados
Matrículas do Ensino Fundamental Anos Finais Regular e integral	559 alunos matriculados
Matrícula do Ensino Médio Regular e Ensino técnico integral.	369 alunos matriculados
Ensino Fundamental Anos Finais - EJA	40 alunos matriculados
Ensino Médio - EJA:	64 alunos matriculados
Distribuição dos estudantes por gênero: Masculino e feminino.	Masculino: 53% Feminino: 47%
Distribuição dos estudantes por cor/raça:	Branca: 37% Preta: 10%

	Parda: 40% Amarela: 0% Indígena: 0% Não declarada: 13%
Distribuição dos estudantes por domicílio em área rural ou urbana	Urbana: 98% Rural: 2%
Utilização de transporte escolar público:	Utiliza: 1% Não utiliza: 99%

Fonte: Elaboração própria com base no Projeto Pedagógico, 2023

Quadro 9: Características étnico-raciais do município de Passos

Raça/Cor/Faixa etária por sexo	Número absoluto	Porcentagem (%)
Branca	61.704	55,12
Preta	11.090	9,91
Amarela	190	0,17
Parda	38.886	34,74
Amarela	67	0,06
Mulheres	57.469	51,34
Homens	54.470	48,66
Total	111.939	100,00

Fonte: Elaboração própria com base em pesquisa do IBGE de 2022

A análise dos dados apresentados revela algumas informações intrigantes sobre a composição das matrículas na Escola Estadual São José. Apesar de as mulheres constituírem 51,34% da população, conforme dados do IBGE de 2022, elas representam apenas 47% das matrículas na referida instituição de ensino. Por outro lado, embora os pardos e negros correspondam a 44,65% da população de Passos, eles compõem 50% das matrículas efetuadas na escola. Esses dados expressam as características socioeconômicas da população do entorno da instituição.

A Escola Estadual São José recebe alunos provenientes da zona rural, representando 2% das matrículas totais. Tal situação decorre da carência de escolas de Ensino Médio na zona rural. Conforme o Projeto Pedagógico, aproximadamente

28% dos alunos exercem a atividade remunerada²². No que se refere à distribuição dos alunos pelos turnos de ensino, observa-se que 19,1% das matrículas estão no turno noturno. Os principais motivos que levam os alunos a optarem por estudar à noite são: o trabalho, a preferência por não estudar em tempo integral (considerando que todo o Ensino Médio no turno diurno é integral na Escola Estadual São José) e, em terceiro lugar, a grande distorção idade-série²³.

Está unidade de ensino foi criada em 29 dezembro de 1964, pelo governador Dr. José Magalhães Pinto, com o nome Grupo Escolar São José, oferecendo o ensino primário (de 1ª até 4ª Série), localizando-se em prédio alugado situado à rua 40 sem número. A escola foi criada no mesmo, ano em que o Brasil foi estremecido por fortes mudanças políticas. No dia 31 de março, o presidente João Goulart foi deposto pelas forças armadas, dando início a um período de vinte e um anos, durante o qual as liberdades civis, políticas e os direitos humanos foram cerceados. Durante este período os presidentes do país foram eleitos indiretamente por meio de um Colégio Eleitoral (sem a participação popular) seriam todos militares.

Os militares buscaram, a partir da queda do Presidente João Goulart, a legitimação do seu governo, que não subiram ao poder por vias democráticas como o presidente que os antecedeu. Valiam-se do uso da censura do rádio, TV, shows, músicas, cinema, entre outros meios de comunicação de massa, além do deslocamento do foco dos problemas políticos para temas como o amor pelo futebol e a miragem do “milagre econômico”. O que marca este período como uma das fases mais angustiantes do passado do Brasil, contudo, é o uso da tortura como mecanismo de manutenção do regime militar. De acordo com Evaristo (85, p. 32) acerca do tema: “... a tortura no Brasil passou, com o Regime Militar, à condição de “método científico” incluído no currículo de formação de militares.

Os militares compreendiam a importância da escola, tanto para o aumento de apoio ao regime, quanto para o fomento de um novo projeto econômico que sustentasse o “desenvolvimento” do país. Neste quesito a Lei Suplicy de Lacerda, ou Lei nº 4.464, de 6 de abril de 1964, que proibiu as atividades políticas nas

²² As especialistas em Educação Básica da unidade escolar aplicaram questionário socioeconômico, que foi respondido por 232 alunos

²³ Na distorção Idade-série o aluno tem idade mais avançada em relação ao ano ou segmento em que está matriculado.

organizações estudantis, além de definir a regulamentação destas entidades. Esta lei legitimou a repressão e a perseguição a estudantes e funcionários da educação.

Meses depois, em 27 de outubro de 1964, foi criada a Lei nº 4.440 que instituiu o salário educação, passando a recolher de empresas dois por cento do salário-mínimo de todos os funcionários para financiar a sua própria formação do funcionário. Porém, segundo Lira (2009, p. 3) "... a Lei também previa que as empresas ficariam isentas do salário educação se fizessem convênios com as escolas particulares por meio do sistema de bolsas de estudo". Consequentemente, ocorreu um fortalecimento da educação em escolas privadas. Para Oliveira e Santelli (2020, p.9) a educação do período destacou-se...

"[...] pela hegemonia do pensamento tecnocrático e pelas reformas desencadeadas nos governos militares. O aparato tecnocrático do Estado estruturou e institucionalizou as formas de atender às demandas sociais, tendo o setor econômico como norteador".

Desta forma a Constituição de 1967 ampliou o período de escolarização obrigatória, passando a ser dos 7 aos 14 anos, no contexto do ensino primário. A nomenclatura de ensino primário se altera para ensino de primeiro grau, por intermédio da lei nº 5.692/1971, e, subsequente a ele, segundo grau, o qual teria como principal meta a profissionalização dos brasileiros, acarretando profundas mudanças para este segmento educacional.

Porém, segundo Ribeiro (2023, p. 44) esta Constituição retirou a vinculação de recursos para educação da União e dos Estados ocasionando um profundo esvaziamento dos subsídios destinados a esse setor.

Podemos sintetizar as mudanças educacionais do Brasil, a partir da Constituição de 1967, como sendo: o ensino acontece tanto no ambiente familiar quanto na escola, o alargamento do período obrigatório de escolarização de 7 até 14 anos e a aplicação de mecanismos de bolsas de estudos no contexto posterior ao primeiro grau de ensino, deixando evidente o dever do Estado em garantir a educação para todos os cidadãos, porém, com menores repasses financeiros por parte da União.

De acordo com Oliveira e Santelli (2020, p.11), existia uma lacuna legal que retardou o avanço da luta contra o analfabetismo no Brasil, tanto na Carta de 1967 quanto nos textos constitucionais anteriores, uma vez que

“[...] as Constituições brasileiras anteriores à CF/1988 não continham a previsão legal de nenhum mecanismo jurídico com vistas a garantir o direito à educação face a ação ou omissão da família e/ou do Estado, bem como a ausência da educação infantil (0 a 5 anos de idade) enquanto constitutiva do direito à educação. Esse quadro, dado o contexto pré-constitucional nos anos de 1980, dentre outros avanços no campo jurídico, alterou-se significativamente com o advento da CF/1988, cuja previsão de mecanismos jurídicos garantidores do direito à educação...”

Em 1971, foi aprovada a Lei nº 5.692, na época denominada Nova LDB (fazendo referência a primeira LDB instituída pela Lei nº 4.024 de 20 de dezembro de 1961), que reorganizou os segmentos da educação em primeiro grau, com as séries de 1ª até 8ª, e subsequente a ele, segundo grau, o qual teria como principal meta a profissionalização dos brasileiros, acarretando uma profunda mudança para este segmento educacional.

O resultado do modelo apresentado foi que a cada 1.000 alunos matriculados na 1ª série do ensino público, apenas 43 concluíam no tempo mínimo de 8 anos (Ribeiro, 1992). Dos mesmos 1000 citados, 400 foram reprovados no término do ano letivo e apenas 330 concluíram o Ensino Fundamental, demorando em média 12 anos para concluí-lo.

Na Escola Estadual São José a partir de 1973 passou a ser autorizada a ampliação do ensino primário para cinco anos, recebendo alunos das 5ª séries. A escola mudou-se para o endereço atual em 1974, em prédio próprio, o qual se situa até os dias atuais. A partir de 1978, passou a se chamar Escola Estadual São José de 1º grau, recebendo alunos para cursar até a 8ª série. O Ensino Médio passou a ser ofertado no ano de 2.000 como anexo da E. E. “Dulce Ferreira de Souza”. Apenas no ano de 2002 inseriu-se o Ensino Médio próprio.

Em 2020, passou a ofertar o Ensino Fundamental integral, criando uma opção para as famílias que não tinham com que deixar seus filhos e, a partir de 2021 passou a ofertar os cursos de Técnico em Segurança do Trabalho e Técnico em Informática na modalidade integral. Em 08 de julho de 2024, iniciou-se o 1º Ano do Ensino Médio da Educação para Jovens e Adultos Técnico de Mecânico de Refrigeração e Climatização em parceria o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas – Campus Pouso Alegre.

Quadro 10 – Documentos legais que marcaram a criação e as transformações da E. E. São José

Documento	Resumo	Data
Decreto nº 8084/64	Criação do Grupo Escolar S. José	29/12/1964
Resolução nº 252/73	Autoriza o funcionamento da 5ª série (hoje 6º ano)	24/07/1973
Decreto nº 16.244	A unidade pública estadual de ensino de 1º ou de 2º grau passa a denominar-se Escola Estadual	08/05/1974
Decreto nº 19.472	Mudanças na nomenclatura e classificação das escolas estaduais E. E São José 1.4.0. C.	17/10/1978
Decreto nº 42629/02	Implantação do Ensino Médio na E. E São José	05/06/2002
Portaria n.º 207/2021	Autoriza o funcionamento dos cursos técnicos integrados ao Ensino Médio em 32 unidades escolares incluído a E. E. São José	23/03/2021

Fonte: Elaboração própria a partir de documentos referentes a formação da E. E. São José (2023)

O Índice Socioeconômico da escola é considerado baixo, o qual é calculado a partir dos questionários contextuais das avaliações do SIMAVE, respondidos pela escola anualmente. Os questionários são utilizados para a formulação do Indicador de Nível Socioeconômico (INSE)

O nível socioeconômico é um dos elementos contextuais extraescolares que mais interferem no desempenho dos estudantes. Os dados obtidos a partir das respostas aos questionários contextuais, aplicados junto aos testes da avaliação, permitem calcular o Índice Socioeconômico – INSE. O INSE faz parte das análises contextuais de diversos programas de avaliação em larga escala (SIMAVE 2019, Revista do Gestor p. 12)

O INSE é agrupado em quatro níveis socioeconômicos: Baixo – Escolas com os menores índices socioeconômicos; Médio Baixo – Escolas com índices socioeconômicos medianos (para baixo); Médio Alto – Escolas com índices socioeconômicos medianos (para cima); Alto – Escolas com índices socioeconômicos mais altos que as demais. Os alunos recebem o questionário socioeconômico junto com as avaliações do SIMAVE e respondem antes de iniciar a avaliação. De acordo

com o Projeto Pedagógico, 2023, da E. E São José, a partir da análise dos dados do SIMAVE de 2022 apontou que o público, atendido pela escola é, predominantemente, de afrodescendente, masculino e de índice socioeconômico baixo.

Pesquisa realizada pelo IPEC para o UNICEF publicada em setembro de 2022, revela que 2 milhões de jovens brasileiros entre 11 e 19 anos que ainda não haviam terminado a Educação Básica deixaram a escola no Brasil, tal quantitativo representa 11% do total da amostra. No estado de Minas Gerais o índice oficial de abandono escolar foi maquiado com aprovações automáticas durante o REANP, porém, por intermédio do controle de atividades entregues fica evidente o número de alunos que não fizeram atividades, logo, alunos que estavam sem contato com a escola, logo evadidos do 9º ano Turma 7, do Ensino Fundamental era de 34,375%, mais do triplo dos altos índices apresentados pelo UNICEF²⁴.

A principal causa da evasão escolar na E. E. São José, conforme o Projeto Pedagógico da instituição, pode ser atribuída a dois fatores principais. O primeiro refere-se à necessidade dos jovens da comunidade escolar de trabalhar para contribuir financeiramente com suas famílias. O segundo fator é o baixo incentivo à continuidade dos estudos por parte dos familiares dos alunos. Segundo o referido Projeto Pedagógico, essa situação decorre do baixo nível de escolarização das famílias dos estudantes, que, em decorrência disso, não conseguem perceber a educação como uma oportunidade de melhoria na qualidade de vida.

Esta situação de aumento da evasão escolar durante a pandemia, somada a baixa procura por cursos técnicos e Ensino Superior por parte de integrantes da comunidade escolar da unidade de ensino analisada indicadas no Projeto Pedagógico da escola, estão atreladas ao que Boaventura de Sousa Santos (2020) aponta como uma crise iniciada há mais de quarenta anos, na qual o capitalismo na sua roupagem neoliberal justifica cortes nas políticas sociais, degradação dos salários, concentração de riquezas. O autor afirma a influência negativa das políticas neoliberais sobre a educação, porém, a história da educação brasileira sempre foi marcada pela predominância do binômio “elitismo e exclusão” (Ferreira Jr, 2010).

²⁴ Dados do UNICEF < <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/dois-milhoes-de-criancas-e-adolescentes-de-11-a-19-anos-nao-estao-frequentando-a-escola-no-brasil> > e Quadro 14 da seção 4

Previtali e Fagiani (2020, p.128) também apontam o posicionamento das políticas neoliberais em relação a educação. “Chama à atenção o recrudescimento do setor público, resultado, em grande medida, da redução drástica dos investimentos por parte dos governos estaduais e federal, especialmente em setores como a saúde e a educação”.

Desta forma há uma somatória de fatores que intensificam o abandono e a evasão por parte dos nossos alunos: familiares com baixa formação escolar e com problemas socioeconômicos; evidentes cortes de investimentos na educação prescritos por políticas neoliberais, como demonstrado no memorial. Pode ser observado também nos cortes de gastos com salário do professor da rede estadual mineira é outra face da redução de investimentos na educação.

Destarte, analisaremos sucintamente um recorte da evolução salarial dos professores da rede estadual de Minas Gerais em comparação com o salário-mínimo. Em 2017, o vencimento inicial dos professores estaduais era de R\$ 2.135,64²⁵, enquanto o salário-mínimo era de R\$ 937,00²⁶. Em 10 de junho de 2024, esses valores atingiram respectivamente R\$ 2.774,82 (um aumento de 29,93% em relação a 2017) para os professores, enquanto o salário-mínimo alcançou R\$ 1.412,00 (um aumento de 50,7% em relação a 2017). Não foi apenas o salário-mínimo que apresentou crescimento acima do salário dos professores da rede estadual mineira, a inflação do período indica uma desvalorização do salário do professor, atingindo 41,85%, superando o reajuste concedido aos docentes.

É importante destacar que o aumento de 29,93% foi uniforme para todas as carreiras da educação dos servidores da rede estadual de Minas Gerais. Esses dados evidenciam uma redução do poder aquisitivo deste grupo do funcionalismo tão importante. Cabe ressaltar que o governador Romeu Zema, do partido Novo, adotando uma gestão nos moldes do neoliberalismo, contestou na justiça as leis estaduais aprovadas durante o mandato de seu antecessor, as quais previam o aumento dos rendimentos dos PEBs da rede.

²⁵ Dados retirados do edital de concurso EDITAL SEE Nº. 07/2017, de 27 de dezembro de 2017, disponível em < <https://blog-static.infra.grancursosonline.com.br/wp-content/uploads/2020/12/29061428/Edital-SEE-n-07-2017-FUMARC-20171228-132936.pdf>>

²⁶ Dados oficiais disponíveis em: <https://www.gov.br/esocial/pt-br/noticias/a-partir-de-janeiro-de-2017-o-novo-salario-minimo-passa-a-ser-de-r-937-00>

O parecer do Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) na medida cautelar do Executivo estadual que trata do piso do magistério e da aplicação da proporcionalidade para trabalhadores estaduais da educação foi comemorado pelo governador de Minas, Romeu Zema (Novo). O estado deseja pagar ao magistério o piso nacional proporcionalmente à jornada de trabalho no estado, cerca de R\$ 1,5 mil a menos do que o reivindicado pela categoria. (JORNAL ESTADO DE MINAS, 2022)

A ação de inconstitucionalidade instaurada pelo governo estadual visa a invalidação da Emenda Constitucional nº 97/2018, bem como dos artigos 2º e 3º da Lei nº 21.710/15²⁷, os quais preveem o pagamento integral do piso salarial para os profissionais do magistério em jornadas de 24 horas semanais. Salários mais reduzidos desmotivam os professores a buscar aprimoramento em suas áreas de atuação e incentivam a sobrecarga de trabalho, para compensar os baixos salários, o que impacta negativamente na qualidade do ensino. Os cortes nos investimentos educacionais acarretam um aumento do abandono escolar por parte dos alunos, bem como a interrupção de seus estudos, tanto no ensino regular quanto no técnico e no superior.

Com relação ao corpo docente, de acordo com o Projeto Pedagógico da E. E. São José o número total de professores em 2023 era de 75 profissionais, dos quais 32 são docentes efetivos e 43 são designados. Na sua grande maioria, os docentes buscam aperfeiçoamento. Segundo o Projeto Político da escola este processo ocorre por intermédio de troca de informações entre os profissionais da escola; de cursos livres, alguns pagos; outros gratuitos como os oferecidos pelo governo estadual denominado Escola de Formação²⁸. A escola apoia a iniciativa divulgando cursos e, ainda, quando vinculados às melhorias pedagógica das aulas, existe a possibilidade de desconto da carga horária dedicada a este estudo nas horas complementares cumpridas pelo profissional dentro da escola.

²⁷ Art. 3º - Os valores do vencimento das carreiras do Grupo de Atividades de Educação Básica do Poder Executivo, de que trata a Lei nº 15.293, de 2004, e do Abono Incorporável de que trata o art. 8º serão reajustados por lei específica, em decorrência de atualizações do valor do piso salarial profissional nacional dos profissionais do magistério público da Educação Básica de que trata a Lei Federal nº 11.738, de 2008. Parágrafo único - Os reajustes de que trata o caput se darão na mesma periodicidade prevista na lei federal a que se refere o caput.

²⁸ Site da Escola de Formação: <https://escoladeformacao.educacao.mg.gov.br>

Quadro 11 – Formação do corpo docente - Percentual de docentes da escola com pós-graduação na área que atuam

Pós-graduação	Porcentagem
Especialização concluída	98%
Especialização em curso	2%
Mestrado concluído	2,7%
Mestrado em curso	5,4%
Doutorado concluído	0,0%
Doutorado em curso	0,0%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Projeto Pedagógico da Unidade escolar (2023)

O professor da Educação Básica da rede estadual de Minas Gerais, com cargo completo, é contratado para lecionar dezesseis aulas de cinquenta minutos; quatro horas destinadas à preparação das aulas, montagem e correção de avaliações em casa, duas horas complementares que o professor cumpre na escola e duas horas fixas destinadas ao Módulo 2, reunião semanal oficial da escola. O professor utiliza-se destas 6 horas fora da sala de aula para preparação de suas aulas, avaliações e manter a sua formação continuada, o tempo que o estado disponibiliza para o aperfeiçoamento de seus docentes é aquém das necessidades didático-pedagógicas, logo, alguns utilizam parte das horas de descanso com esse intuito, mas apesar das dificuldades os docentes se esforçam para continuar seus estudos, esse fato, demonstra uma preocupação com a continuidade dos estudos dos docentes desta unidade escolar.

Quadro 12 – A Percepção dos Docentes Escolares Acerca de sua Própria Formação

Entrevista com professores para o Projeto Pedagógico	Porcentagem
se consideram formados e preparados o suficiente e buscam aperfeiçoamento.	99%
Não se consideram formados e preparados o suficiente e buscam aperfeiçoamento	1,0%
se consideram formados e preparados o suficiente e não buscam aperfeiçoamento	0,0%
Não se consideram formados e preparados o suficiente e não buscam aperfeiçoamento.	0,0%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados oriundos do Projeto Pedagógico da Unidade escolar (2023)

As instalações da Escola Estadual São José completam 60 anos em 2024, tendo passado por diversas ampliações e adaptações ao longo do tempo. O complexo conta com 16 salas de aula distribuídas em três blocos, sendo que 13 salas e o almoxarifado estão localizados no primeiro andar. No térreo, destacam-se a biblioteca, a sala dos professores, a sala de recursos²⁹, a sala de informática, a secretaria, a sala da direção, a sala da coordenação pedagógica, o setor financeiro, a sala de fotocópias e impressões, a cantina e os banheiros masculinos e femininos para funcionários e alunos, todos adaptados para cadeirantes. Além disso, há uma quadra poliesportiva descoberta, uma quadra poliesportiva coberta com banheiros masculinos, femininos e adaptados para cadeirantes.

A gestão para o período de 2023 a 2026 é liderada pelo diretor Fabiano Amorim Costa, que acumula onze anos de experiência na função. O vice-diretor do turno noturno desde 2018 é Wendell Pereira de Castro e Samantha Janaína Silva de Oliveira Crisóstomo assumiu como vice-diretora do turno vespertino em 2023, Valéria de Oliveira Muguët como vice-diretora do turno matutino em 2024.

De acordo com o Projeto Pedagógico da Escola Estadual São José, diversos espaços de participação e gestão democrática são estabelecidos: O colegiado escolar, composto por representantes de professores, funcionários, pais e alunos, é um órgão deliberativo e consultivo sobre assuntos da gestão escolar, abrangendo aspectos financeiros, pedagógicos e de gestão de pessoas. Os conselhos de classe são responsáveis por analisar a evolução individual de cada aluno, tanto em termos quantitativos quanto qualitativos, e por indicar intervenções pedagógicas quando necessário. O conselho de representantes de turma, formado por alunos representantes de todas as turmas, atua como intermediário entre as turmas e a direção da escola, bem como a Superintendência Regional de Ensino. A assembleia escolar, que engloba potencialmente, toda a comunidade escolar, desempenha funções deliberativas e consultivas sobre assuntos relacionados à gestão escolar.

Além desses órgãos, a escola desenvolve projetos especiais, como alfabetização de alunos da EJA; reforço escolar para alunos com baixo índice de proficiência em Língua Portuguesa e Matemática, o projeto "São José na Estrada", que promove viagens culturais, pedagógicas e científicas, o cursinho Pré-ENEM, e o Acolhimento Diário Ensino Fundamental em Tempo Integral e no Ensino Médio em

²⁹ Espaço de apoio pedagógico especializado complementar para alunos com necessidades especiais.

Tempo Integral, este projeto consiste em dar incentivos todos os dias para os alunos continuarem engajados nos estudos; diariamente ocorrem intervenções pedagógicas por parte do corpo docente, direção e coordenação pedagógica com músicas, rodas de conversas e brides.

4. A HISTÓRIA ENSINADA NO ENSINO FUNDAMENTAL DA ESCOLA ESTADUAL SÃO JOSÉ.

Inicialmente, dialogamos com pesquisadores e obras de referência para discutir as práticas recomendadas para o ensino dessa disciplina. Em seguida, realizamos uma análise dos documentos oficiais do REANP, a fim de reconstruir o ambiente institucional estabelecido para as aulas de História.

Posteriormente, examinaremos as expectativas em relação ao livro didático de História como ferramenta pedagógica, baseando-nos nos apontamentos do Currículo Referência de Minas Gerais. Utilizaremos esse referencial para orientar a análise dos temas e subtemas propostos para as aulas de História.

A partir dos parâmetros acima levantados adotaremos uma abordagem específica para analisar tanto o livro didático do 9º ano do Ensino Fundamental da série PIATÃ, utilizado antes da pandemia, quanto os Planos de Estudos Tutorados (PETs) também do 9º ano. É importante ressaltar que tanto o livro didático quanto os PETs são considerados documentos neste estudo e foram analisados conforme as categorias propostas por Cellard (2008), delineadas na seção 2.

Todo este agrupamento documental tem caráter público e deviam ser oferecidos pelas escolas estaduais de Minas Gerais. São documentos acessíveis a qualquer interessado; este corpus de documentos alterou a oferta da educação na Pandemia e os rumos da educação traçados.

4.1- Recriando as aulas de História da Escola Estadual São José com base em documentos e recursos didáticos.

O estudo da história no âmbito da Educação Básica tem como objetivo principal proporcionar a compreensão do presente mediante uma análise crítica do passado. Busca-se, assim, formar indivíduos plenamente capacitados, dotados de pensamento crítico, capazes de tomar decisões autônomas, de reivindicar seus direitos e de lutar por um futuro mais promissor. Neste contexto, o indivíduo é reconhecido como um agente ativo não apenas de sua própria história, mas também da história coletiva.

Contudo, Guimarães (2012) destaca que a importância do ensino de História vai além das abordagens simplistas previamente mencionadas. A autora critica as simplificações excessivas e a redução da relevância das aulas de História, bem como do conceito de cidadania. Em sua obra "Didática e Prática de Ensino de História", Guimarães argumenta que o conceito de cidadania deve incluir noções de igualdade, justiça, diversidade, de lutas e conquistas, compromissos, rupturas e de democracia. Tais temas são frequentemente negligenciados nas propostas curriculares atuais para o ensino de história, sugerindo a necessidade urgente de reformas nos conteúdos apresentados e uma ampliação da concepção de cidadania abordada nas aulas.

Guimarães (2012, p. 144) propõe dialogar sobre as aulas de história partindo de duas premissas.

A primeira é pensar a história como uma disciplina fundamentalmente educativa, formativa e emancipadora. Assim, como disciplina escolar, seu o papel é central é a formação da consciência histórica dos homens, possibilitando a construção de identidades, a elucidação do vivido, potencializando a intervenção social, a *práxis* individual e coletiva. A segunda é ter a consciência de que o debate sobre os significados de aprender a ensinar história processa-se, sempre, no interior de lutas políticas e culturais. Logo e por meio da reflexão permanente que podemos desvendar a lógica das relações que envolvem tanto a produção quanto a difusão de saberes ideais, desvelando limites e possibilidades, desejos e necessidades historicamente constituídos.

A História deve contribuir para a formação de indivíduos politicamente conscientes e engajados no debate público, capazes de defender seus pontos de vista com tolerância e respeito às diferenças. Para alcançar esse fim, torna-se imprescindível um ensino de História que utilize conteúdos problematizados e de caráter comparativo. Guimarães (2012) argumenta que essas novas abordagens são essenciais para atender às demandas contemporâneas, como a diversidade individual em relação ao ambiente está associada a diversos tipos de preconceitos que intensificam conflitos e desigualdades na sociedade atual.

Os apontamentos são pertinentes, ampliando o campo de debates sobre temas como democracia, tolerância e cidadania, e sua relação com o ensino de história. Ela

questiona aspectos como o currículo escolar, a formação dos professores de História e a valorização do educador de um componente curricular que frequentemente é subestimado.

Monteiro (2007, p. 106), por sua vez, analisa detalhadamente as práticas cotidianas dos professores, revelando a complexidade do trabalho docente e apontando caminhos para transformações em uma função, muitas vezes desvalorizada, na sociedade contemporânea. A autora concorda que a História deve ser “[...] comunicada, divulgada, questão esta que tem ressonância tanto na referência, que está vinculada aos estudos históricos, quanto na transposição, da qual se refere ao processo de transposição didática da História acadêmica para o livro didático e para as aulas. A História é fonte de referência e está presente em várias dimensões e espaços da vida social atual”.

Ela sustenta a ideia de que a História oferece conhecimentos fundamentais para compreender o mundo em toda a sua complexidade, investigar as disparidades, os conflitos, identificar rupturas e continuidades do passado, além de analisar as transformações das instituições ao longo do tempo. A disciplina histórica emprega um método abrangente de análise e crítica para abordar os eventos em sua plenitude, examinando discursos e crenças em diversos contextos.

Monteiro também argumenta que a História preserva a memória coletiva não apenas de forma manipuladora imposta pelos Estados, mas de maneira crítica, registrando as memórias de grupos e comunidades que resistem e se opõem a dominações políticas externas. Assim, a história ensinada, representando apenas uma das múltiplas narrativas disponíveis do passado, contribui para que os jovens compartilhem a memória atual dos adultos, reinterpretada conforme os embates e disputas entre diferentes versões presentes no cotidiano e na cultura.

Por fim, enfatiza-se a importância de um ensino dialogado que verifique a compreensão e o posicionamento dos alunos em relação às informações históricas apresentadas. Esse método valoriza o conhecimento prévio dos estudantes, promovendo o desenvolvimento da capacidade de compreender a historicidade da vida social. Essa abordagem se distancia do modelo de aulas do século passado, onde o professor transmitia possibilidades do passado como verdades absolutas, sem

contextualização nem análise crítica, resultando no esvaziamento da importância da História. Nas palavras de Monteiro (2007, p. 111)

Acredito que esses alertas nos ajudam a melhor compreender tantas dificuldades vividas por alunos e professores, no dia a dia do seu trabalho. Ao mesmo tempo, abre novas perspectivas para serem pensadas, com mais humildade, alternativas para os nossos fazeres, mais abertos para ouvir nossos alunos e seus saberes, para que juntos possamos avançar na superação do senso comum.

Pinsky e Pinsky (2003) destacam que as aulas de História têm como função mostrar que o estudante, dentro das limitações impostas por seu tempo, é um agente ativo de sua própria história e, conseqüentemente, da história social. Para isso, apontam a importância da desmistificação dos símbolos históricos, evidenciando que em indivíduos como o próprio estudante que reside... “O verdadeiro potencial transformador da história é a oportunidade que ela oferece de praticar a inclusão histórica [...]” (Pinsky e Pinsky, 2003, p. 28).

“Como ninguém é enciclopédia, a primeira coisa a fazer ao montarmos um curso é selecionar conteúdos” (Pinsky e Pinsky, 2003, p. 29). Para despertar o interesse dos alunos, esses autores recomendam a apresentação de diferentes períodos da História, ampliando assim sua compreensão histórica. Com a atenção dos estudantes direcionada, propõe-se a abordagem dos conceitos utilizando livros e fontes confiáveis, evitando assim a superficialidade comum nas discussões históricas baseadas em buscas rápidas na internet, no senso comum e nas simplificações que frequentemente empobrecem o ensino.

Bezerra (2003) aborda os conteúdos e conceitos que devem ser destacados no ensino de História. Ele sugere a utilização da divisão cronológica, mas através de exercícios que incentivem a compreensão da construção do conhecimento histórico e, conseqüentemente, promovam questionamentos sobre ele. Dessa forma, através da problematização dos temas e abordagens que se relacionem com a realidade dos alunos, o ensino da História ganha maior significado e concretude.

O autor também ressalta a importância do entendimento dos conceitos fundamentais da disciplina. “Alguns conceitos fazem parte do arcabouço que foi se constituindo traves do tempo, pela prática dos historiadores. Constituindo uma lógica da História, que pode ser concebida como um conjunto de procedimentos e conceitos[...]” (Bezerra 2003, p. 4). Desta forma ao longo das aulas iremos desenvolver a criticidade, consciência e autonomia no estudante.

Fica evidente na proposta do autor que não se deve preocupar apenas em apresentar ao estudante toda a história tradicional da Pré-História, História Antiga, Medieval, Moderna e Contemporânea, mas sim, como as aulas são conduzidas e como o estudante alcança a compreensão do processo histórico.

Theodoro (2003) destaca que a educação representa a melhor resposta para um mundo em constante transformação, onde hábitos, gostos, moda, humor e tecnologia evoluem rapidamente, impactando até mesmo os adultos que se veem confrontados com mudanças cada vez mais rápidas. Logo, devemos esperar das aulas de história a formação cidadãos críticos, capazes de compreender o presente através da análise do passado. É fundamental que esses indivíduos se percebam como agentes ativos de sua própria história e da história coletiva.

As aulas de história são propostas como instrumentos para formar indivíduos politizados, capazes de participar ativamente do debate político e de respeitar as diferenças de opinião. Isso requer um ensino problematizador e comparativo, adaptado às exigências atuais que enfrentam diversos tipos de preconceitos e desigualdades. A disciplina histórica oferece métodos analíticos e críticos para compreender a complexidade do mundo, incluindo disparidades, conflitos, rupturas e continuidades ao longo do tempo.

Além de construir identidades e elucidar o passado vivido, a história nutre a memória coletiva de maneira crítica, registrando resistências e oposições às dominações políticas. A prática educativa deve incluir o diálogo constante e a valorização do conhecimento prévio dos alunos, distanciando-se do modelo tradicional de ensino que enfatiza a memorização sem contextualização crítica. Assim, as aulas de história são vistas não apenas como transmissão de fatos, mas como práticas que desenvolvem a consciência histórica, a autonomia e a capacidade crítica dos

estudantes frente à vida social. Diante das transformações rápidas do mundo contemporâneo, a educação histórica se apresenta como resposta fundamental para entender as mudanças culturais, tecnológicas e sociais que caracterizam nosso tempo.

Analisamos os decretos, resoluções, deliberações, medidas provisórias, recomendações do MPMG que estão diretamente relacionados à organização dos anos letivos de 2020 e 2021. Esses documentos, previamente abordados na seção 2 desta (agrupamento 2), reestruturaram a educação em Minas Gerais durante este período. Foram elaborados em resposta às mudanças no contexto pandêmico e às novas descobertas científicas sobre o coronavírus. Produzidos pelo poder executivo estadual e federal, Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, legislativo federal, Secretaria de Estado da Educação, Comitê Extraordinário COVID-19 e Ministério Público do Estado de Minas Gerais, este conjunto documental é oficial e deveria ser seguido pelas escolas estaduais de Minas Gerais.

De acordo com as cinco dimensões da análise preliminar de André Cellard (2008) todo este conjunto documental tem caráter oficial dotados de fé pública³⁰ deviam ser obedecidos pelas escolas estaduais de Minas Gerais. São documentos normativos, acessíveis a qualquer interessado, utilizando linguagem jurídica em sua construção; este mosaico de documentos alteraram o funcionamento da educação mineira de 18 de abril de 2020 e descontinuado em 03 de novembro de 2021, outros já existiam, porém ganham novo destaque no período estudado e com o fim do REANP continuam ativos.

As medidas que impactam diretamente a educação em Minas Gerais tiveram início com a Medida Provisória nº 934/2020, de 06/02/2020, promulgada pelo então presidente da República Jair Messias Bolsonaro. Esta medida excepcional dispensou as escolas de Educação Básica da obrigatoriedade de cumprir o mínimo de 200 dias letivos, estabelecendo, contudo, uma carga horária mínima de 800 horas.

³⁰ A Fé Pública é um instituto do Direito Administrativo que visa oferecer um crédito de veracidade aos agentes públicos. Trata-se de uma prerrogativa que advém do cargo exercido, cujo objetivo é oferecer amparo legal para o cumprimento de suas atividades, para a manutenção da ordem e do interesse público (CARDOSO 2019, P.49)

Posteriormente, a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, em seu artigo 3º, parágrafos I e II, conferiu às autoridades no combate à pandemia a possibilidade de recorrer ao isolamento (parágrafo I) e à quarentena da população (parágrafo II). Estes primeiros documentos não apenas isentaram o cumprimento anual da carga horária, mas também introduziram as medidas de isolamento e quarentena, marcando assim os primeiros passos rumo ao REANP (Regime Especial de Atividades Não Presenciais).

O Decreto estadual nº 47.886, de 15/03/2020 em seu Art. 1º § 1º determina que... “Aplicam-se as disposições deste decreto aos órgãos, autarquias, fundações e às empresas estatais dependentes”. Logo as escolas públicas estaduais. Em seu...

Art. 2º – Fica instituído o Comitê Gestor do Plano de Prevenção e Contingenciamento em Saúde do COVID-19 – Comitê Extraordinário COVID-19 –, de caráter deliberativo, e com competência extraordinária para acompanhar a evolução do quadro epidemiológico do novo Coronavírus, além de adotar e fixar medidas de saúde pública necessárias para a prevenção e controle do contágio e o tratamento das pessoas afetadas.

Este decreto institui o Comitê Gestor do Plano de Prevenção e Contingenciamento em Saúde do COVID-19 – Comitê Extraordinário COVID-19, responsável por acompanhar, adotar e implementar medidas necessárias para enfrentar a pandemia. Em sua primeira deliberação, o Comitê Extraordinário COVID-19 nº 1, de 15 de março de 2020, estabeleceu, no artigo 1º, a suspensão das aulas nos estabelecimentos de ensino da rede pública estadual no período de 18 a 22 de março de 2020. Este evento marcou o início de um período de incertezas³¹.

O decreto federal número 10.282, de 20 de março de 2020, estabelecia os serviços públicos e as atividades essenciais, excluindo as escolas desta categoria. Em consonância, a Deliberação do Comitê Extraordinário COVID-19 nº 18, de 22/03/2020, determinou a suspensão por tempo indeterminado das atividades

³¹ Lembro-me vividamente do momento em que fechei a Escola Estadual São José, sem qualquer previsão de reabertura. Sentia-me impotente diante daquela situação; como se estivesse vivendo um verdadeiro pesadelo.

presenciais na Educação Básica da rede pública de ensino, além da antecipação do período de recesso escolar.

A Deliberação do Comitê Extraordinário COVID-19 nº 26 regulamenta o regime de teletrabalho no âmbito do Sistema Estadual de Educação e suas exceções. Os Auxiliares de Serviço de Educação Básica (ASBs) retornarão ao trabalho presencial em escalas, seguindo rigorosamente as normas de segurança e sanitárias. Para os Professores de Educação Básica (PEB), Especialistas em Educação Básica (EEB) e Auxiliares de Educação Básica (AEB), foi antecipado o uso de mais cinco dias do recesso do Calendário Escolar de 2020, a partir de 14 de abril de 2020. Os demais funcionários, como Diretores de Escola, vice-diretores escolares, Secretários de Escola e Assistentes Técnicos de Educação Básica (ATB), continuarão suas atividades conforme o regime de teletrabalho estabelecido.

O Ministério Público do Estado de Minas Gerais, por meio da Recomendação Conjunta MPMG (TR) Nº 02/2020, datada de 13 de abril de 2020, recomenda a manutenção do regime de teletrabalho, exceto em situações específicas já apresentadas. Nessas circunstâncias, é fundamental fornecer equipamentos e produtos de proteção individual. Além disso, as Superintendências Regionais de Ensino (SREs) devem colaborar com as redes municipais de ensino de suas respectivas regiões para desenvolver soluções para os desafios educacionais decorrentes da pandemia.

A Resolução SEE nº 4.310/2020, datada de 17 de abril de 2020, estabelece que durante o período de suspensão das aulas devido à pandemia da COVID-19, serão utilizados os Planos de Estudos Tutorados (PETs) e o Programa de TV "Se Liga na Educação", em colaboração com a Rede Minas. A referida resolução estabelece que...

Para o desenvolvimento das atividades não presenciais previstas no art. 2º, as Escolas Estaduais deverão ofertar aos estudantes um Plano de Estudos Tutorado (PET), organizado de acordo com o Currículo Referência de Minas Gerais e com o Plano de Curso da unidade de ensino.

§1º O Plano de Estudos Tutorado (PET) consiste em um instrumento de aprendizagem que visa permitir ao estudante, mesmo fora da unidade escolar, resolver questões e atividades escolares

programadas, de forma autoinstrucional, buscar informações sobre os conhecimentos desenvolvidos nos diversos componentes curriculares, de forma tutorada e, possibilitar ainda, o registro e o cômputo da carga horária semanal de atividade escolar vivida pelo estudante, em cada componente curricular.

§2o O Plano de Estudos Tutorados (PET) será disponibilizado a todos os estudantes matriculados no Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação Profissional, por meio de recursos das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICS) e, em casos excepcionais, será providenciada a impressão dos materiais e assegurado que sejam disponibilizados ao estudante a impressão dos materiais e assegurado que sejam disponibilizados ao estudante.

Até a Recomendação Conjunta MPMG (TR) Nº 02/2020, tínhamos apenas uma visão preliminar do que seria o REANP. No entanto, a Resolução SEE nº 4.310/2020 introduziu os Planos de Estudos Tutorados, concebidos como um instrumento de aprendizagem autoinstrucional. Eles possuíam um conjunto de atividades estruturadas em disciplinas curriculares incluíam tarefas de Matemática, Língua Portuguesa, Língua Inglesa, Arte, Educação Física, Geografia, História, Ciências e Ensino Religioso. Os PETs foram o principal recurso didático durante este período, sendo distribuídos prioritariamente por meio de recursos das tecnologias digitais. Em 2020 vinha em atividades mensais, já no ano de 2021 as atividades eram bimestrais.

O Memorando-Circular nº 34/2020/SEE/SG – GABINETE, apresenta orientações complementares sobre Regime Especial de Atividades Não Presenciais e o teletrabalho, conforme resolução SEEMG nº 4.310, nela se define as funções de cada servidor da educação além reforçar informações sobre os PETs. O Memorando reconhece os danos já causados pela pandemia à educação e a limitação das aulas remotas. Segundo ele o REANP visava...

“[...] a garantia das aprendizagens dos estudantes para minimizar os impactos da interrupção das aulas presenciais e o cumprimento das Propostas Pedagógicas, nos níveis e modalidades de ensino ofertados pelas Escolas Estaduais da Rede Pública de Educação Básica e de Educação Profissional de Minas Gerais.

Deliberação do Comitê Extraordinário COVID-19 nº 26, de 08/04/2020 trata do regime de teletrabalho no âmbito do Sistema Estadual de Educação. Segundo o documento teletrabalho é o modal de trabalho em que “[...] o servidor público executa parte ou a totalidade de suas atribuições fora das dependências físicas das unidades escolares, por meio da utilização de tecnologias digitais”. A partir de 14 de abril voltariam as atividades de teletrabalho diretores, vice-diretores, secretários escolares, coordenadores de escola, assistente técnico de Educação Básica (ATB), analista educacional (AE) e inspetor escolar (IE). Os auxiliares de serviço de Educação Básica (ASB), volta ao trabalho presencial, valendo-se de todas as medidas sanitárias necessárias, em escalas organizadas pelos diretores evitando aglomerações. Já os professores de Educação Básica (PEB), especialistas em Educação Básica (EEB) e auxiliares de Educação Básica (AEB) foi antecipado mais 5 dias do recesso escolar.

O governo estadual criou para professores e alunos, que possuem acesso à internet, canais de comunicação para interagir, como o aplicativo Conexão Escola e o site Estude em Casa. Com ele era possível acompanhar aulas televisivas do programa Se Liga na Educação, nas localidades cobertas pelo canal, o programa oferecia explicações e resolução de exercícios conforme os Planos de Estudos Tutorados.

Conforme será exposto de maneira mais detalhada mais adiante, embora o governo estadual tenha criado canais de comunicação, como o aplicativo Conexão Escola e o site Estude em Casa, a iniciativa apresenta diversas limitações. Em primeiro lugar, a dependência de acesso à internet exclui uma parcela significativa da população que não dispõe de condições adequadas de conectividade, o que compromete a equidade no acesso à educação. Além disso, a oferta de aulas televisivas por meio do programa Se Liga na Educação é restrita às localidades cobertas pelo canal, deixando regiões sem esse recurso. A proposta de utilização dos Planos de Estudos Tutorados, por sua vez, pode não ser suficiente para assegurar uma aprendizagem eficaz, tendo em vista as desigualdades educacionais e a ausência de interação direta entre alunos e professores. Assim, embora as intenções sejam positivas, as medidas adotadas não se mostram eficazes para atender todos os estudantes de maneira justa e abrangente.

Figura 23 - Estudos Tutorados 9º ano 2021- volume 1, 2, 3 e 4



Fonte: Arquivo Pessoal

Os materiais didáticos denominados Plano de Estudos Tutorados de História foram adotados na E. E. São José em substituição ao livro didático "Piatã" de História, primeira edição de 2015, que possui 272 páginas e foi escrito por Vanise Maria Ribeiro e Carla Maria Junho Anastasia, publicado pela Editora Positivo, conforme apresentado anteriormente na seção 2. Após a análise desses documentos, é possível perceber como foram estruturadas as aulas.

Figura 24 - Livro didático de História Piatã usado na E. E. São José até 2019



Fonte: Arquivo pessoal

A partir das normativas apresentadas foram levantados os recursos didáticos disponíveis para as aulas, foram eles: *WhatsApp*, Google Sala de Aula, Google formulários, *Google Meet*, Conexão Escola, a partir destas opções foram desenvolvidas as estratégias para as tutorias de História do 9º Regular Turma 7 do E. F. Os aplicativos *Google Meet* e Conexão Escola foram deixados como recursos secundário. O *Google Meet* exigia muito da internet e dos aparelhos dos alunos, no caso do aplicativo Conexão Escola, era incompatível com muitos celulares.

Quadro 13 - Recursos didáticos disponíveis para telefones móveis inteligentes (para *smartphone*) para as aulas de História para a escola estadual São José

Aplicativo	Função	Liberação para uso	Fonte dos dados
Conexão Escola	O aplicativo para celular Conexão Escola 2.0, ele é uma interface para acessar os PETs, as teleaulas transmitidas pela Rede Minas, um chat de conversa para tirar dúvidas dos alunos com os professores, Google Meet e Google Sala de Aula.	Desenvolvido pela SEEMG com acesso gratuito para todos os estudantes e professores da rede estadual de ensino de Minas Gerais	https://acervodenoticias.educacao.mg.gov.br
Google Formulários	Cria formulários personalizados para pesquisas e questionários com vários tipos de perguntas, permitindo reunir as respostas com correção automática, os resultados são coletados e apresentados em planilhas e gráficos estatísticos.	Convênio entre Governo de Minas Gerais e a empresa Google com liberação de uso para funcionários e alunos das escolas estaduais	https://workspace.google.com
Google Meet	Cria videoconferência	Idem	https://workspace.google.com
Google Sala de Aula	Cria salas virtuais de aulas com atividades, material de estudo, que o professor pode personalizar gerenciar e avaliar.	Convênio entre Governo de Minas Gerais e a empresa Google com liberação de uso para funcionários e alunos das	https://edu.google.com

		escolas estaduais	
<i>WhatsApp</i>	aplicativo para envio, recebimento de mensagens e chamadas privadas que utiliza a internet, estando disponíveis em todo o mundo.	Gratuito	https://www.whatsapp.com

Fonte: Criado pelo autor a partir das fontes indicadas no quadro

Para os alunos que tinham acesso à internet foi adotada duas estratégias simultâneas: A principal foi a organização das tutorias de história por intermédio do aplicativo *WhatsApp*. A sua escolha se deu devido a sua popularidade e por ser um aplicativo que exige poucos recursos do celular. Além disso, permite uma comunicação síncrona (aquela que ocorre em tempo real) e assíncrona (não exige respostas imediatas). Os professores dos diversos componentes curriculares da escola entravam no grupo da sala exatamente no horário original das aulas presencias.

A turma analisada nas tutorias de História foi o 9º ano de ensino regular número 7 do Ensino Fundamental Anos Finais (9º REG. 7), as quais serão detalhadas mais adiante. Nesta turma também foi utilizado o Google formulário. A escolha se deu por ser um aplicativo leve que pode ser utilizado em configurações simples de celulares inteligentes e internet de baixa qualidade; ter uma interface simples e organizada, de fácil acesso para telefones inteligentes e computadores; além de criar tabelas com a relação de todos os alunos da turma que fizeram as atividades, gráficos de acertos e permitindo a partir da escolha do professor correções dos exercícios automaticamente ou manualmente. Após o envio da atividade o aluno recebe a resposta correta da questão (endereço eletrônico do link do Google Formulário da atividade postada para os alunos dia 13/05 de 2021 - <https://forms.gle/pVaCsGt6yUruGdqH9>)³².

³² Para acessar o formulário se faz necessário entrar com uma conta Google.

Figura 25 - Atividade de tutoria na Sala de Aula Google postada para os alunos dia 13/05 de 2021



Fonte: Arquivo pessoal

A tutoria via WhatsApp iniciava-se com cumprimento a todos, repleto de imagens animadas e frases de incentivo. No 1º dia de tutoria do bimestre postava-se a parte do PET referente ao componente curricular de História de todo o bimestre com os textos de apoio e exercícios (por exemplo, o PET do 2º bimestre de História tem 80 páginas divididas em 6 semanas). Em seguida era postado separadamente o texto de apoio e o *link* das atividades inseridas no Google Formulário. Após esta ação inicial o grupo era aberto para dúvidas e interação.

A Segunda estratégia de tutoria usada era a montagem semanal das atividades no aplicativo Google Sala de Aula, na qual era descrito nas instruções textos, vídeos, exercícios da semana ou até o PET completo da turma. As duas semanas finais do bimestre eram revisão e de novas oportunidades de entregar as atividades atrasadas (tanto para o aplicativo WhatsApp quanto para o Google Formulário). A turma escolhida para análise foi o 9º ano regular 7. O motivo da escolha teve como base a maior quantidade de informações acessíveis, isto ocorreu, pois, era o professor referência da turma, profissional que tem uma interlocução e orientação mais concentrada em uma turma específica, logo, tendo um contato mais estreito com eles.

Dentre as funções de professor referência destacava-se na pandemia podemos a busca ativa, que era a busca sistemática dos alunos que não participavam das atividades de tutoria dos diversos componentes curriculares.

Quadro 14 – Dados sobre o 9º Regular 7 do Ensino Fundamental da E. E. São José

Divisão por Gênero	Divisão por Idade (anos)	Participação das tutorias do REANP
Masculino 56,25%	14 – 6,34%	Não tem internet e recebe os PETs impressos em casa 34,375% Tem Internet, não interage nas tutorias e não realiza as atividades 34,375% Tem internet, interage nas tutorias e realiza as atividades 25% Tem internet não interage e realiza as atividades com baixa frequência 6,25
	15 – 68,75%	
Feminino 43,75%	16 – 24,91%	

Fonte: Criado pelo autor a partir controle de atividades do 9º REG 7

Ao analisar a tabela acima, destacamos uma turma com equilíbrio na divisão entre os gêneros e um distorção idade-série um pouco alta, que ocorre quando o aluno possui dois anos ou mais de atraso escolar, seja por reprovação ou abandono. Uma parcela significativa da turma, 35,3%, não possui acesso à internet, dependendo principalmente dos PETs como recurso de estudo, e mantendo ténue contato com a escola. Além disso, constatamos que 41,7% dos alunos com acesso à internet apresentaram baixo ou nenhum envio de atividades ao longo do ano. Apenas 25% de toda a turma demonstrou maior proximidade das atividades propostas pela escola e com as tutorias de História.

De acordo com Silva (2023), a pandemia de COVID-19 intensificou o uso das tecnologias digitais, inclusive no âmbito educacional. No entanto, com o fim da

pandemia, muitas das práticas educativas retrocederam ao modelo anterior à crise sanitária. Portanto, é crucial que políticas públicas sejam implementadas para estabelecer infraestrutura adequada e promover incentivos que garantam o uso mais intenso e qualificado das tecnologias digitais, de forma a maximizar os benefícios para a educação.

4.1.1 O Ensino Híbrido

Na segunda metade do ano de 2020 inicia-se um processo de construção do retorno as aulas presencial tendo como destaque dois documentos; a DELIBERAÇÃO DO COMITÊ EXTRAORDINÁRIO COVID-19 Nº 89, de 23/09 de 2020 e Resolução SEE nº 4.422 de 30/09/2020. DELIBERAÇÃO DO COMITÊ EXTRAORDINÁRIO COVID-19 Nº 89 trata sobre a autorização do retorno das atividades presenciais nas unidades de ensino. Primeiro movimento de retorno, que, porém, estava diretamente vinculada a um abaixo nível de contaminação, consequentemente uma redução de casos de COVID 19 em cada cidade, o que na época estava longe de acontecer na região analisada. Resolução SEE nº 4.422, define o início do teletrabalho para 13 de maio de 2020 para os servidores que ainda não tinham retornado ao trabalho e o início do REANP em 18 de maio de 2020 para os estudantes. O atraso para o retorno do ano letivo levou a uma reestruturação do calendário escolar estendendo o ano letivo para 30 de janeiro de 2021.

No entanto, o retorno às aulas presenciais apenas se concretizaria no ano seguinte, por meio da implementação das aulas híbridas, que foram estabelecidas pela Deliberação do Comitê Extraordinário COVID-19 nº 129, de 24/02/2021. Esta deliberação autoriza o retorno gradual das atividades presenciais nas unidades de ensino. Segundo esta deliberação: "o ensino presencial será complementado e, eventualmente, substituído ou realizado concomitantemente pelas modalidades do ensino remoto". A decisão sobre estudar presencialmente ou remotamente dependeria das condições físicas do aluno, como pertencer a algum grupo de risco

para COVID-19, e da decisão do responsável, no caso de alunos com idade inferior a 18 anos.

A resolução SEE nº 4.506/2021, institui o ensino híbrido para o ciclo dos anos letivos de 2020 - 2021, define o ensino híbrido um modelo educacional “[...] por mais de uma estratégia de acesso às aulas, em que o processo de ensino e aprendizagem ocorre em formato presencial e não presencial, com o retorno gradual e seguro dos estudantes às atividades presenciais”. Segundo orientações de funcionamento das aulas híbridas, as turmas seriam divididas em grupos, que alternariam nas aulas de duas em duas semanas, com o objetivo de diminuir a propagação da COVID-19 e que em caso de não possuir quantitativo de alunos para formar dois ou mais grupos da mesma turma (ex. 9º ano turma 7 do Ensino Fundamental Anos Finais) o grupo deveria ir semana sim semana não.

O Ensino híbrido não resultou em mudanças significativas na eficácia do ensino, devido a alguns fatores:

- As aulas ainda estavam restritas às semanas definidas pelos Planos de Estudo Tutorados (PETs), não permitindo que os professores tivessem autonomia para explorar outros conteúdos ou avançar para semanas subsequentes. A SEEMG argumentou que essa medida evitaria um descompasso entre os alunos que estavam presencialmente e os que estavam no Regime de Atividades Não Presenciais.

- Como as aulas presenciais eram facultativas, a adesão era muito baixa.

Segundo Silva (2020):

O ensino híbrido possibilita que as atividades escolares sejam divididas entre encontros presenciais e aulas remotas. Cada vez mais a modalidade tem se difundido e chamado atenção de alunos, professores e gestores. Os dados da pesquisa da ABED mostram que 68% dos estudantes preferem aguardar a vacina antes de retornar às aulas presenciais.

Os dados apresentados acima já apontam a baixa adesão dos alunos a faceta presencial do modal híbrido, porém quando observada às aulas da Escola Estadual São José e principalmente o 9º ano regulas turma 7 a porcentagem de alunos que continuaram sem comparecer as aulas presenciais era de 82%. A falta de autonomia para a preparação da aula presencial e o reduzido quantitativo de alunos que compareciam as tutorias presenciais tiveram como consequência um ensino híbrido foi pouco efetivo.

Para o docente que já havia sido obrigado incorporar muitas tecnologias para atender as demandas educacionais do momento, somada a continuidade das buscas ativas e uma grande carga burocrática (ex. preenchimento do relatório de atividades - anexo), O início do Ensino Híbrido significou uma sobrecarga de trabalho para o docente, pois, ele participava presencialmente das aulas e ainda tinha que alimentar as aulas do REANP. No caso das aulas de História do 9º ano analisado, postar as tutorias no aplicativo *WhatsApp*, Google Sala de aula, correção dos exercícios em sala, nas duas plataformas e nos PETs impressos devolvidos.

É necessário ressaltar que o ensino híbrido e o Regime de Atividades Não Presenciais cessaram a partir de 3 de novembro de 2021, conforme estabelecido pela Resolução SEE nº. 4.644/2021, datada de 25 de outubro do referido ano, e de acordo com o encerramento do ano letivo determinado pelo calendário escolar em 22 de dezembro de 2021, restando, portanto, 19 dias para o término deste período letivo, não tendo grande influência na aprendizagem dos alunos.

Pesquisas indicam que a interrupção das aulas presenciais expôs crianças e adolescentes a elevados níveis de vulnerabilidade, incluindo violência física, moral e psicológica, bem como insegurança alimentar e problemas psicológicos relacionados ao medo e à ausência de convívio social. Sobre o quesito violência os dados apresentados pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2022) o ano de 2021 teve o aumento de 21% nos maus-tratos contra crianças e adolescentes em relação a 2020.

No que se refere à questão alimentar, Sousa (2020) esclarece que a interrupção das aulas gerou uma lacuna significativa no que diz respeito à alimentação dos alunos, uma vez que a merenda escolar representa uma fonte segura e

equilibrada de nutrição, sendo, em alguns casos, a única refeição disponível para diversos estudantes; a autora destaca que a suspensão das aulas exacerbou os problemas alimentares. Os problemas alimentares ocasionados pela falta da merenda escolar variam desde uma alimentação desbalanceada e obesidade até a desnutrição.

As reprovadas ocorridas durante a pandemia foram até menores que 2019 e 2022 para compreender esta informação se faz necessário ressaltar alguns aspectos:

- A Escola Estadual São José, no ano letivo de 2020, teve apenas um dia de aula presencial³³.

- A Resolução SEE nº 4.468/2020, publicada em 22 de dezembro de 2020, instituiu o Regime de Progressão Continuada para o ciclo de 2020-2021, aplicável a todos os níveis e modalidades de ensino das escolas da rede pública estadual de Minas Gerais. Assim, todos os alunos progrediriam automaticamente para o ano letivo de 2021, sem possibilidade de reprovação. O ano letivo de 2021 teve apenas 19 dias de aulas presenciais, com baixa adesão por parte dos alunos. O Memorando-Circular nº 14/2020/SEE/SPP estabelece que a entrega dos Planos de Estudos Tutorados em branco atende aos requisitos para a aprovação dos alunos.

- Para a conclusão do ano letivo de 2021, foi evocada e amplamente divulgada a Resolução 2.197, de 12 de outubro de 2012, a qual, no Art. 81, determina que os resultados da aprendizagem dos alunos devem ser comunicados por escrito, bimestralmente, aos pais e responsáveis. Esta resolução também exige a informação sobre as estratégias de recuperação e intervenção pedagógica oferecidas ao longo do ano, bem como a necessidade de Estudos Independentes de Recuperação. O desempenho dos alunos após a conclusão dos Estudos Independentes também deve ser comunicado aos pais e responsáveis.

- O Memorando SEE/SB nº 542/2021, datado de 30 de novembro de 2021, estabelece que, em caso de reprovação em um componente curricular, o professor

³³ Ocorrido em virtude da greve dos servidores da Educação de Minas Gerais que ocorreu de 11/02/2020 até 18/03/2020

deve listar as aptidões não consolidadas. A planilha com estes dados deve ser enviada ao analista responsável e arquivada na pasta individual do estudante.

Levando em consideração os pontos apresentados anteriormente, no qual no ano letivo de 2020 o aluno foi aprovado independente de seu desempenho. Em 2021 teria direito a aprovação para o ano letivo de 2022 os alunos que pelo menos entregassem em branco os PETs, logo de 4 PETs de História se o aluno entregasse 3 PETs em branco e extrviasse o 4 seria aprovado neste componente curricular.

No caso do aluno que devolveu menos de 75% dos PETs: A reprova no componente curricular só aconteceria com a apresentação do registro de que país ou responsáveis estivessem informados ao longo do ano de todas as atividades, avaliações, neste caso o professor deveria fazer um relatório de todos os resultados do aluno e das habilidades não consolidadas para ser entregue ao analista educacional da SRE responsável pela Unidade Escolar.

Caso todos esses requisitos fossem atendidos, a Resolução SEE nº 4.692, de 29 de dezembro de 2021, estabelece a progressão parcial, segundo a qual o aluno com reprovação em até três componentes curriculares seria promovido para o ano seguinte. Vale lembrar que, dos nove componentes curriculares do 9º ano do Ensino Fundamental, apenas seis são passíveis de reprovação; portanto, o aluno seria retido somente se fosse reprovado em quatro desses seis componentes.

Na maior parte dos casos um aluno que não consegue entregar, mesmo em branco, 3 em 4 PETs é um aluno que os professores não conseguiram contato, logo não tiveram os pais e responsáveis notificado da falta de entrega de atividades, não atendendo o requisito de reprova exigido pela SEEMG. Assim era improvável a reprovação de alunos do ano Letivo de 2021. Como evidenciado na tabela abaixo:

Quadro 15 – Porcentagem de reprovação no E. F. Anos Finais em Minas Gerais 2019 -2022

Reprovação em 2019	Reprovação em 2020	Reprovação em 2021	Reprovação em 2022
10,7%	0,1%	2,4%	6,7%

Fonte: Criado pelo autor a partir de dados das taxas de rendimento - Inep, 2022

Em resumo é evidente os problemas educacionais, psicológicos e até relacionados à integridade física das crianças e adolescentes afastados das aulas são significativos. Assim, o retorno às aulas presenciais sinaliza melhorias para o bem-estar dos jovens. Observa-se que o REANP contribuiu direta ou indiretamente para uma série de consequências negativas em diversos aspectos e que sua suspensão, por si só, representou um alívio para os jovens de todo o estado.

4.2- Dos Livros Didáticos aos PETs

Agora apresentaremos a análise dos Planos de Estudos Tutorados (PETs) e seu potencial de incentivar a aprendizagem dos alunos. No entanto, é necessário verificar previamente alguns aspectos do Currículo de Referência de Minas Gerais, a fim de estabelecer parâmetros para os materiais didáticos. O Currículo de Referência de Minas Gerais foi abordado na seção 2; agora focaremos nos temas por ele indicados para o ensino de História no 9º ano.

A compreensão dos estudantes, como sujeitos com histórias, e saberes construídos nas interações com outras pessoas, tanto do entorno social mais próximo quanto do universo da cultura midiática e digital, fortalece o potencial da escola como espaço formador e orientador para a cidadania consciente, crítica e participativa (CRMG 2017 p.200).

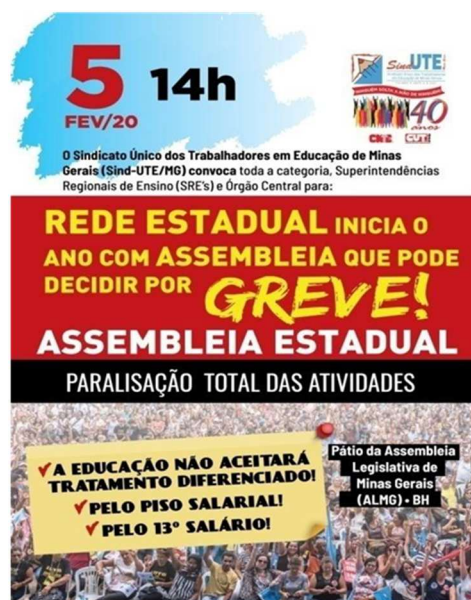
O Currículo de Referência de Minas Gerais, ao tratar do 9º ano, aborda na disciplina de História do Brasil o período republicano e todos os eventos relacionados à construção da democracia no país, desde a República da Espada até os governos democráticos mais recentes. Quanto à História Geral, o currículo destaca os principais conflitos mundiais ligados ao imperialismo, discutindo suas causas e consequências, além dos movimentos políticos, econômicos e culturais que os promovem ou se opõem a eles.

O imperialismo provoca atritos internacionais significativos, resultando em grandes conflitos mundiais. A movimentação geopolítica do passado continua a influenciar o presente de maneira crucial. A experiência da guerra suscita o anseio pela paz, culminando na formação da ONU e na luta contínua pelos direitos humanos

e pelas diversas identidades, que se desdobram até os dias atuais. Outros temas também de grande relevância mundial são abordados como "[...] os processos europeus, africanos, asiáticos e latino-americanos dos séculos XX e XXI, reconhecendo-se especificidades e aproximações entre diversos eventos, incluindo a história recente (Currículo Referência de Minas p. 841).

Em 2019, a E. E. São José adotou a coleção "PIATÃ" de História, elaborada por Vanise Maria Ribeiro e Carla Maria Junho Anastasia em sua primeira edição, publicada pela Editora Positivo. A pandemia forçou o fechamento das escolas, com muitas delas já tendo distribuído os livros didáticos no início do ano letivo. No entanto, diversas escolas, incluindo a analisada, já estavam com as atividades paralisadas devido a movimentos de greve. A E. E. São José iniciou o ano letivo de 2020 em 10 de fevereiro, mas aderiu à greve no dia seguinte. Isso resultou em um longo período sem aulas e sem acesso ao livro didático para os alunos, recurso essencial em um momento tão desafiador para a educação. A greve só foi interrompida com o fechamento da escola devido ao avanço da pandemia de COVID-19 em 18 de março.

Figura 26 – Cartaz do Sind-UTE/MG



Fonte: Sind-ute /MG

O movimento sindical da educação mineira de 2020 tinha como principais reivindicações:

- O pagamento do 13º

- Cumprimento da Lei Estadual 21.710/2015 e da Lei Federal 11.738/2008, que estabelecem o piso salarial profissional nacional como um direito legal.

- Contra a desorganização de procedimentos que foram informatizados destacando o Sistema Único de Cadastro e Encaminhamento para Matrícula (SUCEM) e o Sistema de Movimentação da “SEE/MG” que organiza a remoção, mudança de lotação e permuta de servidores.

Em 2021, a distribuição do livro didático enfrentou desafios significativos. Muitas famílias receavam buscar o livro nas escolas devido ao risco de contrair a COVID-19. Além disso, o sistema de entregas além de ser bastante dispendioso, esbarrava na falta de atualização por parte dos pais e responsáveis quanto aos dados de endereço e telefone. Como resultado, para muitos estudantes, os Programas de Educação Tutorial (PETs) representaram o único recurso didático disponível.

O livro didático e os PETs são analisados neste contexto como documentos históricos, os quais serão examinados sob a ótica da análise documental de André Cellard (2008). Iremos investigar esses documentos considerando cinco aspectos de sua produção: o contexto; autor e os autores; autenticidade e a confiabilidade do texto; a natureza do texto; os conceitos-chave e a lógica interna do texto.

O livro didático analisado foi editado em 2015, um período politicamente marcado pela gestão do poder executivo tanto na esfera federal (Presidente Dilma) quanto na estadual (Governador Pimentel), pelo Partido dos Trabalhadores. No âmbito federal, a presidente seguia o modelo de governo de seu antecessor e, assim, herdou diversas iniciativas que fortaleceram e valorizaram a educação no país. Entre elas, destacam-se a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Emenda Constitucional nº 53/2006, regulamentado pela Lei nº 11.494/2007 e pelo Decreto nº 6.253/2007) e a promulgação da Lei nº 11.738, que estabeleceu o piso salarial nacional para os profissionais do magistério público da Educação Básica em 2008.

Na esfera estadual, também houve iniciativas de valorização salarial para os profissionais da educação, como a Emenda à Constituição 95 de 2017, que instituiu e

regulamentou o Adicional de Desenvolvimento da Educação Básica (Adveb). Este benefício é atribuído mensalmente e corresponde a 5% do vencimento do servidor a cada cinco anos de efetivo exercício.

Os Planos de Estudos Tutorados foram instituídos a partir de 2021, em caráter emergencial, como o principal recurso pedagógico do REANP. Desenvolvido pela SEEMG e definido pela Resolução SEE/MG nº 4.310, o PET é descrito como um instrumento de aprendizagem que engloba elementos para a execução da proposta pedagógica, incluindo a realização de exercícios. A execução e entrega de suas atividades constituem o meio para assegurar o cumprimento da carga horária do aluno é aparentada em seu artigo 3º:

§1º O Plano de Estudos Tutorado (PET) consiste em um instrumento de aprendizagem que visa permitir ao estudante, mesmo fora da unidade escolar, resolver questões e atividades escolares programadas, de forma autoinstrucional, buscar informações sobre os conhecimentos desenvolvidos nos diversos componentes curriculares, de forma tutorada e, possibilitar ainda, o registro e o cômputo da carga horária semanal de atividade escolar vivida pelo estudante, em cada componente curricular.

Não há informações relevantes disponíveis sobre Vanise Maria Ribeiro, uma das autoras do livro "Piatã". No entanto, em relação a Carla Maria Junho Anastasia, foi identificada a trajetória acadêmica e profissional. Atualmente, ela está vinculada à Universidade Estadual de Montes Claros como professora designada. Conforme seu *currículo Lattes*, Carla possui vasta experiência na área de História e Política, com ênfase em História do Brasil Colônia e Brasil Contemporâneo. Seus principais temas de atuação incluem estudos sobre Minas Gerais no século XVIII, violência, sertão e formação política brasileira, além de uma extensa produção científica³⁴.

Tanto o Livro de História do 9º ano Piatã, quanto os PETs são materiais de natureza didática, caracterizados pela sua autenticidade e confiabilidade. O livro em questão é aprovado pelo Plano Nacional do Livro Didático (PNLD), e os PETs são recursos didáticos produzidos e aprovados pela Superintendência Estadual de Ensino.

³⁴ <http://lattes.cnpq.br/7026650227514377>

É importante ressaltar que os PETs foram desenvolvidos em uma situação emergencial, sem cumprir todos os requisitos técnicos exigidos pelo PNLD.

Conforme Bittencourt (2004), as pesquisas atuais sobre a produção didática de História preocupam-se com questões que vão além da simples constatação do caráter ideológico, embora este também seja importante. Destaca-se a análise do conteúdo e do método de aprendizagem desse tipo de material, fundamental para a educação.

Sobre o conteúdo destes materiais sabe-se que o livro didático de História é uma simplificação, porém, os PETs são uma simplificação extrema da história, o que dificultava o desenvolvimento dos conhecimentos médios esperados para os estudantes, e existem outros problemas dos PETs, segundo matéria do site de notícias G1 do dia 08/06/2020: “Uma comissão de professores analisou o material e encontrou 42 erros de ortografia e gramática, 122 plágios – lições copiadas da internet sem informar quem são os autores – e 89 conteúdos errados” (Pimentel E Mello, 2020). De acordo com Rüsen (2010, p.123)

“O livro didático está subordinado ao estado da pesquisa como uma instância de veto: não deve conter falhas, e isto significa também que não deve apresentar interpretações históricas que contradigam o estado de conhecimentos científicos”.

Para avaliar as coleções do Livro Piatã e dos PETs, foram considerados os temas indicados pelo Currículo de Referência de Minas Gerais e os critérios estabelecidos pelo PNLD 2017, que originalmente avaliou o livro didático em questão. Além dos critérios determinados, também se espera compreender se houve descontinuidade de conteúdos na mudança dos materiais e utilizar estes critérios para compará-los. Entre os critérios a serem utilizados, alguns pontos merecem destaque:

- 1- Respeito à legislação, às diretrizes e às normas oficiais relativas ao Ensino Fundamental.
- 2- Observância de princípios éticos necessários à construção de cidadania e ao convívio social republicano.

- 3- Coerência e adequação da abordagem teórico-metodológica assumida pela coleção, no que diz respeito à proposta didático-pedagógica explicitada e aos objetivos visados.
- 4- Correção e atualização de conceitos, de informações e de procedimentos.
- 5- Observância das características e das finalidades específicas do Manual do Professor e adequação da coleção à linha pedagógica nele apresentada.

O Livro do 9º ano da coleção Piatã de História apresenta os conteúdos organizados segundo uma perspectiva histórica linear, incorporando temas da História social e cultural. Aborda-se a História do Brasil em conexão com a História mundial, abrangendo desde o período Pré-histórico até o século XXI. São explorados estudos sobre a História da África, a cultura afro-brasileira, bem como a história e cultura dos povos indígenas brasileiros em todos os volumes. Destaca-se especialmente a história das mulheres ao longo dos diferentes períodos históricos.

O livro do analisado foi dividido em 4 unidades, as quais são subdivididas em seções sendo eles: Transformações do século XX - Guerras e revoluções na Europa, A República das oligarquias brasileira; A crise do liberalismo - O melhor e o pior do pós-guerra; Brasil: crise e fim da República Velha; a Segunda Guerra Mundial. Brasil: a Era Vargas; O mundo pós-Segunda Guerra - Capitalismo x Socialismo: uma ordem bipolar, Populismo e política desenvolvimentista no Brasil, A crise do populismo; Tempos difíceis e desafios do novo milênio - Anos rebeldes a Ditadura militar no Brasil; Do regime militar à democracia: uma transição negociada. Nova República? Uma nova ordem mundial, Brasil contemporâneo (Trata de avanços e retrocessos políticos, sociais e econômicos dos governos do presidente Itamar até a reeleição de Dilma Rousseff).

O Manual do livro, detalha de forma minuciosa a estrutura e os objetivos de cada subdivisão da coleção, além de abordar a utilização do material por alunos com necessidades especiais. Ele também considera a questão do tempo histórico e sua relação com o presente. O manual oferece textos e exercícios básicos e complementares, permitindo ao professor adaptar o ensino às diferenças entre suas turmas, enfatizando a leitura e interpretação por meio de fontes como reproduções de documentos históricos, imagens, indicações de filmes e sites na internet.

A preocupação com a interpretação de imagens é evidente, destacando o uso delas como fonte histórica. Há menção à interdisciplinaridade, porém o tema é abordado de forma superficial. Em relação à origem étnica brasileira, o livro trata das questões relacionadas aos povos indígenas e afro-brasileiros, explorando os aspectos históricos tanto do Brasil quanto da África, enfatizando a diversidade étnica. O foco está em um estudo que entrelaça diversos temas, como identidade de gênero, patrimônio cultural e expressões religiosas, promovendo a representação dos indígenas e afro-brasileiros como agentes históricos.

O livro tem enfoque na análise das fontes, promovendo atividades de investigação que possibilitam o aprendizado histórico de forma científica. Isso implica que a história é tratada como um conhecimento construído a partir da investigação, onde o material básico são objetos culturais (textos, artefatos e imagens) transformados em fontes históricas. A obra possui um extenso acervo documental que abrange diversos gêneros textuais, com seções específicas dedicadas à análise detalhada desse material.

Colabora na construção da cidadania apontando as conquistas de direitos da humanidade ao longo do tempo histórico e dando voz a temática indígena e afro-brasileira, abordando os aspectos históricos do Brasil e da África, destacando a pluralidade étnica; valorizando os indígenas e afro-brasileiros; destacando que homens e mulheres, brancos negros ou indígenas; independente da herança cultural ou religiosa são os responsáveis de suas próprias histórias e influenciam diversas outras.

No Manual do Professor Multimídia, composto por um DVD com recursos educacionais digitais. Tais recursos estão apresentados na forma de vídeos contendo depoimentos, explicações, narrativas, análises de imagens, sínteses e orientações para atividades práticas. O material oferece propostas estimulantes para a inclusão educacional e para o uso de museus como recursos didáticos, além de mecanismos para a análise iconográfica. Encoraja a reflexão sobre o conhecimento histórico como um saber construído e mediado por fontes históricas, e reconhece a contribuição das novas tecnologias para o ensino de História.

No Componente Curricular de História, há um foco na transição de uma abordagem predominantemente político-administrativa para incluir temas de História

social e cultural em seções, atividades e capítulos. Exploram-se interconexões históricas entre política, sociedade, economia, costumes, artes e práticas sociais variadas. Aspectos contemporâneos são destacados, como o papel das mulheres na história e a luta contra estereótipos e preconceitos. A coleção também aborda a natureza provisória e o processo de construção do conhecimento histórico, oferecendo aos alunos uma ampla gama de materiais como cartas, documentos oficiais, canções, poemas, textos históricos, leis, fotos, pinturas, afrescos, artefatos, charges e cartazes; frequentemente acompanhados por atividades que visam promover a interpretação histórica.

No texto e atividades, são abordados conceitos históricos chaves (Ex. temporalidade, memória, mudança, duração, simultaneidade, cultura, política, estado, identidade, diferença, semelhança, ruptura, conflito e gênero). Apresenta em vários momentos glossários que facilitam o entendimento do texto. Apesar de mencionar o patrimônio como tema e discuti-lo, os conteúdos são insuficientes e não estimulam a busca pelo patrimônio local. Aborda de forma oportuna lutas e conquistas de diversos grupos ao longo da história; a importância do meio ambiente; direitos das crianças e adolescentes e destacando o papel da infância em diferentes períodos históricos; além da diversidade cultural e tolerância.

A Proposta Didático-pedagógica para o ensino de História, focada na autonomia social e intelectual dos alunos, é efetivada através da utilização de atividades que permitem a apropriação dos processos históricos em âmbitos nacional e global. A proposta incentiva o diálogo com as experiências dos estudantes, promovendo o desenvolvimento da análise, observação, comparação, memorização e síntese. O aluno é considerado um sujeito ativo na produção do conhecimento. São solicitadas sínteses históricas em formatos variados (ex. desenho em quadrinhos, linha do tempo, teatros etc.).

O livro apresenta uma construção estética e informacional clara e funcional. Ele organiza as unidades e seus capítulos de maneira hierárquica, além de segmentar o texto principal, subtópicos, atividades e seções de forma discernível. A obra se destaca pela diversidade de recursos visuais que complementam de maneira interativa o conteúdo textual, incluindo ilustrações que facilitam tanto a leitura quanto o ensino pedagógico. Notavelmente, são utilizados diversos recursos como ilustrações, fotografias, mapas e gráficos, todos apresentando qualidade gráfica e

refletindo a diversidade cultural brasileira, com representações de homens, mulheres, indígenas, afro-brasileiros, luso-brasileiros, entre outros. Ademais, o glossário é integrado ao longo dos capítulos para maior acessibilidade e compreensão do conteúdo.

Os Planos de Estudos Tutorados foram o principal recurso pedagógico para as escolas estaduais mineiras durante os anos de 2020 e 2021 no contexto da Pandemia de COVID-19. Os PETs do 9º ano eram divididos em quatro volumes representando a divisão do ano letivo em 4 bimestres das escolas estaduais. Cada PET é dividido em 6 semanas, como normalmente um bimestre é composto por 8 semanas as semanas sem atividades eram destinadas para revisão e tempo extra para alunos enviarem as atividades atrasadas.

O conteúdo programático dos PETs de História do 9º ano eram: Iluminismo e Liberalismo; Revolução Francesa; Independências na América Latina; Independência do Brasil; A construção política da República brasileira; Contestações às oligarquias, Urbanização e crescimento da classe operária; A relação entre o governo republicano e os povos indígenas brasileiros; Mulheres e movimentos sociais; Os desdobramentos da consolidação do sistema capitalista: conflitos e crises; Antecedentes e desdobramentos da Segunda Guerra Mundial; O período da República Populista Brasileira; O dia que durou 21 anos: a Ditadura Civil-Militar Brasileira; A redemocratização do Brasil e a reconstrução da cidadania; A Nova República Brasileira e sua frágil democracia; O Brasil e a exclusão histórica das minorias; O papel do Brasil no mundo.

Os Planos de Estudos Tutorados se destacaram pela simplificação, proporcionando um suporte teórico para os estudantes extremamente superficial e com poucos exercícios. Como mencionado anteriormente, o livro didático anterior tinha 272 páginas, os 4 volumes dos PETs de história do 9º ano para o ano letivo de 2021 totalizavam apenas 80 páginas. Mesmo sendo um material extremamente compacto, o volume 1 do 9º ano de 2021 é inteiramente dedicado à retomada de recortes históricos apresentados no 8º ano³⁵. Apesar dessa limitação, os PETs não

³⁵ Os índices do volume 1, 2 e 3 dos Pets do 8º ano de 2020 e o sumário do volume 1 do PET do 9º ano de 2021 estão no apêndice.

resultarão em uma interrupção nos temas abordados no 8º ano, seja em comparação com o "Piatã" do 8º ano de 2019, seja em relação aos PETs do 8º ano de 2020³⁶.

Foram ferramenta didática desenvolvidas em caráter emergencial, não estando sujeitos às exigências legais, diretrizes e normas oficiais aplicadas na incorporação de livros didáticos para o Ensino Fundamental. Não havia manual do professor nem gabarito de questões. Caso o professor necessitasse de um gabarito oficial, deveria assistir a uma tele aula específica destinada à correção dos exercícios desejados, transmitida no programa "Se Liga na Educação" às terças-feiras, das 10h04min às 10h24min, ou aguardar o lançamento da versão daquela aula no site do *Youtube*.

Os Planos de Estudos Tutorados de História do 9º ano apresentaram uma utilização limitada de imagens, gráficos e tabelas, sendo que tais recursos apareceram com pouca frequência. Por exemplo, no primeiro volume destes Planos de Estudos Tutorados, havia apenas uma imagem e não foram utilizadas tabelas ou gráficos. Quanto à interdisciplinaridade, a introdução de algumas semanas apenas indicava componentes que poderiam ser trabalhados conjuntamente com aquela temática.

Questões relacionadas ao preconceito e à valorização da cultura de matriz africana e indígena foram abordadas de forma sucinta. O material didático utilizou poucos documentos históricos para fundamentar o estudo dos alunos. No entanto, em todas as semanas, foram sugeridos sites com textos e vídeos para a resolução de exercícios e aprofundamento, destinados aos alunos que tinham acesso à internet.

No material analisado, percebe-se apontamentos a respeito dos princípios étnicos e democráticos fundamentais para a formação de cidadãos plenos. No entanto, devido à limitação da abrangência dos conteúdos dos Planos de Estudos Tutorados (PETs), não foram identificadas estratégias eficazes para promover esses valores, os quais são de vital importância na sociedade

De maneira geral, os textos abordavam a história de forma descritiva e lacunar, apresentando muitos exercícios que não eram compatíveis com os conteúdos dos Planos de Estudos Tutorados nem com a capacidade interpretativa dos alunos, tornando a sua resolução inviável. Logo, muitos dos exercícios propostos eram apenas exequíveis para os alunos com acesso à internet. É importante destacar que

³⁶ Ver índice de conteúdo do Livro didático Piatã do 8º ano e do PET 1 também do 8º ano 2020 do Ensino Fundamental anos finais nos anexos

os Planos de Estudos Tutorados, conforme estabelecido na Resolução SEE nº 4.310/2020, deveriam ser auto instrucionais.

A simplificação latente na construção dos PETs conduziu a uma percepção extremamente vaga e incompleta da História, comprometendo a formação de conceitos sólidos. Além disso, a estrutura editorial e o projeto gráfico precários contribuíram para um material pouco atrativo e menos eficaz no apoio ao aprendizado dos estudantes.

Silva (2023) ao analisar o PET do Ensino Fundamental de diversos componentes curriculares considera que o PET peca em não atender realmente a ideia de autonomia, de preocupação com as diversidades culturais, regionais e individuais, percebe o caráter excludente do material, considerando-o mal organizado, mal escrito e incoerente.

Veloso (2022) considera que os PETs tanto do Ensino Fundamental (Ciências) quanto do Ensino Médio (Biologia) atendem ao quesito autonomia proposto na BNCC

[...] contudo as abordagens apresentadas são insuficientes, sendo que a ausência de um material complementar e a falta de aulas práticas guiadas priva o estudante de obter experiências nas aulas de ciências e biologia. Além disso, vale ressaltar que a maneira “estática” no qual o material foi planejado, não oferece adequações regionais mais sim padronizadas. Dessa forma, dificulta a motivação do discente e o distância da sua realidade, do seu contexto social. Isso pode dificultar o processo intelectual de ensino-aprendizagem[...]" (Veloso 2022, p.7)

Carvalho e Moreira (2022) se debruçaram nos PETs do Ensino Médio de Língua Portuguesa, voltando sua atenção para a Linguística, afirmam que

"Os itens, salvo raras exceções, não propõem uma abordagem adequada das habilidades referentes às práticas de análise linguística identificadas na BNCC. Em sua maioria, os exercícios tendem a reproduzir métodos questionáveis de ensino de gramática que ocorre de forma descontextualizada (Antunes, 2014), não estabelecendo a relação entre a reflexão e o uso da língua. Desse modo, ao distanciar-se de um tratamento adequado da análise linguística, esses instrumentos pouco parecem preparar os alunos para as situações reais de uso da língua (CARVALHO e MOREIRA 2022, p.34).

Apesar das limitações do livro didático adotado até 2019 na Escola Estadual São José, fica evidente que o mesmo, atendia a vários dos critérios esperados para um livro didático de História adequado. Ao transpor a análise de Veloso sobre os PETs de Biologia e de Ciências para a análise dos PETs de História, nota-se uma diferença significativa, pois não se observa o cumprimento do princípio de autonomia conforme proposto na Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

E ainda, a produção emergencial dos Planos de Estudos Tutorados resultou na imposição de um material que apresentava baixa qualidade, com recursos (textos, imagens) metodológicos e didáticos restritos, que não possibilitavam a compreensão ampliada dos temas. A investigação dos PETs, de maneira geral, demonstra uma simplificação dos conteúdos, ausência de atividades práticas, as quais, podem ter influenciado de forma negativa o ensino e, conseqüentemente, o aprendizado histórico oferecido aos estudantes, contrastando com a abordagem mais abrangente e estruturada proporcionada pela coleção de livros didáticos PIATÃ.

5 A APRENDIZAGEM EM HISTÓRIA DURANTE O REANP SEGUNDO INDICADORES DA AVALIAÇÃO DO SIMAVE

Nesta seção analisamos os indicadores de aprendizagem dos alunos do 9º ano do Ensino Fundamental Finais da turma regular 7, a partir da investigação das avaliações diagnósticas do Simave dos anos de 2020, 2021 e 2022 que avaliou os alunos desta turma nos anos escolares do 8º e 9º anos do Ensino Fundamental e no 1º ano do Ensino Médio. Tanto na avaliação diagnóstica de 2020 quanto na de 2022, foram selecionados os resultados dos estudantes que, em 2021, pertenciam à turma analisada e que realizaram as avaliações enquanto estavam matriculados na Escola Estadual São José. A análise dos resultados dessas avaliações selecionadas permitirá uma compreensão mais precisa dos efeitos do REANP na aprendizagem de História dos estudantes em questão.

Segundo o Memorando-Circular nº 1/2020/SEE/DAVE de 25 de novembro de 2020, a avaliação diagnóstica de 2020 foi uma ferramenta empregada para captar informações pertinentes sobre a consolidação das aptidões desenvolvidas no Regime Especial de Atividades Não Presenciais, reconhecendo as particularidades de cada aluno e de cada componente curricular, buscando assegurar o desenvolvimento integral dos estudantes, respeitando suas condições e contextos individuais.

A avaliação em questão foi aplicada no período de 19 a 21 de outubro de 2020, durante a pandemia de COVID-19, em uma fase em que já se buscavam dados para um possível retorno às aulas presenciais. Desenvolvida pela Secretaria Estadual de Educação, essa avaliação foi a primeira a abranger múltiplos componentes curriculares, sendo eles: Língua Portuguesa, Matemática, Língua Inglesa, História, Geografia, Ciências, Artes e Educação Física; por meio de cinco questões de múltipla escolha, por componente curricular, com 4 alternativas cada questão, as quais foram balizadas por habilidades descritas pelo Currículo de Referência de Minas Gerais e pelos PETs. Esta avaliação ampliou o escopo para uma gama mais extensa de disciplinas diferentemente das avaliações diagnósticas anteriores do Simave, que avaliavam apenas Língua Portuguesa e Matemática.

Foram avaliados os estudantes das escolas estaduais que estavam matriculados no 2º ano ao 9º ano do Ensino Fundamental, incluindo Ensino

Fundamental em Tempo Integral; 1º ano ao 3º ano do Ensino Médio Propedêutico; 1º ano ao 3º ano do Ensino Médio em Tempo Integral; 1º ano ao 3º ano do Ensino Médio em Tempo Integral Profissional – EMTI; 2º ao 4º período da Educação de Jovens e Adultos do Ensino Fundamental Anos Finais (proporcionais ao 7º e 9º ano do Ensino Fundamental) e o Anos Finais. 1º ao 3º período da EJA do Ensino Médio.

A avaliação diagnóstica do Simave de 2020 resultou na elaboração de documentos pedagógicos na forma de relatórios, que compilaram dados individuais dos alunos e informações agregadas por turmas (por exemplo, todos os oitavos anos da escola). Esses relatórios possibilitaram a comparação tanto entre as turmas da própria instituição, quanto com o resultado médio em todo o estado de Minas Gerais. Como documento oficial produzido pela SEEMG, a avaliação de 2020, inicialmente estava acessível a todos os professores da Unidade Escolar cadastrados pelo diretor. No entanto, atualmente, tanto a avaliação quanto seus resultados estão restritos ao acesso dos servidores da educação que atuam diretamente nas Superintendências Regionais de Ensino e de órgãos superiores.

De acordo com o manual de análise denominado “Resultados da Avaliação Diagnóstica 2020”, que foi enviado para o e-mail institucional da E. E. São José ³⁷ em 27 de novembro de 2020:

A Avaliação Diagnóstica é composta por itens (questões) de múltipla escolha, que mensuram determinadas habilidades do Currículo. Elaborada a partir da Teoria Clássica dos Testes (TCT), toma como ponto de partida a soma dos itens acertados, e não permite identificar os acertos ocasionais dos alunos. Assim como as avaliações elaboradas pelos próprios professores da escola, as avaliações elaboradas pela SEE/MG encontram no currículo o seu ponto de partida. O currículo é um elemento-chave para a garantia do direito de aprendizagem, na medida em que expressa os objetivos da educação. A matriz de referência utilizada nas avaliações descreve as habilidades básicas, consideradas essenciais para o desenvolvimento cognitivo dos estudantes ao longo das etapas de escolaridade. Essas habilidades são selecionadas a partir do currículo de cada componente curricular em cada etapa de ensino e organizadas para dar origem aos itens que compõem os testes. A matriz de referência

³⁷ O manual pode ser visualizado a partir do endereço: <https://drive.google.com/file/d/1JKZrEvebN35CgX4ZdlbdkoQqoinrBL-D/view?usp=sharing>

não deve ser confundida com o currículo, mas ser elaborada tomando-o como referência. A Avaliação Diagnóstica 2020 foi desenvolvida a partir das habilidades trabalhadas nos Planos de Estudo Tutorado - PETs.

Esta avaliação poderia ser realizada através do aplicativo Conexão Escola ou do site Se Liga na Educação. Caso o aluno não tivesse acesso à internet, receberia em casa a prova impressa. Após a resolução da avaliação, deveria devolver o gabarito para que os resultados fossem lançados no Portal Simave. Segundo o relatório, os alunos que no ano seguinte compuseram o 9º ano regular da turma 7 do Ensino Fundamental Anos Finais alcançaram uma participação de 41,38% e 55% de acertos. Em contrapartida, o resultado geral da avaliação diagnóstica de todo o estado de Minas Gerais, no componente curricular de História, registrou uma participação de 62% e um índice de acertos de 40%.

Quadro 16 – Avaliação diagnóstica 2020 - 8º regular 3 (Em 2021 torna-se 9º regular 7)

Quantidade total de alunos da turma	Participação	Acertos	Quant. de questões	Habilidades do CRMG verificadas nas questões *Detalhamento das Habilidades no anexo
29	41,38%	55%	5	EF08HI06 EF08HI07

Fonte: Criado pelo autor a partir de dados do Portal Simave

Conforme dados do Portal Simave, os alunos da Escola Estadual São José apresentaram uma taxa de participação inferior à média das Escolas Estaduais de Minas Gerais, porém alcançaram uma porcentagem de acertos superior. A análise dos dados revela que a baixa participação ocorreu devido aos desafios impostos pela pandemia, proporcionando uma amostragem do número real de alunos que acompanhavam as tutorias do REANP, a taxa de acertos é relativamente baixa; no entanto, devido à adesão reduzida e à limitada quantidade de questões e habilidades avaliadas, essa taxa não se revela tão significativa. Esta avaliação foi o principal evento do REANP em 2020, destacando-se o empenho da Secretaria Estadual de

Ensino, das Superintendências Regionais de Ensino e das Unidades Escolares da Rede Estadual em todo o estado para que os alunos fizessem a avaliação.

A Avaliação Diagnóstica de 2021 foi aplicada entre os dias 15 e 26 de março, seguindo os mesmos moldes da versão anterior. A principal inovação foi a ampliação do número de questões e habilidades avaliadas. Para o 9º ano do Ensino Fundamental – Anos Finais, a avaliação incluiu 26 questões de Língua Portuguesa, 26 de Matemática, 10 de Geografia, 10 de História e 10 de Ciências, totalizando 82 questões.

Outra mudança se relaciona ao acesso às informações, pois, os relatórios dos resultados ainda podem ser acessados por profissionais da educação cadastrados, pelo diretor da Unidade Escolar, no Portal Simave. Porém, não existe acesso no portal para a avaliação e foi muito difícil de se encontrar esta avaliação em sites da internet.

De acordo com o relatório do Portal Simave, os estudantes do 9º ano regular da turma 7 do Ensino Fundamental – Anos Finais, atingiram uma taxa de participação de 43,75% e uma taxa de acertos de 68,858%. A avaliação diagnóstica geral para o componente curricular de História em todo o estado de Minas Gerais registrou uma participação de 65% e um percentual de acertos de 69%. Os dados apresentados indicam uma melhoria na participação e acertos em comparação ao ano anterior (2020) e à média estadual. A elevação na taxa de adesão é um indicativo relevante; mais estudantes retomaram a participação nas tutorias do REANP no início de 2021. No entanto, essa participação ainda é considerada insuficiente para que a média de acertos seja um indicador preciso da aprendizagem dos alunos³⁸.

³⁸ Segundo o relatório do Simave, trata-se de uma avaliação censitária, para que os dados possam ser generalizados, é importante que o percentual de participação seja superior a 80%.

Quadro 17 – Dados da Avaliação Diagnóstica 2021 - 9º Regular 7

Quantidade total de alunos da sala	Participação	Acertos	Quant. de questões	Habilidades do CRMG avaliada nas questões *Detalhamento das Habilidades no anexo
32	43,75%	62,858%	10	EF08HI04X EF08HI03X EF08HI25 EF08HI02X EF08HI15X EF08HI12 EF08HI02X

Fonte: Criado pelo autor a partir de dados do Portal Simave

Os dados apresentados indicam uma melhoria na participação e acertos em comparação ao ano anterior e à média estadual. A elevação na taxa de adesão é um indicativo relevante: mais estudantes retomaram a participação nas tutorias do REANP no início de 2021. No entanto, essa participação ainda é considerada insuficiente para que a média de acertos seja um indicador preciso da aprendizagem dos alunos³⁹.

A Avaliação Diagnóstica de 2022 para o 1º ano do Ensino Médio manteve as características documentais e de aplicação da avaliação do ano anterior, porém abrangendo os componentes curriculares específicos do Ensino Médio: Língua Portuguesa, Matemática, Geografia, História, Filosofia, Sociologia, Educação Física, Artes, Biologia, Física e Química. Ao todo, a avaliação contou com 113 questões, das quais 9 eram de História.

A pesquisa analisou o desempenho dos alunos do 1º ano do Ensino Médio que, em 2021, pertenciam ao 9º ano do Ensino Fundamental – Turma 7 e que continuavam os estudos na Escola Estadual São José. A análise desses resultados é pertinente, pois a avaliação foi realizada no início de 2022, logo após o término do REANP, permitindo compreender como os alunos reagiram após a conclusão do ciclo de aprendizagem de 2020/2021. Na Avaliação Diagnóstica de História, 85,715% das

³⁹ Segundo o próprio relatório do Simade trata-se de uma avaliação censitária, para que os dados possam ser generalizados, é importante que o percentual de participação seja superior a 80%.

habilidades analisadas estavam alinhadas com as aptidões previstas pelo Currículo Referencial de Minas Gerais (CRMG) para o 9º ano.

De acordo com o relatório do Portal Simave, os estudantes do 1º ano do Ensino Médio apresentaram uma taxa de participação de 41,16% e uma taxa de acertos de 30,93%. Em contraste, a avaliação diagnóstica geral para o componente curricular de História em todo o estado de Minas Gerais, registrou uma participação de 66% e um percentual de acertos de 51%. Observa-se em 2022 uma significativa alteração nos resultados, com uma redução tanto na taxa de participação quanto na taxa de acertos, em comparação com as avaliações anteriores dos mesmos alunos e com os resultados gerais do estado de Minas Gerais.

Quadro 18 – Dados da Avaliação Diagnóstica 2022 - 1º ano do Ensino Médio (alunos que no ano anterior pertenciam ao 9º Regular 7).

Quantidade total de alunos da sala	Participação	Acertos	Quant. de questões	Habilidades do CRMG verificadas nas questões *Detalhamento das Habilidades no anexo
31	41,16%	30,93%	9	EF08HI18X (8º ano) EF09HI02 (9º ano) EF09HI09X (9º ano) EF09HI10 (9º ano) EF09HI13X (9º ano) EF09HI14 (9º ano) EF09HI32 (9º ano)

Fonte: Criado pelo autor a partir de dados do Portal Simave

Porém, deve ressaltar-se que a Rede estadual de Minas Gerais tinha a opção de aplicar a avaliação diagnóstica tanto na forma digital, na qual o aluno poderia fazer pelo celular a partir do aplicativo “Conexão Escola” ou pelo no computador pelo site “Se Liga na Educação”, na versão digital o que facilitaria a troca de respostas entre alunos ou até a busca por respostas na internet. No entanto, a Escola Estadual São José optou pela aplicação integral da avaliação no formato impresso com o intuito de

alcançar maior fidedignidade dos resultados e para preparar os alunos para vestibulares, concursos públicos e para o Exame Nacional do Ensino Médio.

Ao analisar a frequência de participação na Avaliação Diagnóstica do agrupamento de alunos (estudantes que em 2021 pertenceram ao 9º ano do EF anos finais turma 7), ao longo dos anos de 2020, 2021 e 2022, juntamente com os dados referentes à entrega de atividades dos Planos de Estudos Tutorados de História em 2021 (Tabela 17 páginas 121 da seção 4) observa-se um afastamento substancial dos alunos das tutorias de História. Esse fenômeno deixou marcas indeléveis e evidentes da baixa frequência de realização da Avaliação Diagnóstica aplicada em 2022, período caracterizado pelo retorno presencial.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pandemia de COVID-19 impôs a necessidade de reavaliar a maneira como interagimos com os outros, desde indivíduos mais próximos, como entes queridos, até aqueles com quem temos contatos fugazes. Ademais, a pandemia nos forçou a reconsiderar várias práticas da humanidade, seja nossa relação com a fauna e a flora do planeta; seja no campo da educação, essa reavaliação tornou-se imprescindível. Neste estudo, revisitamos conceitos fundamentais para compreender alguns aspectos da educação contemporânea no contexto da pandemia de COVID-19 no Brasil, incluindo: Ensino, Aprendizagem de História, Regime de Atividades Não Presenciais e tecnologias digitais, Ensino Fundamental Anos Finais. Com o intuito de proporcionar maior clareza, focamos em um recorte específico no tempo e no espaço: os alunos do 9º ano, Turma 7, do Ensino Fundamental da Escola Estadual São José de 2021, porém para um levantamento mais robusto e fidedigno de dados anteriores (2020) e posteriores ao cerne da análise.

Esta busca guiou a pesquisa por um objetivo principal. Avaliar os efeitos da implementação do Regime Especial de Atividades Não Presenciais no ensino de História, no 9º ano Regular Turma 7 do Ensino Fundamental Anos Finais na Escola Estadual São José em Passos/MG implementado no período pandêmico nos anos 2020 e 2021.

Para alcançar o objetivo foram trilhados parâmetros específicos: contextualizar a Escola Estadual São José em Passos, Minas Gerais no espaço geográfico, social, econômico e cultural em que se situa; caracterizar a política educacional emergencial desenvolvida pelo governo do Estado de Minas no período da pandemia por meio da implantação do REANP; compreender o ensino e aprendizagem de História no 9º ano do EF, através da comparação entre coleção didática “Piatã” utilizada antes da pandemia de COVID 19 com os PETs, material didático utilizado no Regime Especial de Atividades Não Presenciais; analisar e comparar os resultados de avaliações de aprendizagem diagnósticas, realizadas pela SEE/MG nos anos 2020, 2021 e 2022 por alunos que pertenciam ao 9º ano Regular Turma 7 do Ensino Fundamental Anos Finais em 2021 .

Portanto, tornou-se imprescindível realizar um estudo de caso, visando compreender as questões propostas tanto no microcosmo — o ensino de História no 9º Ano Regular, Turma 7, do Ensino Fundamental Séries Finais da Escola Estadual São José — quanto no macrocosmo — a educação da rede estadual mineira durante o mesmo período.

Para atingir essa compreensão, foi necessário realizar um estudo bibliográfico sobre o tema, além de analisar os documentos legais que regulamentaram a educação durante o período em questão. Buscou-se também obter suporte informacional a partir do Projeto Pedagógico da Escola, com o objetivo de entender a Unidade Escolar estudada em seu contexto. Utilizando dados fornecidos pela Prefeitura Municipal de Passos e pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, foi possível compreender a situação da comunidade escolar em relação à população do município de Passos. Observou-se que os alunos da Escola Estadual São José são predominantemente afrodescendente, do sexo masculino e de baixo índice socioeconômico. Esta realidade implica que muitos desses alunos necessitam trabalhar para apoiar suas famílias, o que dificulta a continuidade dos estudos e contribui para o elevado índice de evasão escolar (que foi omitido no período); fato que também contribuiu para uma maior dificuldade para os estudantes da E. E. São José acompanhar as tutorias oferecidas pelo REANP.

O Regime de Atividades Não Presenciais foi implementado como um mecanismo para organizar as ações escolares, visando mitigar os prejuízos resultantes da impossibilidade de aulas presenciais e garantir a continuidade da aprendizagem, bem como o cumprimento das propostas pedagógicas. Seu funcionamento baseava-se nos Planos de Estudo Tutorado, que eram estudados pelos alunos sob a tutoria dos professores. No entanto, essa tutoria era viável apenas para os alunos que tinham acesso à internet, o que, na turma analisada, correspondia a 65,6% dos estudantes.

Para os alunos com acesso à internet, as tutorias eram realizadas diretamente com o professor, de forma síncrona, por meio do aplicativo WhatsApp, ou de forma assíncrona através do Google Sala de Aula. Além disso, eram disponibilizadas vídeo aulas no programa "Se Liga na Educação", transmitidas pela Rede Minas e, posteriormente, pelo YouTube. Por outro lado, os alunos sem acesso à internet, que

correspondiam a aproximadamente 34,4% da turma, dependiam dos Planos de Estudo Tutorados impressos, que eram entregues em suas residências. Caso esses alunos mudassem de endereço sem informar à escola, enfrentavam grandes dificuldades para receber o material didático.

Ao analisarmos os Planos de Estudos Tutorados (PETs), identificamos denúncias e diversas questões problemáticas, incluindo erros de escrita, falhas teóricas, plágios, simplificações excessivas, ausência de suporte para a resolução dos exercícios e a carência de atividades práticas. Um equívoco do PET de História do 9º ano destacou-se, apesar de ser um material com alto grau de simplificação e um número reduzido de páginas. Ademais, observou-se a ausência de elementos visuais atrativos, como gráficos, tabelas e imagens. Esses fatores evidenciam um retrocesso didático em comparação com o livro didático de História Piatã, analisado na seção 4.

A análise das avaliações diagnósticas de 2020, 2021 e 2022 foi essencial para obter uma compreensão mais precisa da evasão escolar e da eficácia do Regime de Atividades Não Presenciais (REANP) ao longo de 2021. Considerando as dificuldades para o reconhecimento oficial da evasão, as Avaliações Diagnósticas ofereceram informações valiosas. A baixa participação nas avaliações na Unidade de Ensino em questão sugere uma evasão considerável, com muitos estudantes não retornando à escola de forma imediata, mesmo após o término do REANP no ano subsequente. As taxas de participação dos alunos nas três avaliações diagnósticas (2020: 41,38%; 2021: 43,75%; e 2022: 41,16%) demonstram consistência nos dados, sem variações abruptas, divergindo das observadas na média estadual. Esses dados corroboram a falta de efetividade e atratividade do REANP para os alunos.

Esperava-se que o Regime Especial de Atividades Não Presenciais e os Planos de Estudos Tutorados, colaborassem de forma efetiva para que os alunos avançassem em sua formação gradual, como indivíduos capacitados, dotados de pensamento crítico, tolerantes com as diferenças, capazes de tomar decisões autônomas, capazes de reivindicar seus direitos e lutar por um futuro mais promissor, além de se reconhecerem como agentes ativos tanto de sua própria história quanto da história coletiva. Uma aprendizagem de História capaz de plantar noções de igualdade, justiça, diversidade, politicamente conscientes e engajados no debate público. No entanto, tanto o Regime Especial de Atividades Não Presenciais quanto

os Planos de Estudos Tutorados não conseguiram fornecer condições mínimas para que professores e alunos alcançassem esse objetivo.

Ao término deste estudo, é possível constatar que a pandemia de COVID-19 acarretou em uma queda no aprendizado de História, os quais o REANP não conseguiu mitigar de maneira eficaz. No entanto, o período de crise aproximou professores e alunos do uso cotidiano de tecnologias digitais. Se essas tecnologias forem adequadamente incentivadas e acompanhadas com o suporte técnico necessário para docentes e estudantes, podem propiciar avanços significativos, promovendo uma integração mais positiva entre ensino e aprendizagem. É importante lembrar que vivemos um tempo de instabilidade e incertezas, com a possibilidade de novas pandemias e eventos climáticos adversos como testemunhados em várias partes do planeta.

Apresentamos, portanto, no Apêndice, um produto educacional voltado para a atualização de docentes da Educação Básica, com ênfase em algumas ferramentas do pacote de aplicativos *Google for Education*. Esse pacote se destacou pelo uso frequente por estudantes e educadores durante a pandemia. É imperativo valorizar esta aproximação, ao mesmo tempo em que buscamos corrigir suas deficiências, o que é crucial para o futuro da educação. As ferramentas selecionadas para esta atualização possuem o potencial de estender as atividades escolares para além dos limites físicos da escola.

7 REFERÊNCIAS

ANDRADE, A. R.; COSTA, F. S.; LIMA, N. C.; ROMÃO, G V S. **desafios e perspectivas: o ensino de história no contexto pandêmico**. In: TEODORO, J. V.; PINTO, I. M. (Org). **Ações educativas em tempos de pandemia**. Campo Grande: Editora Inovar, 2021. Disponível em:< [LIVRO 20-20A C3 87 C3 95ES 20EDUCATIVAS 20EM 20TEMPOS 20DE 20PANDEMIA-libre.pdf \(d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net\)](#)> Acesso em: 21 mai. 2024.

ANDRÉ, Marli. O que é um estudo de caso qualitativo em educação? **Revista da FAEBA – Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 22, n. 40, p. 95-103, jul./dez. 2013. Disponível em:< [v22n40a09.pdf \(fcc.org.br\)](#)>. Acesso em: 21 mai. 2024.

ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA 2023. São Paulo: **Fórum Brasileiro de Segurança Pública**, ano 16, 2022. ISSN 1983-7364. Disponível em: <<https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/06/anuario-2022.pdf?v=5>>. Acesso em: 21 mai. 2024.

ARAÚJO, José C. Souza; Ensino Fundamental no Brasil: entre Expectativas e Experiências de 1988 a 2017. In: VEIGA, Ilma Passos Alencastro; Edileuza Fernandes da Silva (orgs.). **Ensino Fundamental: da LDB à BNCC**. Campinas, SP: Papirus Editora, 2018.

BARROS, Alexandre. Internet chega a 88,1% dos estudantes, mas 4,1 milhões da rede pública não tinham acesso em 2019. Agência IBGE Notícias, 14 abril. 2021.

BARROSO, João. O Estado, A Educação E A Regulação Das Políticas Públicas. **Revista Educação & Sociedade**, Campinas, v. 26, n. 92, p. 725-751, Especial - Out. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v26n92/v26n92a02.pdf>>. Acesso em: 21 mai. 2024.

BITTENCOURT, Circe M. Fernandes. Ensino de História: Fundamentos e Métodos. São Paulo: Cortez, 2004.

BOUDOUX, Adriana Silva Teles; SILVA Célia Santana. Da sala de aula à sala de casa, um outro tempo, ou a ponta de um mistério: o estado da arte sobre o ensino-aprendizagem de História na pandemia. **Revista POLITEIA: História e Sociedade**, Vitória da Conquista, v. 21, n. 1, p. 55-66, jan.-jun. 2022. Disponível em: < [Da sala de aula à sala de casa, um outro tempo,... - Google Acadêmico](#)>. Acesso em: 21 mai. 2024.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em 21/05/2024.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 23 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm> Acesso em 21 mai. 2024.

BRASIL. **Lei Federal nº. 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.** Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/l13979.htm>. Acesso 10 jul. 2024.

BRASIL. **Lei Nº 5692, de 11 de agosto de 1971.** Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1971. Disponível em: <<https://legis.senado.leg.br/norma/547565/publicacao/15714278>>. Acesso em 21 mai. 2024.

BRASIL. Lei nº. 9.394, de 20 dezembro 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Disponível em: <<https://www.congressonacional.leg.br/materias/medidas-provisorias/-/mpv/141349>> Acesso 10 jul. 2024.

BRASIL MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Avaliação começa nesta segunda nas escolas de todo o país.** Página inicial em: <<http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/prova-brasil#:~:text=Desde%202005%2C%20quando%20foi%20criada,munic%C3%ADpio%2C%20por%20estado%20e%20nacional>> Acesso em: 21 mai. 2024.

BRITO, A. F.; BRITO, C. A. M. Ensino remoto de História por meio do WhatsApp. **Revista Docência e Cibercultura.** v. 6, n. 1, set. 2022. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/re-doc/article/download/64480/42711>>. Acesso em: 21 mai. 2024.

CARDOSO, Bruno Santos. O argumento da fé pública e a (i)legalidade da presunção de legitimidade dos atos praticados pelo agente de trânsito em face da inexistência do contraditório. Monografia (Graduação em Direito) - Faculdade Baiana de Direito. Salvador, 80 páginas. 2019.

CARVALHO, Luiz Fernando; MOREIRA, Mariana Nunes. A análise linguística em foco nos Planos de Estudos Tutorados de Minas Gerais: uma abordagem à luz da Base Nacional Comum Curricular e um desafio para a formação de professores. Trem de Letras, v. 9, n. 2, p. 01-39, 2022.

CAUM, Catarine; GALIETA, Tatiana. O “Conteúdo Básico Comum”: uma análise linguística da Proposta Curricular de Minas Gerais. **Revista Brasileira de Ensino de Ciência e Tecnologia**, Curitiba, v. 5, n.3, p 11-35. Disponível em: <<https://periodicos.utfpr.edu.br/rbect/article/view/1384>>. Acesso em: 21 mai. 2024.

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2012, p. 295-2012.

ENTENDA O CORTE DE VERBA DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS E SAIBA COMO SÃO OS ORÇAMENTOS DAS 10 MAIORES. **G1**, 15/05/2019. Educação. Disponível em: <<https://g1.globo.com/educacao/noticia/2019/05/15/entenda-o-corte-de-verba-das-universidades-federais-e-saiba-como-sao-os-orcamentos-das-10-maiores.ghtml>>. Acesso em: 21. mai. 2024.

COUTO, Ronaldo costa. **História indiscreta da ditadura e da abertura**. Brasil: 1964-1985. 3. ed. Rio de Janeiro: Record. 1999.

CURY, Augusto Jorge. **Você é insubstituível**. Rio de Janeiro: Sextante, 2002.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Os trinta e cinco anos da educação na Constituição de 1988. **Revista Proposições**, Campinas, v.34, p. 1 - 23, 4 Dez. 2023. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/pp/a/rh6fhCndfq3Y8RjTGKzj9Jk/?format=pdf&lang=pt>> Acesso em: 21 mai. 2024.

DOMINGUES, Petrônio. Ações afirmativas para negros no Brasil: o início de uma reparação histórica. **Espaço Aberto**, nº 29, maio-ago, pg. 164-176, 2005. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/g9K3wSLyhKn88LXn3GgJDvc/abstract/?lang=pt#>> Acesso em 21 mai. 2024.

EVARISTO, Cardeal Arns D. Paulo. **Brasil Nunca Mais**. 6. ed. Petrópolis: Vozes. 1985.

FERREIRA JR., Amarílio. **História da Educação Brasileira: da Colônia ao século XX**. São Carlos: EdUFSCar, 2010.

FREITAS, Luiz Carlos de. Qualidade Negociada: Avaliação e Contraregulação Na Escola Pública. **Revista Educação & Sociedade**, Campinas, vol. 26, n. 92, p. 725-751, Especial - Out. 2005 Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/es/a/dRvdK8ZQCFhC5D7Fwj6hGDK/>>. Acesso em: 21. mai. 2024.

FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO. **Censo Escolar 2022: aumento das matrículas em tempo integral**. Disponível em: <<https://www.frm.org.br/conteudo/educacao-basica/artigo/censo-escolar-2022-aumento-das-matriculas-em-tempo-integral>>. Acesso em 21 mai. 2024.

GARCIA, Mariana. Com cerca de 15 milhões, mundo teve 3 vezes mais mortes na pandemia do que apontam os dados oficiais até 2021, diz OMS. **G1**, 5 ago, 2021.

GEERTZ, Clifford. Uma Descrição Densa: Por uma Teoria Interpretativa da Cultura. In: _____. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978. Cap. 1, p. 13-41.

GONÇALVES, Rita de Cássia; SOBANSKI, Adriane de Quadros Sobanski. Educação histórica, pandemia e ensino de História: validação do conhecimento histórico em tempos de internet/revisionismo. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 17, n. esp. 2, p. 1037-1048, jun. 2022. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/download/16981/13954>>. Acesso em: 21 mai. 2024

GRILO, Antônio. **Câmara de Passos: 150 Anos**. Passos: Edição Oficial, 1.998.

GUIMARÃES, Selva. **Didática e prática de ensino de História: Experiências, reflexões e aprendizados**. 13ª ed. Campinas: Papirus, 2012.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sistema de Avaliação da Educação Básica Avaliação Nacional da Alfabetização** edição 2016. Brasília: PORTAL INEP, 2017. 25 páginas. Disponível em:<<http://portal.mec.gov.br/docman/outubro-2017-pdf/75181-resultados-ana-2016-pdf/file>> Acesso em: 21. mai. 2024.

KARNAL, Leandro (org.). **História na Sala de Aula: Conceitos, Práticas e Propostas**. São Paulo: Editora Contexto, 2003

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Unicamp, 1996.

MAINARDES, Jefferson; Abordagem do Ciclo de políticas públicas: Uma Contribuição para a Análise de políticas Educacionais. **Revista Educação & Sociedade**, Campinas, vol. 27, n. 94, p. 47-69, jan./abr. 2006

MARTINS, Leda. Performances do tempo espiralar. In: RAVETTI, Graciela; ARBAX, Márcia (Orgs.). **Performance, exílio, fronteiras: errâncias territoriais e textuais**. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2002.

MEC VAI DEIXAR DE AVALIAR A ALFABETIZAÇÃO DAS CRIANÇAS. **Isto É**. Belo Horizonte, 25.mar. 2019.

MENEZES, Bruno. Em Minas Gerais, 700 mil alunos devem ficar sem acessar aulas remotas. **O Tempo**, Contagem, 20, abril de 2020. Disponível em: <

<https://www.otempo.com.br/cidades/em-minas-gerais-700-mil-alunos-devem-ficar-sem-acessar-aulas-remotas-1.2326670> > Acesso em: 10 de julho. 2024.

MINAS GERAIS. SEE. **Currículo Referência de Minas Gerais**. Minas Gerais, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/implementacao/curriculos_estados/documento_curricular_mg.pdf > Acesso em: 21 de mai. 2024.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais – SEE/MG. Simave **Revista do Gestor Escolar**. Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação, CAEd. v. 2 (jan/dez. 2019), Juiz de Fora, 2019 – Anual.

MINAS GERAIS. Superintendência Regional de Ensino de Itajubá. **Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Pública – SIMAVE (PROEB E PROALFA)**. Página inicial em: <<https://sreitajuba.educacao.mg.gov.br/index.php/home/institucional/diretoria-educacional/8-institucional/82-sistema-mineiro-de-avaliacao-da-educacao-publica-simave-proeb-e-proalfa>> Acesso em: 21 mai. 2024.

MINAS GERAIS. **Decreto nº 48.109, de 30/12/2020 - Texto Atualizado - Assembleia Legislativa de Minas Gerais (almg.gov.br)**. Dispõe sobre a convocação de profissionais para o exercício das funções de magistério nas unidades de ensino de Educação Básica e superior dos órgãos, autarquias e fundações do Poder Executivo. Disponível em <<https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/DEC/48109/2020/>>. Acesso em 10 jul 2024.

MINAS GERAIS. **Decreto nº.47.886, de 15 de março de 2020**. Dispõe sobre medidas de prevenção ao contágio e de enfrentamento e contingenciamento, no âmbito do Poder Executivo, da epidemia de doença infecciosa viral respiratória causada pelo agente Coronavírus (COVID-19), institui o Comitê Gestor do Plano de Prevenção e Contingenciamento em Saúde do COVID-19 - Comitê Extraordinário COVID-19 e dá outras providências. Disponível em < [Decreto nº 47.886, de 15/03/2020 \(Revogada\) - Assembleia Legislativa de Minas Gerais \(almg.gov.br\)](#) > Acesso em 10 jul 2024.

MINAS GERAIS. **Memorando-Circular nº 1/2020/SEE/DAVE** de 25 de setembro de 2020. Orienta sobre a aplicação da Avaliação Diagnóstica da rede estadual mineira de 2020. Orienta sobre a aplicação da Avaliação Diagnóstica da rede estadual mineira de 2020. Disponível em <<https://m1p1.homologacao.prodemge.gov.br/images/documentos/Memorando-Circular%20n%C2%BA%2012020SEEDAVE,%2025%20de%20setembro%20de%202020.pdf>> Acesso em 10 jul 2024.

MINAS GERAIS. **Memorando-Circular nº 14/2020/SEE/SPP** de 06 de novembro de 2020. Disponível em <<https://m1p1.homologacao.prodemge.gov.br/acessibilidade/page/17169-novembro-de-2020-boletim-de-legislacoes-e-normas-n-07>>. Acesso 10 jul 2024.

MINAS GERAIS. **Memorando SEE/SB nº 542/2021** de 30 de novembro de 2021. Orientação para o encerramento do ano letivo de 2021. Disponível em < <https://doceru.com/doc/vvx08n0> >. Acesso 10 jul 2024.

MINAS GERAIS. **Resolução 2.197/12** de 26 de outubro de 2012. Dispõe sobre a organização e o funcionamento do ensino nas Escolas Estaduais de Educação Básica de Minas Gerais e dá outras providências. Disponível em < <https://srenovaera.educacao.mg.gov.br/46-divae/275-resolucao-n-2197-de-26-de-outubro-de-2012> >. Acesso 10 jul 2024.

MINAS GERAIS. **Resolução SEE nº 4.310 de 22 de abril de 2020**. Dispõe sobre as normas para a oferta de Regime Especial de Atividades Não Presenciais, e institui o Regime Especial de Teletrabalho nas Escolas Estaduais da Rede Pública de Educação Básica e de Educação Profissional, em decorrência da pandemia Coronavírus (COVID-19), para cumprimento da carga horária mínima exigida. Disponível em < [Resolução SEE nº 4310, de 22 de abril de 2020 – Lappei \(ufmg.br\)](https://ufmg.br/legislacao/documentos-gerais/Resolucao-SEE-n-4310-de-22-de-abril-de-2020) >. Acesso 10 jul 2024.

MINAS GERAIS. **Resolução SEE nº 4.422, de 30 de setembro de 2020**. Altera a Resolução SEE nº 4.254, de 18 de dezembro de 2019, e estabelece para a Rede Pública Estadual de Educação Básica os procedimentos de ensino, diretrizes administrativas e pedagógicas do Calendário Escolar do ano de 2020. Disponível em < https://drive.google.com/file/d/1Gw0MMtZLd0czapgPck_s3slM0aPkQw95/view?usp=sharing > Acesso 10 jul 2024.

MINAS GERAIS. **Resolução SEE nº 4.468/2020 de 22 de dezembro de 2020**. Estabelece Regime de Progressão Continuada excepcionalmente para o ciclo 2020-2021, para todos os níveis e modalidades de ensino, nas escolas da rede pública estadual de ensino de Minas Gerais. disponível em < <https://drive.google.com/file/d/1UWV29maZUo5LZcNRXOgZGV1OAShDunjn/view> > Acesso 10 jul 2024.

MINAS GERAIS. **Resolução SEE nº 4.692 de 29 de dezembro de 2021**. Dispõe sobre a organização e o funcionamento do ensino nas Escolas Estaduais de Educação Básica de Minas Gerais e dá outras providências. < <https://sindespemg.com.br/legislacao/documentos-gerais/> > Acesso 10 jul 2024.

MINAS GERAIS. **Resolução SEE nº. 4506, de 25 de fevereiro de 2021**. Institui o ensino híbrido como modelo educacional para o ciclo dos anos letivos de 2020 -2021 e revoga dispositivos da Resolução SEE nº 4.310, de 17 de abril de 2020 e da Resolução SEE nº 4.329, de 15 de maio de 2020. Disponível em < <https://drive.google.com/file/d/1oMKnM6A-9oIFiWbQRa8oQ0BKc6yOkNDY/view?usp=sharing> > <https://drive.google.com/file/d/1oMKnM6A-9oIFiWbQRa8oQ0BKc6yOkNDY/view>. Acesso 10 jul 2024.

MINAS GERAIS. **Resolução SEE nº. 4.644, de 25 de outubro de 2021**. Dispõe sobre o funcionamento do Ensino Presencial na Rede Estadual de Ensino, revoga a Resolução SEE nº 4506/2021, de 22 de fevereiro de 2021 e revoga a Resolução SEE

nº 4310/2020, de 17 de abril de 2020, e dá outras providências. Disponível em <<https://unifeg.edu.br/coronavirus/docs/RESOLUCAO-SEE-N-4644-DE-25-DE-OUTUBRO-DE-2021-RETORNO-OBRIGATORIA-AULAS-PRESENCIAIS.pdf>>. Acesso 10 jul 2024.

MINISTERIO DA SAÚDE. Sistema Universidade Aberta do SUS. **Coronavírus:** Brasil confirma primeiro caso da doença. 2020. Disponível em: <<https://www.unasus.gov.br/noticia/coronavirus-brasil-confirma-primeiro-caso-da-doenca#:~:text=O%20Minist%C3%A9rio%20da%20Sa%C3%BAde%20confirmou,para%20It%C3%A1lia%2C%20regi%C3%A3o%20da%20Lombardia.>> Acesso em: 10 jul. 2024.

MONTEIRO, Ana Maria Ferreira da Costa. **Professores de História: Entre saberes e práticas**. Rio de Janeiro, Editora Mauad, 2007.

NICOLAU, Giselle Pereira; ZAMPA, Vivian Cristina; WANDERLEY, Sonia Maria. Aprendizagem escolar de História em tempos de pandemia no Cap-UERJ: um olhar didático-histórico sobre o tempo presente. **Revista TransVersos**, Rio de Janeiro, n. 23, p. 209-229, 2021. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/transversos/article/view/62746>>. Acesso em: 21 mai. 2024

NICOLINI, Cristiano; MEDEIROS, Kênia Érica Gusmão. Aprendizagem Histórica em Tempos de Pandemia. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol 34, nº 73, p.281-298, maio de 2021. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/eh/a/y8vR5W3t6YRvnRk4fWdM54y/?lang=pt>>. Acesso em: 21 mai. 2024.

Organização Mundial da Saúde. **Coronavirus disease** (COVID-19) Atualizações epidemiológicas e atualizações operacionais mensais nº 1 e 38. Genebra:OMS, 2020.

OLIVEIRA, M. dos S. de; SANTELLI, I. H. da S. O direito à educação na ordem constitucional brasileira: texto e contexto. **Jornal de Políticas educacionais**, Curitiba, V. 14, n. 53, p 1-20, 16 de dezembro de 2020. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S1981-19692020000100118&script=sci_arttext>. Acesso em: 21 mai. 2024.

PAES, Sylvia Marcia. A Festa de Santo Amaro e a Cavallhada: Bens Intangíveis nos Campos dos Goytacazes/rj. **Revista de Trabalhos Acadêmicos-Universo Campos dos Goytacazes**, Campos dos Goytacazes, v. 2, n. 6, 2016. Disponível em: <<http://www.revista.universo.edu.br/index.php?journal=1CAMPOSDOSGOYTACAZES2&page=article&op=viewFile&path%5B%5D=2867&path%5B%5D=1869>> A principal causa da evasão escolar >. Acesso em: 27 set. 2024.

PAREJO, Luiz Carlos. Nova **Ordem Mundial - O fim da geopolítica bipolar**. Uol, [s.d.]. Disponível em <<https://educacao.uol.com.br/disciplinas/geografia/nova-ordem-mundial-o-fim-da-geopolitica-bipolar.htm>> Acesso em: 10 jul. 2024.

PAULA, Laís Santos de; COELHO, Vanessa Canuto. Ensino de História em tempos de crise: a pandemia e o convite à essencialização da História na aprendizagem escolar. **Revista Educação Pública**, v. 21, nº 38, 19 de outubro de 2021. Disponível em:<<https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/21/38/ensino-de-historia-em-tempos-de-cri-se-a-pandemia-e-o-convite-a-essencializacao-da-historia-na-aprendizagem-escolar>>. Acesso em: 21. mai. 2024.

PATRIMÔNIOS TOMBADOS. **Passos**, [s.d.]. Disponível em: <<https://www.passos.mg.gov.br/patrimonios-tombados>>. Acesso em: 21 mai. 2024

PIMENTA, Guilherme. Minas tem primeiro caso confirmado de Coronavírus, diz Ministério da Saúde. **G1 Minas**, Belo Horizonte, 3 mar. 2020.

PIMENTEL, Thais e MELLO Ricardo. **G1 Minas**, Belo Horizonte, 08, junho de 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2020/06/08/professores-apontam-problemas-ortograficos-plagios-e-conteudos-errados-no-material-didatico-oferecido-pelo-governo-de-mg.ghtml>> Acesso em: 10 de julho. 2024.

Piso dos professores: Zema comemora posição "favorável" do MP ao governo. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, 11/05/2022. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2022/05/11/interna_gerais,1365822/piso-dos-professores-zema-comemora-posicao-favoravel-do-mp-ao-governo.shtml> acesso em 21 mai. 2024.

PREFEITURA DE PASSOS CONFIRMA 1º CASO DE COVID-19 NO MUNICÍPIO. **G1**, 12/04/2020. Educação. Disponível em:<<https://g1.globo.com/mg/sul-de-minas/noticia/2020/04/12/prefeitura-de-passos-confirma-1o-caso-de-covid-19-no-municipio.ghtml>>. Acesso em: 21. mai. 2024.

PREVITALI, Fabiane Santana; FAGIANI, Cílson César. Trabalho e Educação sob o Corona Vírus no Brasil. In: Lucena, Carlos; Previtali, Fabiane; Brettas, Anderson (Orgs.). **Pandemia Covid-19: A Distopia do Século XXI**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020. Disponível em <https://www.researchgate.net/publication/344858330_Trabalho_e_educacao_sob_o_corona_virus_no_Brasil> Acesso em: 21 jul. 2024.

RIBEIRO, Álvaro Nonato Franco; SIQUELLI, Sônia Aparecida. Ensino de História e Propostas curriculares Oficiais: Análise por Meio de Protocolos. **História e Perspectivas**, Uberlândia, p. 99-121, jan/jun. 2015. Disponível em: <<https://seer.ufu.br/index.php/historiaperspectivas/article/download/32768/17712/132889>> Acesso em: 21 mai. 2024.

RIBEIRO, Vanise Maria; ANASTASIA, Carla Maria Junho. **Piatã História 9º ano Ensino Fundamental Séries Finais Manual do Professor**. Curitiba: Editora Positivo, 2015.

ROSAS, Rafael; CARNEIRO Lucianne. Dos 3,6 milhões de estudantes sem acesso à internet em 2021, 94,7% eram de escolas públicas, diz IBGE. **Valor Econômico**, São Paulo. 16, set de 2022. Disponível em: <<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2022/09/16/dos-36-milhes-de-estudantes-sem-acesso-internet-em-2021-947-pontos-percentuais-eram-de-escolas-pblicas-diz-ibge.ghtml>> Acesso em: 21 mai. 2024.

RÜSEN, Jörn. **Jörn Rüsen e o Ensino de História**. Curitiba: Editora UFPR, 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A Cruel Pedagogia do Vírus**. Coimbra: Edições Almedina, 2020. 32p. Disponível em: <https://www.abennacional.org.br/site/wp-content/uploads/2020/04/Livro_Boaventura.pdf>. Acesso em: 10. jul. 2024.

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais. **Boletim Epidemiológico Coronavírus - 2021**, 30 dez. 2021. Disponível em: <https://coronavirus.saude.mg.gov.br/images/2022/12/COVID-19_-_BOLETIM20221230.pdf>. Acesso em: 10. jul. 2024.

SILVA, Cleonice Batista da. **TDIC e REANP: Saberes e práticas docentes**. Dissertação (Mestrado em Educação). Uniube. Uberlândia, p. 165. 2023

SILVA, Gabriele. Volta às aulas presenciais: ensino híbrido é preferência de 38% dos alunos. **Educação + Brasil**, 11, novembro de 2020. Educação. Disponível em: <<https://www.educamaisbrasil.com.br/educacao/escolas/volta-as-aulas-presenciais-ensino-hibrido-e-preferencia-de-38-dos-alunos>> Acesso em: 10, julho de 2024.

SILVA, Hélio & CARNEIRO, Maria C. Ribas. **História da República Brasileira**. São Paulo: Três. 1975. V.18, 19, 20, 21, 22, 23 e 24.

SILVA JÚNIOR, Astrogildo Fernandes. BNCC, componentes curriculares de história: perspectivas de superação do eurocentrismo. **EccoS–Revista Científica**, n. 41, p. 91-106, 2016.

SILVA M. R.; FERRETI, C. J. Reforma do Ensino Médio no contexto da Medida Provisória n. 746/2016: Estado, currículo e disputas por hegemonia. **Educação & Sociedade. Campinas**, v. 38, nº. 139, p.385-404, abr.-jun. 2017. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-73302017000200385&script=sci_abstract&tlng=pt> Acesso em: 21 maio. 2024.

SOUZA, Diena Paula Silva; DOS SANTOS, Paloma Dayrel; BARBOSA, Cristiano. **Violência Doméstica Contra Crianças e Adolescentes em Tempo De Pandemia da COVID-19** (2020 E 2021). Disponível em <<https://repositorio.ufjf.br/jspui/bitstream/ufjf/15819/1/laviniadanielhenriques.pdf>> Acesso em: 21 mai. 2024.

SOUZA, Graziela Cesar et al. A pandemia de COVID-19 e suas repercussões na epidemia da obesidade de crianças e adolescentes. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, v. 12, n. 12, p. 1 - 8, 2020. Disponível em <<https://acervomais.com.br/index.php/saude/article/view/4743>> Acesso em: 10 jul. 2024.

Yin, Robert K. **Estudo de Caso: Planejamento e Método**. 2ª ed. Porto Alegre: Artmed Editora S.A, 2003.

UNICEF. **Dois milhões de crianças e adolescentes de 11 a 19 anos não estão frequentando a escola no Brasil, alerta UNICEF**. 15 DE SET. 2022 <<https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/dois-milhoes-de-criancas-e-adolescentes-de-11-a-19-anos-nao-estao-frequentando-a-escola-no-brasil>> Acesso em: 21 mai. 2024

VELOSO, Fernando A.; VILLELA, André; GIAMBIAGI, Fabio. Determinantes do "milagre" econômico brasileiro (1968-1973): uma análise empírica. **Revista Brasileira de Economia**, v. 62, p. 221-246, 2008.

YOUNG, M.; MULLER, J. On the powers of powerful knowledge. **Review of Education**, 1, 229–250. DOI, v. 10, p. 1-2, 2013.

8 APÊNDICES

APÊNDICE A - PRODUTO



UNIVERSIDADE DE UBERABA

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO:
MESTRADO E DOUTORADO - PPGPE**

WENDELL PEREIRA DE CASTRO

**ATUALIZAÇÃO: FERRAMENTAS DO *GOOGLE FOR EDUCATION* PARA
DOCENTES DA EDUCAÇÃO BÁSICA**

UBERLÂNDIA-MG

2024

ATUALIZAÇÃO: FERRAMENTAS DO *GOOGLE FOR EDUCATION* PARA DOCENTES DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Produto apresentado ao Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação: Mestrado e Doutorado - PPGPE da Universidade de Uberaba, para obtenção do título de Mestre em Formação docentes para a Educação Básica.

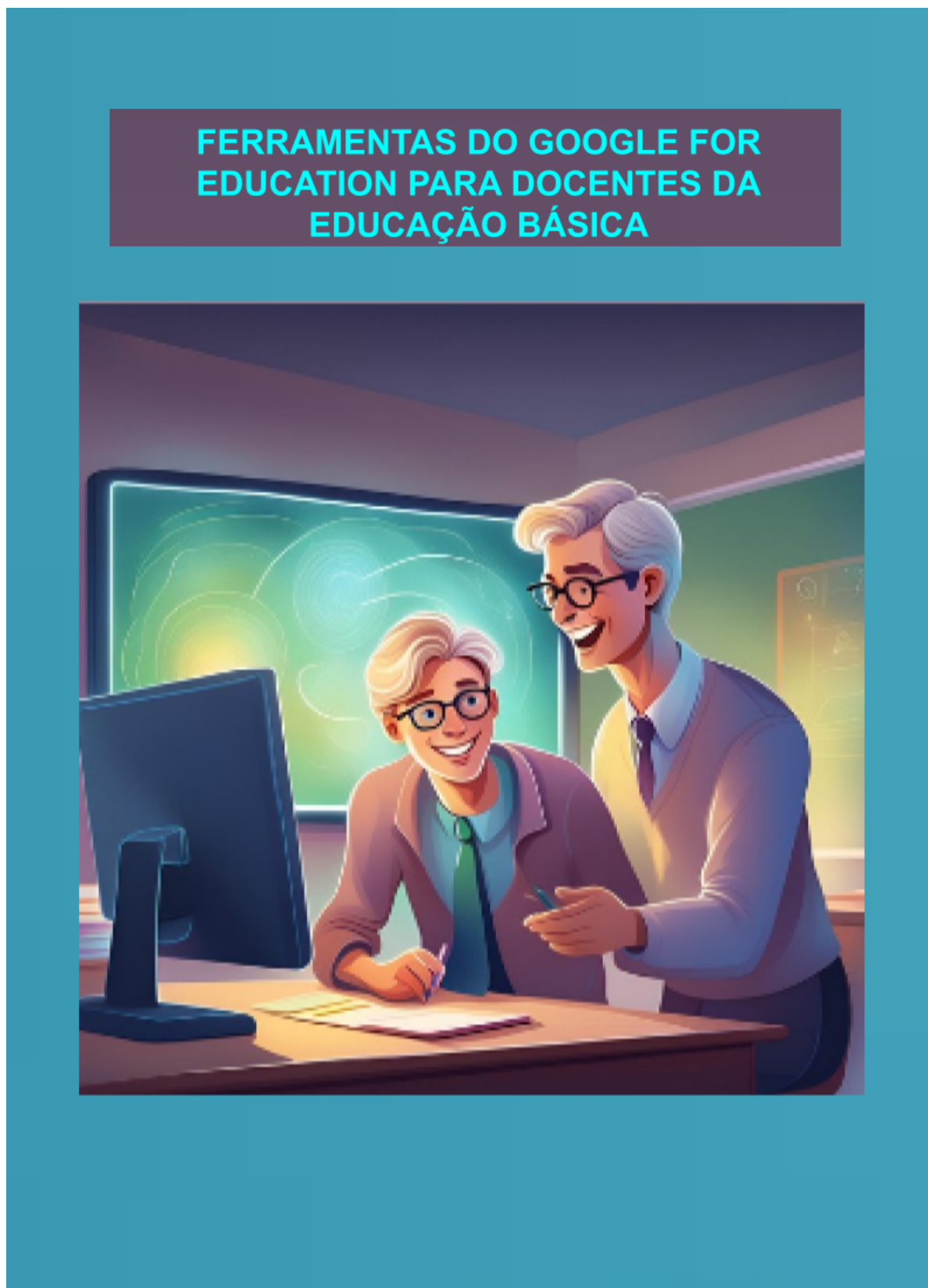
Linha de pesquisa: Práticas Docentes na Educação Básica.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a. Selva Guimarães

UBERLÂNDIA – MG

2024

Figura 1: CAPA PARA E-BOOK



Fonte: Imagem produzida por inteligência artificial e escrita inserida posteriormente

FICHA CATALOGRÁFICA

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	144
2 IMPORTÂNCIA DA ATUALIZAÇÃO.....	146
3 FINALIDADE.....	147
4 COMO FOI ELABORADA APROPOSTA	148
5 CRONOGRAMA DE REALIZAÇÃO DA PROPOSTA	151
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	153
7 REFERÊNCIAS DO PRODUTO.....	154

1 INTRODUÇÃO

Esta proposta de atualização é produto da pesquisa de mestrado profissional em Educação pela Universidade de Uberaba (UNIUBE), com o título O Regime Especial de Atividades Não Presenciais - REANP/MG no Ensino e Aprendizagem de História: Um Estudo de Caso no 9º ano do Ensino Fundamental na Escola Estadual São José (Passos, Minas Gerais, 2020-2021), sob a orientação da professora Dr^a. Selva Guimarães, dissertação disponível no repositório da UNIUBE⁴⁰.

A pesquisa efetuada na Escola Estadual São José demonstrou os desafios impostos pela pandemia de COVID-19 para a educação, especialmente para docentes e estudantes. Esta crise de saúde pública ocasionou impactos substanciais no processo de aprendizagem, os quais a política educacional do período (2020-2021), não conseguiu atenuar de forma eficaz. A pandemia “obrigou”, de forma repentina, os docentes adotarem as Tecnologias Digitais independente da maior ou menor familiaridade desses profissionais com estas ferramentas.

Contudo, o período de crise aproximou docentes e discentes do uso diário das Tecnologias Digitais. A continuidade do uso destes recursos poderá propiciar avanços significativos, fomentando uma integração mais produtiva entre ensino e aprendizagem. Porém, faz-se necessário que o uso dessas tecnologias seja adequadamente promovido e acompanhado, com suporte técnico e pedagógico tanto para docentes quanto para estudantes.

De acordo com os resultados da dissertação de mestrado já citada e das minhas experiências enquanto docente e gestor de escola da rede pública estadual de ensino de Minas Gerais, desenvolvemos um Produto Educacional com o intuito de atualizar os docentes participantes para utilizar as Principais ferramentas do *Google for Education*.

A meta desta proposta é alcançar de forma célere o maior número de docentes para a utilização de algumas ferramentas do *Google for Education* de forma efetiva, para uma formação mais integral e com roupagens mais atraentes (produção colaborativa síncrona e assíncrona), com vídeo chamadas, diversos recursos de interação, avaliação e organização de materiais e atividades.

⁴⁰ Repositório disponível < <https://uniube.br/conteudo/91/1077>>

Dentro do universo e das opções oferecidas pelo *Google for Education*, serão abordadas as ferramentas Google Sala de Aula, Google Formulários e Google Meet. Compreende-se que o domínio básico dessas ferramentas, quando associado à sua utilização orientada pelo setor pedagógico da instituição de ensino, contribuirá para uma aprendizagem mais abrangente e eficiente.

Figura 1: imagem ilustrativa de um computador apresentando o *Google for Education*



Fonte: Imagem produzida por inteligência artificial e escrita inserida posteriormente

Esta atualização utilizará a informática, que segundo Veloso (2004), é frequentemente definida como a ciência que estuda o tratamento tanto automático quanto racional da informação. Para tanto, pressupõe o uso de computadores ou dispositivos eletrônicos no trato com a informação. Nesse contexto, a internet surge como um dos recursos da informática, atuando como uma extensão da escola para docentes e estudantes de maneira geral, nos ambientes de aprendizagem virtual, encontramos uma ampla gama de ferramentas disponíveis, que oferecem suporte ao conteúdo estudado, configurando-se como uma alternativa adicional para o docente interagir com seus estudantes e avaliá-los. A informática, em sua totalidade, enriquece a relação entre o docente e o discente, bem como aprimora a capacidade de coleta de dados, apresentando-os de forma mais atraente por meio de imagens, vídeos, textos, sons, entre outros recursos.

2 IMPORTÂNCIA DE ATUALIZAÇÃO

Esta atualização visa promover uma ação mais ágil com o objetivo de gerar impactos imediatos e positivos na Educação Básica. Seu foco é a atualização de docentes para o uso de algumas ferramentas oferecidas pelo *Google for Education*, que oferece recursos envolventes e práticos, que permitem extrapolar os limites físicos da escola. Além disso, busca a troca de experiências entre profissionais da educação, no que se refere a práticas pedagógicas bem-sucedidas.

Segundo o artigo 87, § 3º e Inciso III da Lei de diretrizes e Bases de 1996: cada município e supletivamente, o Estado e a União, deverá realizar programas de atualização para todos os docentes em exercício. Conforme destacam Nogueira e Borges em relação a formação continuada de docentes (2020), "[...] aos educadores cabe a continuação da luta por uma formação continuada enquanto preceito de um ensino de qualidade, na qual os docentes sejam os protagonistas ativos da sua aprendizagem".

A graduação voltada para a licenciatura, por mais que tente preparar para os desafios da missão de colaborar com a formação de crianças adolescentes e adultos, apresenta grandes limitações, inclusive práticas

Sabemos que em sua formação inicial, o professor não detém todos os saberes necessários para que atenda todas as necessidades de uma sala de aula, pois esta muda de acordo com cada realidade, e com isso, é necessário que o/a professor/a permaneça estudando, realizando uma formação continuada a fim de (re) aprender, ou (re) significar suas práticas diárias, buscando aprimorar seus conhecimentos e suas práticas. (RODRIGUES, LIMA, VIANA 2017, p. 30)

A proposta de empregar a atualização para o uso dessas ferramentas na formação de docentes terá um caráter dinâmico, privilegiando a formação prática em detrimento da carga teórica. As atualizações realizadas nas unidades de ensino básico, quando excessivamente teóricas, costumam ser mal recebidas pelos docentes e, frequentemente, não colocadas em prática.

Figura 2: imagem ilustrativa docente em prática



Fonte: Imagem produzida por inteligência artificial

3 FINALIDADE

A finalidade é preparar os docentes para utilizar as ferramentas Google Sala de Aula, Google Formulários e *Google Meet*, que compõem o pacote de serviços oferecido pelo *Google for Education*. O intento é permitir que os docentes elaborem atividades mais dinâmicas e envolventes para os discentes, possibilitando a expansão das atividades educativas da escola, para além dos limites físicos da escola.

Figura 3: imagem ilustrativa, estudante realizando atividade envolvente em seu computador



Fonte: Imagem produzida por inteligência artificial

Existem diversas possibilidades e formas de utilização das Tecnologias Digitais na educação de jovens. No entanto, a incorporação das mais modernas tecnologias, por si só, não é suficiente para promover uma melhoria efetiva no processo educativo, por este motivo a atualização irá apresentar formas interessantes de utilização das ferramentas Google apresentadas.

4 COMO FOI ELABORADA A PROPOSTA

Inicialmente, identificou-se o interesse por esta atualização. Conforme mencionado na introdução, essa necessidade foi detectada com base na pesquisa realizada para a conclusão da dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação: Mestrado e Doutorado (PPGEP) da Universidade de Uberaba, visando à obtenção do título de Mestre em Educação, com ênfase na linha de pesquisa "Práticas Docentes para Educação Básica".

Outro fator de relevância foi a experiência acumulada ao exercer as funções de vice-diretor e professor de História na rede pública estadual de Minas Gerais durante

a pandemia de COVID-19. Tanto no desenvolvimento da pesquisa, quanto na prática docente e na observação das aulas do corpo docente da Escola Estadual São José, tornou-se evidente as dificuldades enfrentadas por uma parcela dos docentes no uso dos recursos do *Google for Education*. Em contraste, os docentes com maior familiaridade com essas ferramentas demonstraram benefícios significativos. Além disso, foi identificável o potencial dessas ferramentas para o aprimoramento das práticas pedagógicas mesmo após o término da pandemia.

A escolha para essa atualização das ferramentas do pacote *Google for Education* baseou-se em três critérios principais: economicidade, que visa maximizar os benefícios e resultados com o menor custo possível; proximidade, que se refere ao estreitamento do contato entre docente e discente, além da criação de uma maior intimidade; funcionalidade, que diz respeito à eficiência na execução das funções.

A economicidade está relacionada ao fato de que todos os professores e alunos da rede estadual pública de ensino têm permissão sem custos adicionais para criar *login* e senha de acesso aos recursos de um pacote pelo *Google for Education*, conforme o acordo estabelecido entre a Google e o governo do Estado de Minas Gerais em 2009. Esse acordo fornece um e-mail institucional, que permite a utilização do referido pacote de tecnologias digitais.

A proximidade é evidenciada pela ampla utilização das ferramentas pelos professores. Estes utilizam, pelo menos, o Gmail, a ferramenta de e-mails do pacote *Google for Education*, além de responderem com frequência a questionários produzidos no Google Formulário, participarem de reuniões via Google Meet e, por fim, durante a pandemia de COVID-19 muito se falou dessas ferramentas em diversas situações pedagógicas, com relatos sobre a sua utilização.

A funcionalidade das ferramentas é amplamente reconhecida e comprovada pela sua integração eficiente no ambiente educacional, também apresenta uma enorme gama de ferramentas a ser exploradas por unidades de estudos de diversos segmentos da educação; o que reforça a decisão pela sua atualização e uso contínuo. Com a identificação da necessidade de atualização, foi estabelecida a finalidade do treinamento, conforme detalhado na seção 3. Optou-se, então, por uma atualização com três encontros presenciais e um encontro *online* utilizando a videoconferência do Google Meet, totalizando uma carga horária de oito horas; tais encontros serão complementados por suporte *online* para esclarecimento de dúvidas, após o final do curso, por intermédio do aplicativo WhatsApp. Para viabilizar esse treinamento, foi

verificado o interesse da direção e do setor pedagógico da unidade de ensino, resultando na formalização de uma parceria com a Escola Estadual São José.

Após a formalização da parceria com a unidade de ensino, foi solicitada a disponibilização da sala de informática para a realização da atualização, bem como o registro das horas dedicadas ao curso, que devem ser cumpridas como carga horária extraclasse pelos docentes. A atualização ocorrerá dentro da carga horária semanal de trabalho dos docentes, a qual deve ser cumprida na unidade escolar. O setor pedagógico comprometeu-se a emitir certificados de participação para os participantes da atualização.

De acordo com a Resolução 4968, de 23 de fevereiro de 2024, da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, os professores de Educação Básica, tanto do Ensino Fundamental (anos finais) quanto do Ensino Médio, com carga completa (16 aulas semanais), devem cumprir duas horas semanais destinadas a reuniões e outras duas horas para atividades relacionadas à atualização, elaboração de aulas, preparação e correção de avaliações. Essa última carga horária será utilizada para a realização da atualização mencionada.

Figura 4: imagem ilustrativa, atualização de docentes na sala de informática da Escola



Fonte: Imagem produzida por inteligência artificial

5 CRONOGRAMA DE REALIZAÇÃO DA PROPOSTA

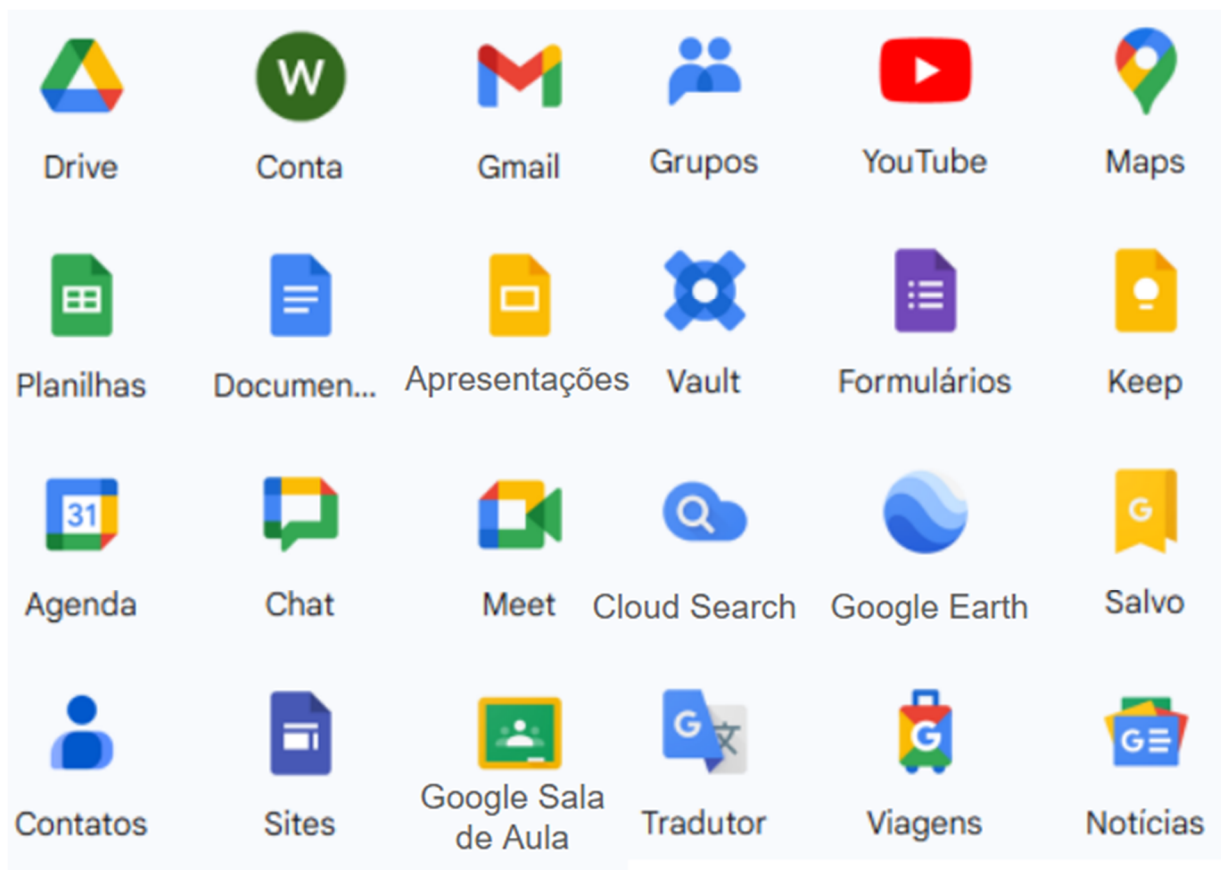
A proposta de atualização docente concentrar-se-á no aprimoramento das aulas por meio da utilização de textos, vídeos, exercícios e videoconferências, com base na utilização de ferramentas selecionadas do *Google for Education*. Para garantir a efetividade desta proposta, será elaborado um cronograma de ações, que começará com o processo de inscrição dos interessados.

As inscrições devem ser realizadas por meio do e-mail institucional dos servidores vinculados à Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais (nomedoservidor@educacao.mg.gov.br). Os pré-requisitos para a inscrição são os seguintes: ser professor de Educação Básica lotado na Unidade Escolar (UE) escolhida para a formação continuada em questão. A atualização ocorrerá em encontros semanais de duas horas.

No momento da inscrição, o candidato deve: enviar uma proposta de tema para uma aula que será abordada com uma de suas turmas da escola em questão (por exemplo, "Crise do Segundo Reinado no Brasil – 8º ano do Ensino Fundamental"), incluir um link de vídeo para revisão ou aprofundamento, um texto de apoio ou aprofundamento e uma lista de exercícios, todos relacionados ao tema proposto. As inscrições serão recebidas pelo setor pedagógico durante o período de um mês e serão aceitas somente se atenderem a todos os requisitos estabelecidos.

O primeiro encontro semanal consistirá em uma explanação geral sobre o pacote *Google for Education*, disponibilizado aos docentes da Educação Básica da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (SEEMG). Os praticantes abrirão cada um dos aplicativos escolhidos para atualização, objetivando um primeiro contato com a interface. O objetivo principal deste encontro será estimular a curiosidade dos docentes, encorajando-os a explorar além dos aplicativos abordados no curso de atualização, desta forma, descobrir ferramentas que possam ser úteis tanto em sua prática pedagógica quanto em suas atividades pessoais. Serão destacadas e detalhadas as seguintes ferramentas: Google *Meet*, Google Sala de Aula e Google Formulários. Todos os encontros semanais terão a duração de duas horas.

Figura 5: Ferramentas inicialmente apresentadas no acesso rápido das ferramentas do *Google for Education* dos Servidores da SEEMG



Fonte: Elaboração própria (2024)

O segundo encontro semanal terá como foco central o aprofundamento na utilização das seguintes ferramentas: Google *Meet*, Google Sala de Aula e Google Formulários. No terceiro encontro semanal, cada participante será responsável por elaborar uma atividade para uma de suas turmas, integrando todas as ferramentas apresentadas no segundo encontro. A atividade deverá basear-se em um tema específico, link para um vídeo, texto de apoio ou aprofundamento, e uma lista de exercícios, os quais enviados via e-mail no ato de requisição da matrícula antes do início do curso de atualização de docentes.

O quarto encontro ocorrerá por intermédio do Google Meet, o qual será gravado para que os participantes possam assisti-lo posteriormente. Com o intuito de tornar a atualização mais didática possível será criada uma atividade com as ferramentas Google Sala de Aula, similar as criadas pelos participantes no terceiro encontro. Os participantes assistirão o vídeo disponibilizado pelo *link* da atividade, ler o texto de apoio, fazer a atividade proposta postando-a no Google sala de aula e respondendo a um questionário feito no Google Formulário.

Em seguida, serão apresentados os resultados do questionário, que incluirão gráficos e tabelas gerados pelo formulário. O objetivo desta tarefa é permitir que os participantes acompanhem detalhadamente o processo de elaboração da atividade e vivenciem, na prática, a experiência dos alunos ao participarem de atividades semelhantes. Por fim, os participantes terão a oportunidade de acessar os resultados quantitativos da atividade realizada, utilizando as ferramentas disponíveis.

Quadro 1 – cronograma para realização da atualização docente

Ação	Descrição	Duração ou carga Horária
Inscrições	PEB lotado na UE do curso através do seu e-mail institucional (nomedoservidor@educaco.mg.gov.br) para o setor pedagógico da escola da atualização.	1 mês
Primeiro encontro Semanal - Presencial	Explicação geral do pacote <i>Google for Education</i>	2 horas
Segundo encontro semanal - Presencial	Utilização Google <i>Meet</i> , Google Sala de Aula e Google Formulários.	2 horas
Terceiro encontro Semanal - Presencial	Elaboração da atividade valendo-se das ferramentas trabalhadas no segundo encontro.	2 horas
Quarto encontro Semanal – Online	Encontro por Google <i>Meet</i> . Invertendo os papéis: os docentes realizarão atividades propostas similares as que fizeram para as suas turmas.	2 horas

Fonte: Elaboração própria (2024)

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta proposta de atualização resulta de uma pesquisa de mestrado e das experiências acumuladas na Escola Estadual São José, em Passos, Minas Gerais, e será aplicada na referida unidade escolar em fevereiro de 2025. Estamos convencidos de que servirá de apoio para outros educadores, seja por meio da reprodução desta atualização docente, seja como exemplo para a criação de novas formas de colaboração na atualização de servidores da educação, além de aulas mais estimulantes e produtivas para estudantes em todo o Brasil.

Notoriamente, a ciência e o conhecimento estão em constante evolução, e o campo da educação, interligado a ambos, não é exceção. Assim, ressalta-se a importância da formação continuada dos docentes. Apesar da oferta de formação continuada ser uma obrigação dos órgãos públicos de educação, tais atualizações nem sempre são frequentes ou atendem às demandas específicas das comunidades escolares. Assim, a proposição e criação de atualizações, partindo dos próprios

docentes, equipe pedagógica e equipe diretiva da unidade escolar se mostram úteis, mais precisas e viáveis.

Durante a pandemia de COVID 19 ocorreu uma maior proximidade de estudantes e docentes com as Tecnologias Digitais, porém não basta o contato com as tecnologias digitais, ele deve ser pautado no protagonismo discente. A tecnologia, quando associada a práticas ultrapassadas, não proporciona benefícios reais para a aprendizagem dos discentes. É necessário renovar as práticas educativas, adotando metodologias ativas na qual cada estudante assuma o protagonismo da sua formação, enquanto nós, educadores, atuamos como mediadores, orientadores e, acima de tudo, como referências para nossos estudantes.

7 REFERÊNCIAS DO PRODUTO

BRASIL. Lei nº. 9.394, de 20 dezembro 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <<https://www.congressonacional.leg.br/materias/medidas-provisorias/-/mpv/141349>> Acesso 10 jul. 2024.

CASTRO, Wendell Pereira de. **O Regime Especial de Atividades Não Presenciais - REANP/MG no Ensino e Aprendizagem de História: Um Estudo de Caso no 9º Ano do Ensino Fundamental na Escola Estadual São José (Passos, Minas Gerais, 2020-2021)**. Dissertação (Mestrado em Educação). Uniube. Uberlândia, p. 169. 2024.

NOGUEIRA, Adrinelly Lemes; BORGES, Maria Célia. A Base Nacional Comum Curricular e seus impactos na formação continuada de professores da Educação Básica. Educação em Revista, v. 21, n. 2, p. 37-50, 2020. Disponível em: <<https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/educacaoemrevista/article/view/9902>> Acesso 10 jul. 2024.

MINAS GERAIS. **Resolução SEE nº. 4.968, de 23 de fevereiro de 2024**. Estabelece normas para o cumprimento da carga horária destinada às atividades extraclasse pelo Professor de Educação Básica das escolas da Rede Estadual de Ensino de Minas Gerais. Disponível em <<https://pesquisalegislativa.mg.gov.br/LegislacaoCompleta.aspx?cod=209046&marc=209046>>. Acesso 10 jul 2024.

RODRIGUES, Polyana Marques Lima; LIMA, Willams dos Santos Rodrigues; VIANA, Maria Aparecida Pereira. A importância da formação continuada de professores da Educação Básica: a arte de ensinar e o fazer cotidiano. **Saberes docentes em ação**, v. 3, n. 1, p. 28-47, 2017. Disponível em <https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=A+import%C3%A2ncia+da+forma%C3%A7%C3%A3o+continuada+de+professores+da+educa%C3%A7%C3%A3o+b%C3%A1sica%3A+a+arte+de+ensinar+e+o+fazer+cotidiano.&btnG=>. Acesso 10 jul 2024.

VELLOSO, Fernando de Castro, Informática: conceitos básicos, 2004, p. 424.

APÊNDICE B – RELATÓRIO DE ATIVIDADES

RESOLUÇÃO SEE Nº 4.506/2021						
ANEXO IV - RELATÓRIO DE ATIVIDADES						
DADOS INICIAIS						
MÊS DE REFERÊNCIA: ABRIL						
DADOS DA UNIDADE DE EXERCÍCIO						
IDENTIFICAÇÃO DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE ENSINO (SRE):			27º SRE/ PASSOS			
IDENTIFICAÇÃO DO MUNICÍPIO:			Passos			
CÓDIGO DO MUNICÍPIO:			4790			
IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE DE EXERCÍCIO:			Escola Estadual São José			
CÓDIGO DA UNIDADE DE EXERCÍCIO:			115436			
NOME DO GESTOR ESCOLAR:			Fabiano Amorim Costa			
MASP DO GESTOR ESCOLAR:			976345-9			
DADOS DO SERVIDOR						
NOME:			Wendell Pereira de Castro			
MASP:			1246786-6			
CPF:			3788271620			
ADMISSÃO:			Cargo 3 14/12/2017			
SITUAÇÃO FUNCIONAL:			Efetivo			
SITUAÇÃO DE SERVIDOR:			Ativo			
CARREIRA:			PEB			
CÓDIGO DA CARREIRA:			I A			
CARGO EM COMISSÃO (SE HOUVER):			Não			
FUNÇÃO GRATIFICADA (SE HOUVER)			Sim			
CARGA HORÁRIA TOTAL SEMANAL:			30 Horas semanal			
ENDEREÇO PRINCIPAL ONDE FORAM REALIZADAS AS ATIVIDADES EM REGIME DE TELETRABALHO:			Rua Waldemar de Melo Horta 132 - Passos MG			
EXECUÇÃO DE ATIVIDADES						
DIA/MÊS	ATIVIDADES EXECUTADAS		PRODUTOS ENTREGUES	REGIME DE TRABALHO	FONTE DE COMPROVAÇÃO (SE HOUVER)	OBSERVAÇÕES
01/04	MÓDULO 2 - Orientação de Alunos e professores, acompanhamento do e-mail institucional, busca ativa		Aula no Whats App	Teletrabalho	Whats App	
02/04	Orientação de Alunos e professores, acompanhamento do e-mail institucional, busca ativa		Aula no Whats App	Teletrabalho	Whats App	
05/04	Orientação de Alunos e professores, acompanhamento do e-mail institucional, busca ativa		Aula no Whats App	Teletrabalho	Whats App	
06/04	Orientação de Alunos e professores,		Aula no Whats App	Teletrabalho	Whats App	

	acompanhamento do e-mail institucional, busca ativa					
07/04	Orientação de Alunos e professores, acompanhamento do e-mail institucional, busca ativa		Aula no Whats App	Teletrabalho	Whats App	
08/04	MÓDULO 2 - Orientação de Alunos e professores, acompanhamento do e-mail institucional, busca ativa		Aula no Whats App	Teletrabalho	Whats App	
09/04	Orientação de Alunos e professores, acompanhamento do e-mail institucional, busca ativa		Aula no Whats App	Teletrabalho	Whats App	
10/04	SÁBADO LETIVO - ACOMPANHAMENTO DA ATIVIDADE LÚDICA		Aula Whats App	Teletrabalho	Whats App	Os melhores sábados letivos da minha vida
12/04	Orientação de Alunos e professores, acompanhamento do e-mail institucional, busca ativa		Aula no Whats App	Teletrabalho	Whats App	
13/04	Orientação de Alunos e professores, acompanhamento do e-mail institucional, busca ativa		Aula no Whats App	Teletrabalho	Whats App	
14/04	Orientação de Alunos e professores, acompanhamento do e-mail institucional, busca ativa		Aula no Whats App	Teletrabalho	Whats App	
15/04	MÓDULO 2 - Orientação de Alunos e professores, acompanhamento do e-mail institucional, busca ativa		Aula no Whats App	Teletrabalho	Whats App	
16/04	Orientação de Alunos e professores, acompanhamento do e-mail institucional, busca ativa		Aula no Whats App	Teletrabalho	Whats App	
19/04	Orientação de Alunos e professores, acompanhamento do e-mail institucional, busca ativa		Aula no Whats App	Teletrabalho	Whats App	
20/04	Orientação de Alunos e professores, acompanhamento do e-mail institucional, busca ativa		Aula no Whats App	Teletrabalho	Whats App	
21/04	FERIADO					
22/04	MÓDULO 2 - Orientação de Alunos e professores, acompanhamento do e-mail institucional, busca ativa		Aula no Whats App	Teletrabalho	Whats App	
23/04	Orientação de Alunos e professores, acompanhamento do e-mail institucional, busca ativa		Aula no Whats App	Teletrabalho	Whats App	
24/04	SÁBADO LETIVO - ACOMPANHAMENTO DA ATIVIDADE LÚDICA		Aula Whats App	Teletrabalho	Whats App	Os melhores sábados letivos da minha vida
26/04	Orientação de Alunos e professores, acompanhamento do e-mail institucional, busca ativa		Aula no Whats App	Teletrabalho	Whats App	
27/04	Orientação de Alunos e professores, acompanhamento do e-mail institucional, busca ativa		Aula no Whats App	Teletrabalho	Whats App	
28/04	Orientação de Alunos e professores, acompanhamento do e-mail institucional, busca ativa		Aula no Whats App	Teletrabalho	Whats App	
29/04	MÓDULO 2 - Orientação de Alunos e professores, acompanhamento do e-mail institucional, busca ativa		Aula no Whats App	Teletrabalho	Whats App	
30/04	Orientação de Alunos e professores, acompanhamento do e-mail institucional, busca ativa		Aula no Whats App	Teletrabalho	Whats App	

ASSINATURA DO SERVIDOR RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO:					
NOME:	Wendell Pereira de Castro				
MASP:	1246786-6				
ASSINATURA DA CHEFIA IMEDIATA:					

APÊNDICE C – HABILIDADES DA CRMG DE HISTÓRIA UTILIZADAS NAS AVALIAÇÕES DIAGNÓSTICAS

Habilidades do CRMG Utilizadas na avaliação do 8º Regular sala 3 de 2020
EF08HI06 - Aplicar os conceitos de Estado, nação, território, governo e país para o entendimento de conflitos e tensões. EF08HI07 - identificar e contextualizar as especificidades dos diversos processos de independência nas Américas, seus aspectos populacionais e suas conformações Territoriais.
Habilidades do CRMG Utilizadas na avaliação do 9º Regular 7 de 2021
EF08HI04X (8º ano) - Caracterizar e contextualizar aspectos das relações entre os Estados Unidos da América e a América Latina no século XIX. Identificar e relacionar os processos da Revolução Francesa e seus desdobramentos na Europa e no Currículo Referência de Minas Gerais mundo, destacando a importância da Declaração dos Direitos Humanos para a sociedade atual. EF08HI03X (8º ano) - Analisar os impactos da Revolução Industrial, suas transformações tecnológicas na produção e circulação de povos, produtos e culturas e na formação de estruturas sociais desiguais evidenciando os movimentos sociais para a conquista de direitos trabalhistas, a explosão do consumo e o processo do crescimento urbano desordenado. EF08HI25 (9º ano) - Caracterizar e contextualizar aspectos das relações entre os Estados Unidos da América e a América Latina no século XIX. EF08HI02X (8º ano) - Identificar as particularidades político-sociais da Inglaterra do século XVII e analisar os desdobramentos posteriores à Revolução Gloriosa, enfatizando a importância da Declaração dos Direitos de 1689 (Bill of Rights) para ampliação de direitos de liberdade civil no mundo contemporâneo. EF08HI15X (8º ano) - Identificar e analisar o equilíbrio das forças e os sujeitos envolvidos nas disputas políticas durante o Primeiro Reinado, Regências e o Segundo Reinado. EF08HI12 (8º ano) - Caracterizar a organização política e social no Brasil desde a chegada da Corte portuguesa, em 1808, até 1822 e seus desdobramentos para a história política brasileira. EF08HI02X (8º ano) - Identificar as particularidades político-sociais da Inglaterra do século XVII e analisar os desdobramentos posteriores à Revolução Gloriosa, enfatizando a importância da Declaração dos Direitos de 1689 (Bill of Rights) para ampliação de direitos de liberdade civil no mundo contemporâneo.
Habilidades do CRMG Utilizadas na avaliação do 1º Ensino Médio de 2022
EF08HI18X - Identificar as questões internas e externas sobre a atuação do Brasil na Guerra do Paraguai, discutindo diferentes versões para o conflito, seus desdobramentos e influências para o término da monarquia e da escravidão. EF09HI02 - Caracterizar e compreender os ciclos da história republicana, identificando particularidades da história local e regional até 1954. EF09HI09X - Relacionar as conquistas de direitos políticos, sociais e civis à atuação de movimentos sociais enfatizando o protagonismo feminino.

EF09HI10 - Identificar e relacionar as dinâmicas do capitalismo e suas crises, os grandes conflitos mundiais e os conflitos vivenciados na Europa. - Identificar e relacionar as dinâmicas do capitalismo e suas crises, os grandes conflitos mundiais e os conflitos vivenciados na Europa.

EF09HI13X - Descrever e contextualizar os processos da emergência do fascismo e do nazismo, a consolidação dos estados totalitários e as práticas de extermínio (como o holocausto), trazendo a reflexão para as tendências totalitárias na contemporaneidade.

EF09HI14 - Caracterizar e discutir as dinâmicas do colonialismo no continente africano e asiático e as lógicas de resistência das populações locais diante das questões internacionais.

EF09HI32 - Analisar mudanças e permanências associadas ao processo de globalização, considerando os argumentos dos movimentos críticos às políticas globais

9 ANEXOS

ANEXO A – FOLDER DE ORIENTAÇÕES DE PREVENÇÃO AO NOVO CORONAVÍRUS



A Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais - SEE/MG e a Secretaria de Estado de Saúde SES-MG encaminham as orientações para a prevenção e cuidado quanto ao Coronavírus nas escolas da Rede Estadual de Ensino.

CONHECENDO A DOENÇA

O Coronavírus é uma família de vírus que causa infecções respiratórias. O novo agente do coronavírus (SARS-Cov-2) foi descoberto na China em 31/12/19, após registros de casos da doença. O nome é decorrente do formato do vírus, que possui aspecto de coroa.

O período de incubação do vírus é de 2 a 14 dias, sendo o quadro clínico inicial da doença caracterizado como "síndrome gripal". No entanto, casos iniciais leves, subfebris, podem ser agravados acarretando o aumento progressivo da temperatura e quadros febris persistentes por 3 a 4 dias. Desse modo, para o diagnóstico e tratamento adequados da doença, a consulta médica é fundamental.

SINAIS E SINTOMAS

Os sinais e sintomas do Coronavírus são principalmente respiratórios, semelhantes a um resfriado. Podem, também, causar infecção do trato respiratório inferior, como as pneumonias.

PRINCIPAIS SINTOMAS CONHECIDOS ATÉ O MOMENTO:



FEBRE



TOSSE



DIFICULDADE
PARA RESPIRAR

COMO OCORRE A TRANSMISSÃO



As formas de transmissão da doença ainda estão sendo investigadas. Entretanto, dentre as formas de contágio já conhecidas, podemos mencionar o contato com secreções contaminadas tais como: gotículas de saliva, espirro, tosse, catarro, por meio do contato pessoal próximo com pessoas doentes e/ ou objetos ou superfícies contaminadas.

PREVENÇÃO DO CORONAVÍRUS NO AMBIENTE ESCOLAR

Atualmente não existe vacina para prevenção de infecção por Coronavírus (COVID-19). Assim, a forma de prevenção contra a doença é evitar a exposição ao vírus. Dessa forma, descrevemos abaixo os principais cuidados que devem ser tomados pelos estudantes e demais membros da comunidade escolar para evitar a doença.

CUIDADOS PESSOAIS:



Higiene frequente das mãos com água e sabão, por pelo menos 20 segundos, ou usar um desinfetante para as mãos à base de álcool

Evitar tocar olhos, nariz e boca sem higienização adequada das mãos.



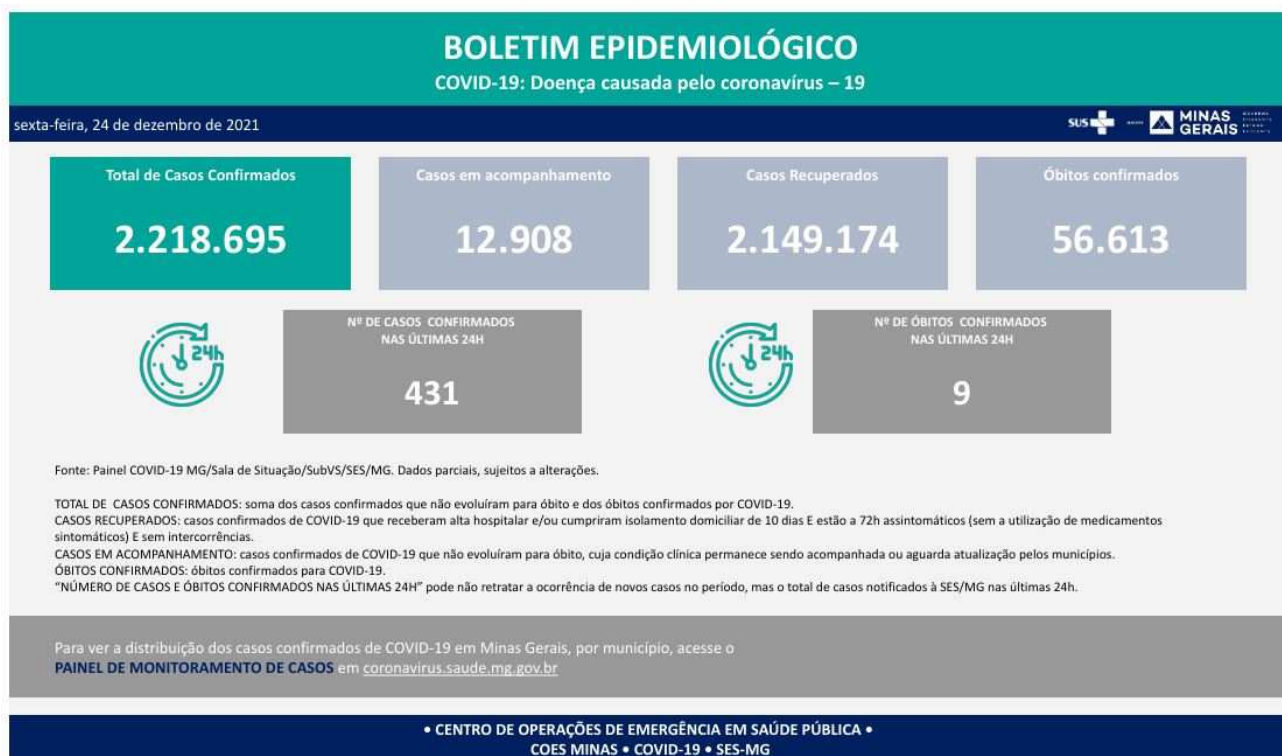
Cobrir boca e nariz ao tossir ou espirrar, utilizando a parte interna do braço ou um lenço descartável.

Evitar contato próximo com pessoas doentes.

Ficar em casa e evitar contato com pessoas quando estiver doente.



ANEXO B – BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO COVID-19 EM MINAS GERAIS DEZEMBRO DE 2021



ANEXO C – PÁGINA 1 DO CALENDÁRIO LETIVO DA E. E. SÃO JOSÉ

2021



ESCOLA ESTADUAL São José
Ensino Fundamental - Ensino Médio
Rua Leopoldina, nº 45
CEP: 37904070 / Telefone: (35)3521-6288
Município: Passos / MG

CALENDÁRIO ESCOLAR - 2021

RESOLUÇÃO SEE Nº 4.494 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2021

JANEIRO							0
D	S	T	Q	Q	S	S	
					1	2	
3	4	5	6	7	8	9	
10	11	12	13	14	15	16	
17	18	19	20	21	22	23	
24/31	25	26	27	28	29	30	

FEVEREIRO							0
D	S	T	Q	Q	S	S	
	1	2	3	4	5	6	
7	8	9	10	11	12	13	
14	15	16	17	18	19	20	
21	22	23	24	25	26	27	
28							

MARÇO							19
D	S	T	Q	Q	S	S	
	1	2	3	4	5	6	
7	8	9	10	11	12	13	
14	15	16	17	18	19	20	
21	22	23	24	25	26	27	
28	29	30	31				

ABRIL							21
D	S	T	Q	Q	S	S	
				R	F	3	
4	5	6	7	8	9	10	
11	12	13	14	15	16	17	
18	19	20	21	22	23	24	
25	26	27	28	29	30		

MAIO							23
D	S	T	Q	Q	S	S	
						F	
2	3	4	5	6	7	8	
9	10	11	12	13	14	15	
16	17	18	19	20	21	22	
23	24	25	26	27	28	29	
30	31						

JUNHO							24
D	S	T	Q	Q	S	S	
		1	2	3	4	5	
6	7	8	9	10	11	12	
13	14	15	16	17	18	19	
20	21	22	23	24	25	26	
27	28	29	30				

JULHO							13
D	S	T	Q	Q	S	S	
				1	2	3	
4	5	6	7	8	9	10	
11	12	13	14	15	16	17	
18	R	R	R	R	R	R	
19	R	R	R	R	R	R	

AGOSTO							23
D	S	T	Q	Q	S	S	
R	R	3	4	5	6	7	
8	9	10	11	12	13	14	
15	16	17	18	19	20	21	
22	23	24	25	26	27	28	
29	30	31					

SETEMBRO							22
D	S	T	Q	Q	S	S	
			1	2	3	4	
5	R	F	8	9	10	11	
12	13	14	15	16	17	18	
19	20	21	22	23	24	25	
26	27	28	29	30			

OUTUBRO							19
D	S	T	Q	Q	S	S	
					1	2	
3	4	5	6	7	8	9	
10	R	F	R	R	R	16	
17	18	19	20	21	22	23	
24/31	25	26	27	28	29	30	

NOVEMBRO							21
D	S	T	Q	Q	S	S	
	R	F	3	4	5	6	
7	8	9	10	11	12	13	
14	F	16	17	18	19	20	
21	22	23	24	25	26	27	
28	29	30					

DEZEMBRO							15
D	S	T	Q	Q	S	S	
			1	2	3	4	
5	6	7	8	9	10	11	
12	13	14	15	16	17	18	
19	EI	21	22	R	R	F	
R	R	R	R	R	R	R	

Legenda	
F/FL	Feriados / Feriado Letivo (FL)
	Férias escolares - 30 dias
	Início e término do ano escolar
	Início e término do semestre e/ou ano letivo
	Planejamento e Formação (PF)
R	Recesso escolar - 30 dias
C	Dia Nacional do Censo Escolar
AD	Avaliação Diagnóstica (Previsão: março)
PAT	Primeira avaliação trimestral (Previsão: junho)
SAT	Segunda avaliação trimestral (Previsão: setembro)
AF	Avaliação Final (Previsão: novembro)
EI	Estudos Independentes de Recuperação
	Semana Estadual de Prevenção às Drogas
	Semana Estadual das Juventudes
	Semana de Educação para a Vida
	Sábados Letivos
RPP	Registro da Progressão Parcial
LD	Lançamento de result. Bim. pelo Diretor
LP	Lançamento de result. Bim. pelo Professor

Dias Letivos	1º Sem.	2º Sem.
	100	100
	Total	
Férias Escolares	30	
Dias Escolares	5	
Recessos	30	
Feriados	8	

Dias letivos por dias da semana		
Segundas-feiras	34	27/03 - 14/08 - 04/09 - 23/10 - 06/11 - 11/12
Terças-feiras	36	10/04 - 28/08 - 02/10 - 04/12
Quartas-feiras	37	24/04 - 05/06 - 18/09
Quintas-feiras	37	08/05 - 26/06 - 30/10
Sextas-feiras	37	22/05 - 10/07 - 20/11
Sábado	19	*****
Total	200	19 sábados letivos

Bimestres/Semestres
1º B: 08/03 a 07/05
2º B: 08/05 a 16/07
3º B: 03/08 a 08/10
4º B: 18/10 a 17/12

Conselhos de Classe
1º B: 03/05 a 08/05
2º B: 10/07 a 16/07
3º B: 02/10 a 08/10
4º B: 11/12 a 17/12

Reunião com Responsáveis
1º B: 22/05 a 29/05
2º B: 07/08 a 13/08
3º B: 23/10 a 29/10
4º B: 05/12 a 18/12

Diretor

ANE / Inspetor Escolar

Passos, _____ de _____ de 2021.

**ANEXO D – CONTEÚDO DO LIVRO DIDÁTICO PIATÃ DO 8º ANO
APRESENTADO PELO MANUAL DO PROFESSOR DO LIVRO DIDÁTICO PIATÃ
DO 8º ANO P. 236**

Livro 8º ano	Unidade 3 O MUNDO E O IDEÁRIO POLÍTICO DO SÉCULO XIX
Unidade 1 UM MUNDO EM TRANSIÇÃO Capítulo 1: As monarquias europeias 1. O que foi o Antigo Regime? 2. Monarquias absolutistas europeias Capítulo 2: Eldorado: opulência e miséria nas minas 1. Entradas e Bandeiras 2. Minas Gerais 3. Casas de fundição 4. Sociedade mineira: urbanização e integração Projeto Estante cultural	Capítulo 7: Era das revoluções 1. Explosão revolucionária na Europa 2. Nascimento de uma potência na América 3. As unificações da Itália e da Alemanha 4. Socialismo: reação ao capitalismo Capítulo 8: A monarquia no Brasil 1. O Primeiro Reinado 2. As regências 3. Economia no Império: o café Capítulo 9: Transição da escravidão para o trabalho livre 1. O fim do tráfico e seus efeitos 2. A escravidão no Brasil 3. A imigração no Brasil
Unidade 2 CONSTRUÇÃO DE UM NOVO MUNDO Capítulo 3: A Revolução Industrial 1. Uma transformação revolucionária 2. Máquinas transformam a sociedade Capítulo 4: O Século das Luzes e os ideais de liberdade 1. Iluminismo e o pensamento liberal 2. As Revoluções liberais inglesas 3. Independência das Treze Colônias inglesas na América do Norte 4. Revolução Francesa Capítulo 5: Expansão dos ideais revolucionários 1. A França de Napoleão 2. As independências latino-americanas Capítulo 6: A Independência do Brasil 1. Crises e revoltas na colônia 2. Brasil: de colônia a Reino Unido 3. Brasil independente Projeto Estante cultural	Capítulo 10: Crise e queda da Monarquia 1. Crises e conflitos externos 2. O Segundo Reinado 3. A proclamação da República Projeto Estante cultural Unidade 4 A MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITALISMO Capítulo 11: A expansão dos mercados consumidores 1. A Segunda Revolução Industrial 2. O imperialismo 3. A Era Meiji Capítulo 12: O Brasil da Belle Époque 1. O Brasil da segunda metade do século XIX e início do século XX 2. Cultura à moda europeia, com tempero nacional Projeto Estante cultural Referências bibliográficas

ANEXO E – ÍNDICE PET 8º ANO VOLUME 1 DE 2020

ÍNDICE

História	39
• Semana 1:	40
◦ Iluminismo e Liberalismo	
• Semana 2:	43
◦ As revoluções inglesas e os princípios do liberalismo	
• Semana 3:	47
◦ Revolução Industrial e seus impactos na produção e circulação de povos, produtos e culturas	
• Semana 4:	51
◦ Revolução Industrial e seus impactos na produção e circulação de povos, produtos e culturas	
Geografia.....	54
• Semana 1:	55
◦ Diversidade e dinâmica da população mundial e local	
• Semana 2:	59
◦ Indicadores populacionais: taxa de natalidade, mortalidade, mortalidade infantil, fecundidade, expectativa de vida e crescimento vegetativo	
• Semana 3:	63
◦ Anamorfoses e cartogramas; Leitura de anamorfoses e cartogramas sobre a América e a África; Informações cartográficas sobre a América e a África	
• Semana 4:	67
◦ Indicadores populacionais: taxa de natalidade, mortalidade, mortalidade infantil, fecundidade, expectativa de vida e crescimento vegetativo	
Língua Inglesa	71
• Semana 1:	72
◦ Leitura de textos de cunho artístico/literário	
• Semana 2:	75
◦ Leitura de textos de cunho artístico/literário	
• Semana 3:	81
◦ Leitura de textos de cunho artístico/literário	
• Semana 4:	86
◦ Leitura de textos de cunho artístico/literário	

ANEXO F – SUMÁRIO PET 8º ANO VOLUME 2 PARTE 1 DE 2020

SUMÁRIO

LÍNGUA PORTUGUESA	pág. 1
Semana 1: Estratégia de Leitura: sentidos globais do texto	pág. 1
Semana 2: Estratégia de Leitura: sentidos globais do texto	pág. 3
Semana 3: Apropriação textual	pág. 5
Semana 4: Estratégia de Leitura: sentidos globais do texto	pág. 7
 MATEMÁTICA	pág. 10
Semana 1: Pares ordenados e Plano cartesiano	pág. 10
Semana 2: Representação gráfica das soluções de uma equação do 1º grau com duas incógnitas	pág. 13
Semana 3: Solução gráfica de um sistema de duas equações do 1º grau com duas incógnitas	pág. 16
Semana 4: Sistema de equações do 1º grau com duas incógnitas	pág. 21
 CIÊNCIAS	pág. 24
Semana 1: Reino Plantae	pág. 24
Semana 2: Reino Plantae	pág. 29
Semana 3: Reino Animalia	pág. 33
Semana 4: Reino Animalia	pág. 40
 GEOGRAFIA	pág. 43
Semana 1: Os conceitos geográficos na compreensão dos conflitos contemporâneos	pág. 43
Semana 2: Regionalização da América e África	pág. 48
Semana 3: A presença da economia norte-americana no mundo e o papel dos BRICS	pág. 53
Semana 4: Leitura e interpretação de mapas da África e América	pág. 58
 HISTÓRIA	pág. 64
Semana 1: A Revolução Francesa	pág. 64
Semana 2: Independência dos Estados Unidos	pág. 70

ANEXO G – SUMÁRIO PET 8º ANO VOLUME 2 PARTE 2 DE 2020

Semana 3: Rebeliões na América Portuguesa	pág. 74
Semana 4: Rebeliões na América Portuguesa	pág. 78
LÍNGUA INGLESA	pág. 83
Semana 1: Compreensão geral e específica: leitura rápida (skimming, scanning)	pág. 83
Semana 2: Construção do sentido global do texto	pág. 88
Semana 3: Construção do sentido global do texto.....	pág. 91
Semana 4: Verbo Modal Can (presente e passado).....	pág. 95
ARTE	pág. 99
Semana 1: Técnicas de Artes Visuais	pág. 99
Semana 2: Obras bidimensionais e tridimensionais	pág. 101
Semana 3: Arte e cultura.....	pág. 104
Semana 4: Objetos e concepções artísticas	pág. 107
EDUCAÇÃO FÍSICA	pág. 110
Semana 1: Jogar e brincar em tempos de Pandemia	pág. 110
Semana 2: Substâncias para ampliar e potencializar rendimento e transformações corporais: relações com o bem-estar e a saúde ...	pág. 115
Semana 3: Esporte, cultura e mídia: relações e possíveis soluções	pág. 119
Semana 4: Dança de salão	pág. 123
ENSINO RELIGIOSO	pág. 127
Semana 1: Crenças e convicções pessoais	pág. 127
Semana 2: A influência das crenças e convicções nas atitudes pessoais	pág. 130
Semana 3: Diferentes posturas frente à religião como elemento motivador de escolhas e atitudes	pág. 134
Semana 4: Atitudes positivas e negativas	pág. 138

ANEXO H – SUMÁRIO PET 8º ANO VOLUME 3 PARTE 1 DE 2020

SUMÁRIO

LÍNGUA PORTUGUESA	pág. 1
Semana 1: Reconstrução do contexto de produção, circulação e recepção de textos	pág. 2
Semana 2: Apreciação e réplica.....	pág. 6
Semana 3: Apreciação e réplica.....	pág. 10
Semana 4: Textualização, revisão e edição.....	pág. 13
 MATEMÁTICA	 pág. 17
Semana 1: Construções geométricas de retas, ângulos e segmentos	pág. 17
Semana 2: Lugares geométricos, circunferência, bissetriz e mediatriz	pág. 23
Semana 3: Lugares geométricos, triângulo, ponto médio e mediatriz	pág. 25
Semana 4: Quadriláteros e suas propriedades	pág. 27
 CIÊNCIAS	 pág. 29
Semana 1: Digestão Humana	pág. 29
Semana 2: Respiração Humana.....	pág. 33
Semana 3: Sistema circulatório Humano.....	pág. 37
Semana 4: Excreção Humana	pág. 39
 GEOGRAFIA	 pág. 41
Semana 1: Corporações e organismos internacionais e do Brasil na ordem econômica mundial.....	pág. 41
Semana 2: Corporações e organismos internacionais e do Brasil na ordem econômica mundial.....	pág. 46
Semana 3: Corporações e organismos internacionais e do Brasil na ordem econômica mundial.....	pág. 50
Semana 4: Identidades e interculturalidades regionais: Estados Unidos da América, América espanhola e portuguesa e África	pág. 54
 HISTÓRIA	 pág. 58
Semana 1: A independência do Haiti	pág. 59

ANEXO I – SUMÁRIO PET 8º ANO VOLUME 3 PARTE 2 DE 2020

Semana 2: A independência da América Espanhola	pág. 62
Semana 3: A luta pela independência na América.....	pág. 67
Semana 4: Os líderes do movimento de independência na América espanhola	pág. 71
 LÍNGUA INGLESA	 pág. 75
Semana 1: Leitura de textos de cunho artístico/literário	pág. 75
Semana 2: Leitura de textos de cunho artístico/literário	pág. 79
Semana 3: Leitura de textos de cunho artístico/literário	pág. 83
Semana 4: Leitura de textos de cunho artístico/literário	pág. 86
 ARTE	 pág. 90
Semana 1: História do Audiovisual	pág. 90
Semana 2: Arte Urbana.....	pág. 93
Semana 3: Arte Urbana no Brasil	pág. 97
Semana 4: Dança Urbana	pág. 104
 EDUCAÇÃO FÍSICA	 pág. 107
Semana 1: Danças de salão.....	pág. 107
Semana 2: Esportes de rede/parede.....	pág. 111
Semana 3: Práticas corporais de aventura na natureza	pág. 115
Semana 4: Esportes de rede/parede.....	pág. 119
 ENSINO RELIGIOSO	 pág. 127
Semana 1: Definição de valor, moral, ética.....	pág. 128
Semana 2: A influência dos valores nas escolhas pessoais	pág. 132
Semana 3: Valor, moral e ética em diferentes tradições religiosas	pág. 135
Semana 4: Revisão de conceitos	pág. 139

ANEXO J – SUMÁRIO PET 9º ANO VOLUME 1 DE 2021

SUMÁRIO

LÍNGUA PORTUGUESA	pág 2
Semana 1: Modalização	pág 2
Semana 2: Texto argumentativo	pág 6
Semana 3: A pesquisa escolar	pág 10
Semana 4: Poema	pág 13
 MATEMÁTICA	pág 16
Semana 1: Dízima periódica	pág 16
Semana 2: Cálculos algébricos	pág 20
Semana 3: Equações do 1º grau	pág 23
Semana 4: Áreas de figuras planas	pág 28
 CIÊNCIAS	pág 33
Semana 1: Fontes de Energia	pág 33
Semana 2: Transformações da puberdade	pág 37
Semana 3: Planeta Terra	pág 41
Semana 4: Clima e tempo	pág 45
 GEOGRAFIA	pág 49
Semana 1: América e África: geopolítica e relações internacionais.....	pág 49
Semana 2: As relações entre países e as principais organizações internacionais.....	pág 54
Semana 3: Impactos da ciência e da tecnologia nas relações econômicas e de trabalho na América e na África	pág 57
Semana 4: Problemas socioambientais na América e na África.....	pág 60
 HISTÓRIA	pág 64
Semana 1: Iluminismo e Liberalismo	pág 64
Semana 2: Revolução Francesa	pág 67
Semana 3: Independências na América Latina	pág 70
Semana 4: Independência do Brasil	pág 72